



**Ministério da Cultura**  
**Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC**

**ATA**  
**13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA**  
**CULTURAL**

Brasília (DF), 05 e 06 de Abril de 2011.  
Local: Edifício Parque Cidade – Brasília/DF.

### 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPC

1 AOs cinco dias do mês de abril de dois mil e onze, às nove horas  
2 nesta cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, no Edifício Par-  
3 que Cidade - SCS Quadra 09 Lote C Torre B, 12º Andar, situado  
4 nesta capital, sob a presidência do Sr. **João Roberto Peixe** (Se-  
5 cretário Geral do CNPC), na presença dos (as) senhores (as): Sr.  
6 **Albino Rubim** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Esta-  
7 duais de Cultura), Sr. **Alcione Alvarenga Pinheiro** (Frente Nacio-  
8 nal de Prefeitos), Sr. **Aldenir Paraguassú** (Ministério do Meio Am-  
9 biente), Sr. **Álvaro de Melo Salmito** (Sistema S.), Sra. **Ana Cris-  
10 tina Ribeiro da Cunha** (Secretaria de Comunicação Social da Pre-  
11 sidência da República), Sra. **Ana Paula Dourado Santana** (Secre-  
12 taria do Audiovisual), Sr. **André Souza Machado Cortez** (Ministé-  
13 rio das Relações Exteriores), Sr. **Américo José Córdula Teixeira**  
14 (Secretaria de Políticas Culturais), Sr. **Antônio Grassi** (Funarte),  
15 Sr. **Antônio José Amaral Ferreira** (Culturas Afro-Brasileiras), Sr.  
16 **Carlos Barreto** (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas), Sr.  
17 **Charles Narloch** (Artes Visuais), Sra. **Cláudia Leitão** (Ministério  
18 da Cultura), Sra. **Custódia de Oliveira** (Fórum Nacional dos Con-  
19 selhos Estaduais), Sr. **Devair Antônio Fiorotti** (Museus), Sra.  
20 **Dulce Tâmara da Rocha Lamego e Silva** (Associação Nacional  
21 dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Sr.  
22 **Edmilson Pereira** (Secretaria Geral da Presidência – Suplente),  
23 Exmo. Ministro **George Torquato Firmeza** (Ministério das Rela-  
24 ções Exteriores), Sr. **Eloi Ferreira** (Ministério da Cultura), Sra.  
25 **Eloísa Galdino** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Esta-  
26 duais de Cultura), Sr. **Fábio de Sá Cesnik** (Associação Nacional de  
27 Entidades Culturais), Sr. **Felipe de Paula** (Casa Civil), Sr. **Fer-  
28 nando Nunes Alves** (Ministério do Trabalho e Emprego), Sr.

29 **Francisco Márcio Caetano** (Fórum Nacional dos Secretários das  
30 Capitais), Sr. **Francisco Simões de Oliveira Neto** (Inclusão So-  
31 cial por Intermédio da Cultura), Sr. **Freddy Van Camp** (Design),  
32 Sr. **Galeno Amorim Júnior** (Ministério da Cultura), Sr. **Guigo Pá-  
33 dua** (Audiovisual), Sra. **Heloísa Esser dos Reis** (Arquivos), Sr.  
34 **Henilton Parente Menezes** (Ministério da Cultura), Sr. **Henrique  
35 Faulhaber Barbosa** (Comitê Gestor da Internet no Brasil), Sr. **Ig-  
36 nácio José Kornowski** (Confederação Nacional de Prefeitos), Sr.  
37 **Ildeu de Castro Moreira** (Ministério da Ciência e Tecnologia), Sr.  
38 **Isaac William Frias Loureiro** (Culturas Populares), Sr. **Ivan Fer-  
39 raro Filho** (Música Popular), Sra. **Jaqueline Moll** (Ministério da  
40 Educação), Sr. **James Görgen** (Ministério das Comunicações), Sr.  
41 **Jeferson Dantas Navolar** (Arquitetura e Urbanismo), Sr. **João  
42 Guilherme Ripper** (Academia Brasileira de Música), Sr. **José Al-  
43 mino de Alencar** (Ministério da Cultura), Sr. **José Carlos Rassier**  
44 (Associação Brasileira de Municípios), Sr. **Juscelino Alves de Oli-  
45 veira** (Du Oliveira) (Música Erudita), Sra. **Lygia Lumina Pupatto**  
46 (Ministério das Comunicações), Sr. **Maurício Boldrin Zampaulo**  
47 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Sra.  
48 **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo), Sra. **Maria das Dores C.  
49 P. Prado** (Dora Pankararu) (Povos Indígenas), Sra. **Maria Zaira  
50 Turchi** (Entidades de Pesquisas), Sra. **Mariana Bandeira de Mel-  
51 lo** (Casa Civil), Senadora Sra. **Marisa Serrano** (Senado Federal),  
52 Sra. **Marta Porto** (Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultu-  
53 ral), Sr. **Nilton Aparecido Bobato** (Livro, Leitura e Literatura),  
54 Sra. **Olga Lopez de Ibanez Novion** (Ministério do Planejamento),  
55 Sr. **Oswaldo Viégas** (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais),  
56 Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital), Sr. **Pedro de Carva-  
57 lho Pontual** (Secretaria Geral da Presidência da República), Sra.  
58 **Regina Célia Novaes** (Indicação do Ministro), Sr. **Renato da Sil-  
59 va Moura** (Artesanato), Sr. **Ronaldo Fraga** (Moda), Sra. **Rosa  
60 Coimbra** (Dança), Sra. **Rosina Coeli Alice Parchen** (Patrimônio

61 Material), Sr. **Sérgio Duarte Mamberti** (Ministério da Cultura),  
62 Sr. **Sergius Gonzaga** (Associação Brasileira de Municípios), Sr. **Vi-**  
63 **tor Ortiz** (Secretário Executivo), Sr. **Vitorino Coutinho Cher-**  
64 **mont de Miranda** (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro),  
65 Sra. **Virgínia Lúcia da Fonseca** (Teatro), Sra. **Yole Maria de**  
66 **Mendonça** (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da  
67 República), Sr. **Washington da Silva Queiroz** (Patrimônio Imate-  
68 rial): Teve início a 13ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
69 Política Cultural coordenada pelo Senhor **Roberto Peixe** (Secretá-  
70 rio Geral do CNPC) servidor do Ministério de Cultura, destinada a  
71 apreciar a seguinte pauta: **Pauta do dia 05 de Abril de 2010: 1)**  
72 **Abertura da Sessão; 2) Diretrizes estratégicas e desafios para o**  
73 **Ministério da Cultura; 3) Apresentação dos secretários do MinC; 4)**  
74 **Apresentação dos presidentes das Instituições vinculadas ao MinC;**  
75 **5) Ordem do dia. Item 1) Abertura da Sessão:** O Sr. **Fabiano**  
76 **Lima** (Assessor do MinC) abriu a sessão da 13ª Reunião Ordinária  
77 do Conselho Nacional de Política Cultural e repassou breves infor-  
78 mações sobre a pauta do dia. **Item 2) Diretrizes estratégicas e**  
79 **desafios para o Ministério da Cultura:** A Exma. Ministra de Es-  
80 tado da Cultura, Sra. **Ana de Hollanda** relatou sua satisfação por  
81 estar presente na primeira reunião do Conselho de sua gestão,  
82 composição esta que foi formada na gestão passada; relatou que  
83 quando trabalhava na Funarte também participou do processo, pri-  
84 meiramente nas câmaras setoriais como diretora do Centro da Mú-  
85 sica da Funarte e considerou ter sido uma experiência fantástica,  
86 pois puderam assim identificar na sociedade civil e nos elos da ca-  
87 deia produtiva todas as associações, todas as entidades participati-  
88 vas do processo; ressaltou que viajando pelo Brasil em reuniões  
89 com músicos e produtores trabalharam de forma a estabelecer diá-  
90 logos para que eles encontrassem caminhos possíveis para enfren-  
91 tarem os gargalos, e essa política depois se desenvolveu em uma  
92 política cultural que hoje possui várias formas de diálogo e colabo-

93      ração, como os próprios colegiados; relatou que com um trabalho  
94      de cumplicidade poderão construir uma política próxima do ideal;  
95      ressaltou que o orçamento estava bastante preso decorrente de  
96      compromissos estabelecidos no ano passado, mas que cumpririam  
97      estes, e afirmou que o Ministério estava aberto para isso; comuni-  
98      cou que terão que rever algumas decisões anteriores, como, por  
99      exemplo, um Decreto de 2009 que tirava do Conselho o poder de  
100     decisão da aplicação das verbas do Fundo Nacional de Cultura; res-  
101     saltou que quer retomar essa posição para que o Conselho possa  
102     novamente tomar as suas decisões; informou que trabalharão com  
103     os colegiados setoriais de forma diferente da forma em que vinham  
104     sendo conduzidos, e que eles estarão vinculados a áreas finalísti-  
105     cas, por exemplo, Livro e Leitura estará ligado à Biblioteca Nacio-  
106     nal; solicitou apoio para aprovação de algumas leis muito impor-  
107     tantes para a área da cultura que estão no Congresso, como, por  
108     exemplo, o Vale Cultura, a PEC 150, a Lei do Pró-Cultura, e outros  
109     projetos que estão em processo de tramitação junto aos parlamen-  
110     tares e que precisavam do apoio de todos; ressaltou que essa era  
111     uma gestão de continuidade, que os oito anos do Ministério na ges-  
112     tão do Governo Lula, com os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira,  
113     tomou uma dimensão federativa que vai do Brasil de Norte a Sul,  
114     de Leste a Oeste, cresceu de maneira visível e isso foi muito impor-  
115     tante, houve um avanço muito grande do Ministério da Cultura;  
116     mostrou que agora era a hora de implantar e implementar as políti-  
117     cas que vinham sendo trabalhadas há tanto tempo; reiterou que  
118     trabalharão intensamente com os programas que são prioridade no  
119     Governo da presidenta Dilma e um deles são as praças do PAC, que  
120     vão ser lançadas com outro nome, são praças coordenadas pelo Mi-  
121     nistério da Cultura em regiões de alta vulnerabilidade para que as  
122     pessoas que trabalham com a cultura entendam a cultura como  
123     uma área estratégica do Governo Federal; solicitou nesse contexto  
124     a colaboração e a compreensão de todos os conselheiros; agrade-

125 ceu a todos pela atenção e passou a palavra ao Sr. Vitor Ortiz para  
126 sua explanação. O Sr. **Vitor Ortiz** (Secretário Executivo) comentou  
127 que também participou dos primeiros momentos na formação das  
128 câmaras setoriais e que obviamente tinha um respeito e uma con-  
129 sideração muito grande pelo Conselho; informou que seu objetivo  
130 ali era transmitir algumas questões que o Ministério da Cultura es-  
131 tava bastante dedicado naquele primeiro momento e que estava di-  
132 retamente relacionado à formulação das diretrizes políticas da ges-  
133 tão, do planejamento e das estratégias para o sistema MinC na  
134 gestão de 2011-2014; relatou que esse não era um trabalho final,  
135 pois estavam em processo de planejamento; informou que as pre-  
136 missas para o planejamento são: a incorporação do Plano Nacional  
137 de Cultura e das deliberações das Conferências Nacionais de Cultu-  
138 ra; a Revisão do PPA 2012-2015; a questão da cultura e das artes  
139 como dimensões estratégicas do desenvolvimento; o Sistema Na-  
140 cional de Cultura como construção institucional estruturadora da  
141 política nacional de cultura; e a abrangência da agenda cultural e  
142 principais prioridades. Ele relatou que além das premissas mencio-  
143 nadas, considerariam também a continuidade com inovações pac-  
144 tuadas e o processo em construção e participativo, que esperam  
145 contar com as contribuições do CNPC, inclusive para revisões,  
146 aperfeiçoamentos e monitoramento; apresentou as diretrizes estra-  
147 tégicas para a gestão 2011-2014 que estavam em debate como,  
148 por exemplo, gestão pública eficaz, republicana e participativa;  
149 ressaltou também a formulação, aprimoramento e institucionaliza-  
150 ção de políticas públicas e marcos regulatórios para a área da cul-  
151 tura, além da promoção da diversidade das expressões culturais  
152 com vistas ao desenvolvimento simbólico e social; frisou que consi-  
153 derarão ainda a garantia do direito à cultura, com ênfase na uni-  
154 versalização do acesso ao conhecimento e aos meios de expressão,  
155 produção e fruição cultural. O Sr. **Vitor Ortiz** (Secretário Executi-  
156 vo) explicou que como diretriz também tinha o desenvolvimento

157 econômico e sociocultural sustentável com ênfase na economia  
158 criativa e a promoção das políticas de memória e das artes para o  
159 fortalecimento das identidades como prioritárias para o desenvolvi-  
160 mento do país; informou que uma das questões fundamentais dos  
161 desafios nesse período será sem dúvida nenhuma o fortalecimento,  
162 a consolidação do Sistema Nacional de Cultura; frisou que terão  
163 também na primeira etapa do Plano uma tarefa bastante ampla  
164 que vai exigir um esforço especial dos colegiados setoriais no senti-  
165 do de colaborar com as diferentes áreas do Ministério no processo  
166 de elaboração das metas do Plano Nacional de Cultura; ressaltou  
167 que outra prioridade é a implementação do Sistema Nacional de In-  
168 formações e Indicadores Culturais, um processo já iniciado pelo Mi-  
169 nistério da Cultura e em vários outros órgãos do Governo como o  
170 IBGE, por exemplo, em colaboração com o MinC, e que precisam  
171 dar continuidade; observou que os novos mecanismos de execução  
172 orçamentária e formalização de repasses também são prioridades  
173 para agenda 2011-2014; disse que a implantação de uma cultura  
174 organizacional da gestão, do planejamento e de avaliação também  
175 são prioridades dessa agenda do Ministério da Cultura; explicou  
176 que a partir dessa avaliação, a realização de um ciclo completo de  
177 planejamento para poder pensar a evolução dos programas; aden-  
178 trou ao tema dos marcos regulatórios, das leis que estão no Con-  
179 gresso Nacional, das leis que estão em processo de tramitação e  
180 que vão fatalmente envolver o setor cultural; informou que tem o  
181 PLC 116 que está em fase de aprovação e regulamentação infra-  
182 legal; ressaltou o APL Marco Regulatório das Comunicações, onde o  
183 Ministério da Cultura tem um papel importante porque vai estar  
184 discutindo e participando junto ao Ministério das Comunicações  
185 nos debates; informou que tem o APL do Direito Autoral que está  
186 em processo de finalização e encaminhamento ao Congresso Nacio-  
187 nal; acrescentou também o APL Marco Civil da Internet onde o Mi-  
188 nistério da Cultura participa do debate intragovernamental em tor-

189 no dessa questão, e o PL do Procultura em tramitação no Congres-  
190 so Nacional que talvez seja uma das pautas mais importantes para  
191 a área da cultura, pois este PL é o que altera a Lei Rouanet; infor-  
192 mou que um dos projetos mais caros é o da PEC 150, uma luta his-  
193 tórica, que houve um grande avanço na gestão do presidente Lula,  
194 mas que ainda é um dos grandes desafios para todos nesse próxi-  
195 mo período, levar o orçamento do Ministério da Cultura para o pa-  
196 tamar de 2% e acompanhar a tramitação no Congresso Nacional;  
197 explicou que a PEC 150 era um debate complexo que ainda tinham  
198 pela frente, e que era muito importante que não perdessem de vis-  
199 ta a necessidade da área pública de realizar mais investimentos na  
200 área da cultura; relatou que tinham ainda como temas na pauta  
201 atual entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, que  
202 vão desde temas como o ensino da música até a certificação profis-  
203 sional; apresentou os desafios a serem enfrentados e as priorida-  
204 des já identificadas da promoção da diversidade das expressões  
205 culturais com vistas ao desenvolvimento simbólico e social; infor-  
206 mou que outro desafio era constituir o Fundo Nacional do Livro e  
207 Leitura, uma batalha travada desde outras gestões do Ministério da  
208 Cultura, onde foi proposta a criação do Fundo, foram concedidas  
209 uma série de isenções na área do Livro, e agora os Srs. Galeno e  
210 Fabiano estavam encarregados dessa missão; informou que na  
211 área de museus havia a regulamentação do Estatuto de Museus e  
212 na área da cultura o Plano Nacional de Transversalidade, Educação  
213 e Cultura; relatou que finalizaria sua explanação abordando os de-  
214 safios a serem enfrentados, como, por exemplo, o reconhecimento  
215 e a valorização das matrizes das culturas tradicionais, simbólicas e  
216 contemporâneas da sociedade brasileira; informou que do ponto de  
217 vista do desenvolvimento simbólico social estão na pauta da cultu-  
218 ra os temas da segurança pública e da pacificação da sociedade  
219 brasileira; ressaltou que ainda sobre o direito à cultura, com ênfase  
220 na universalização do acesso ao conhecimento e aos meios de ex-



221 pressão, produção e fruição cultural, haviam dois pontos relevan-  
222 tes; informou que um deles era a consolidação do Programa Cultu-  
223 ra Viva com a unificação das Secretarias da Diversidade Cultural e  
224 da Cidadania, uma proposta de fortalecimento destas duas áreas  
225 dentro do programa geral do Ministério da Cultura; informou que o  
226 outro seria a necessidade da aprovação e da regulamentação do  
227 Vale-Cultura, uma das prioridades do PPA; informou que a propos-  
228 ta para a promoção das políticas de memória e das artes ainda não  
229 estava pronta, mas que na próxima reunião já estaria com tudo  
230 pronto; relatou que os próximos passos seriam apurar e consolidar  
231 o que já foi planejado e planejar os temas que ainda não foram  
232 planejados ao longo do mês de abril; ressaltou que precisam avan-  
233 çar nos debates sobre os territórios culturais, desenvolver política  
234 cultural para Amazônia, desenvolver políticas culturais ligadas a di-  
235 visão mesoregional brasileira que ainda são conteúdos que estão  
236 faltando na definição das diretrizes e estratégias de desenvolvi-  
237 mento na área da cultura; ressaltou que irão também desenvolver,  
238 rever os planejamentos setoriais com vistas à compatibilização com  
239 o Plano Nacional de Cultura, com o PPA 2012/2015 e com as dire-  
240 trizes estratégicas da gestão 2011-2014; finalizou sua explanação  
241 e agradeceu a todos. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral)  
242 passou a palavra ao representante da Presidência da República, Sr.  
243 **Pedro Pontual** (Secretaria Geral da Presidên-  
244 cia da República) saudou inicialmente a todos (as) os (as) senhores  
245 (as) e aos conselheiros (as) presentes; agradece pelo espaço dado  
246 à ele na abertura para colocar algumas questões de forma breve,  
247 mas que tem feito em todas as primeiras reuniões do ano dos con-  
248 selhos nacionais; saudou a todos novamente, em nome do Ministro  
249 Gilberto Carvalho e do Secretário Nacional de Articulação Social  
250 Paulo Maldos; relatou que a Secretaria Geral tem como objetivo  
251 principal promover uma relação de maior diálogo e maior participa-  
252 ção de Governo e sociedade civil organizada, e isso tudo porque a

253 participação social é diretriz de governo e também método de go-  
254 verno, de fortalecimento, na forma da constituição de uma cidadania  
255 ativa, um elemento essencial da forma de Governo Dilma; corroborou  
256 que a Presidenta no dia da instalação do Fórum deu muito  
257 peso na constituição do processo de desenvolvimento à necessidade  
258 da disputa de valores na sociedade, os valores que correspondem às  
259 ações do plano da economia, do plano social, do plano educacional  
260 e as questões ligadas a solidariedade, a partilha, a democracia que  
261 são parte constitutiva do projeto político do país: observou que nesse  
262 sentido a cultura tem um papel importantíssimo nessa área de direito  
263 e cidadania; acrescentou que o Fórum de Direito e Cidadania, fora as  
264 secretarias que o Sr. Vitor Ortiz identificou, também tem a Secretaria  
265 de Política de Mulheres; relatou que como método de Governo a  
266 Secretaria Geral é composta por algumas Secretarias, e a Secretaria  
267 Nacional de Articulação Social é a encarregada de levar mais  
268 profundamente essa dimensão de método de Governo; explicou que  
269 estão estruturados em três áreas que consideram fundamental no  
270 sentido de fortalecer a participação social; informou que a primeira  
271 delas é a de diálogos sociais, pois acreditam que é extremamente  
272 importante que em todas as ações de Governo seja na discussão de  
273 suas macropolíticas até a execução, por exemplo, de uma obra do  
274 PAC, que o diálogo social faça parte do método de Governo, então  
275 essa área complementa as áreas de articulação social e de gestão  
276 participativa; relatou que a segunda área é a de participação social,  
277 que está encarregada de promover a articulação dos vários  
278 instrumentos de participação social nas políticas públicas e nas  
279 políticas de Governo; ressaltou que somente com a interação dos  
280 atores da sociedade civil e dos representantes de Governo nesses  
281 espaços pode se estabelecer processos educativos de qualidade e  
282 contribuir para a melhoria dos instrumentos institucionais de  
283 participação; explicou que a área de educação se constitui  
284 fundamentalmente da Rede de Educação Ci-

285      dadã que foi criada no Governo do Presidente Lula desde o primeiro  
286      ano com este objetivo de promover processos educativos nos ter-  
287      ritórios e que possam contribuir com uma maior intersectorialidade;  
288      observou que existem diversas outras formas de participação so-  
289      cial, e que tinham o desafio de consolidar e qualificar ainda mais os  
290      instrumentos institucionais de participação, basicamente três deles,  
291      os conselhos, as conferências e as ouvidorias; disse que no âmbito  
292      dos conselhos ele apresentaria uma revista onde há um mapea-  
293      mento, uma radiografia de 32 conselhos nacionais e de duas co-  
294      missões nacionais; acrescentou que todos receberiam essa revista  
295      até o final daquela manhã; frisou que outra necessidade da Consul-  
296      toria era conhecer profundamente como que eles estavam funcio-  
297      nando, quais suas características, suas dificuldades e suas dinâmi-  
298      cas; explicou que nesse sentido, havia um questionário que foi dis-  
299      tribuído a todos, de uma pesquisa que estavam fazendo em parce-  
300      ria com o IPEA e que tem o papel muito importante de fornecimen-  
301      to da dinâmica efetiva dos conselhos, desta forma, solicitou que to-  
302      dos respondessem e entregassem à Sra. Joana do IPEA; frisou que  
303      um dos aspectos mais desafiadores era a questão da articulação  
304      entre os mesmos, de que de certa maneira os nossos canais insti-  
305      tucionais reproduzem ainda a fragmentação das políticas, ou seja,  
306      eles dialogam com a política setorial, mas tem muitas vezes dificul-  
307      dade de dialogar com outros conselhos etc., e informou que pre-  
308      tendem desenvolver um conjunto de ações para a participação des-  
309      sas políticas; informou que farão junto com o Ministério do Planeja-  
310      mento, Orçamento e Gestão, no mês de maio, uma discussão sobre  
311      a importância da elaboração do PPA 2012-2015, um formato para o  
312      tema da participação social ainda um pouco aquém dos sonhos,  
313      mas um formato possível diante de um cronograma bem apertado  
314      que tiveram no processo de elaboração; relatou que nos dias 10 e  
315      11 de maio farão o Fórum Interconselhos para uma discussão inte-  
316      grada com relação aos macro objetivos que concluem o PPA, para

317 uma discussão global; frisou que em relação às conferências pro-  
318 priamente ditas, apesar de estarem previstas para 2013, terão en-  
319 tre 2011 e 2012 cerca de 13 conferências nacionais, e avisou que  
320 apresentaria a lista de datas das conferências para poderem esta-  
321 belecer com as quais eles poderiam dialogar, com a parceria do Mi-  
322 nistério da Cultura; disse que em relação às ouvidorias que estão  
323 tentando articular melhor o trabalho delas; relatou que há também  
324 o desafio de estender a discussão da participação social não só aos  
325 instrumentos já consagrados, mas também aos principais projetos  
326 de Governo de tal modo que potencializem cada vez mais e que  
327 todo projeto se torne mais efetivo; acresceu que o Ministro Gilberto  
328 Carvalho no Conselho Nacional de Cultura frisou sobre a necessida-  
329 de de exercitar e experimentar novas formas de linguagem, para  
330 que essa dimensão tenha capilaridade, e para isso precisam ser in-  
331 ventivos em relação à participação, tem que ter várias linguagens,  
332 pois a cultura tem várias linguagens extremamente importantes  
333 para a construção desse processo; reiterou que a existência de in-  
334 dicadores facilita muito o controle dessas linguagens e agradeceu a  
335 todos pela oportunidade. A Exma. Ministra Sra. **Ana Hollanda** res-  
336 salvou que o Sr. Roberto Peixe estava assumindo a Secretaria Ge-  
337 ral do Conselho Nacional de Política Cultural. O Sr. João Roberto  
338 Peixe (Secretário Geral do CNPC) cumprimentou a todos e explicou  
339 a intenção da pauta do dia; informou que no período da tarde os  
340 presidentes das instituições vinculadas do Ministério da Cultura fa-  
341 riam uma breve apresentação, para não trabalharem como ilhas  
342 separadas, mas sim coletivamente, conjuntamente e de forma inte-  
343 grada; e passou para o próximo item de pauta. **Item 3 - Apre-**  
344 **sentação dos secretários do MinC:** O Sr. **João Roberto Peixe**  
345 (Secretário Geral do CNPC) informou que apresentaria rapidamente  
346 alguns aspectos sobre a SAI da nova gestão 2011-2014; informou  
347 que a Lei nº 12.343/2010 que é a lei do Plano que já está em vi-  
348 gor, reproduz em seu item 1.1.1 do Anexo como propriedade con-

349 solidar a implantação do Sistema Nacional de Cultura como instru-  
350 mento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e  
351 promoção de políticas públicas de cultura com participação e con-  
352 trole da sociedade civil e envolvendo as três esferas de governo fe-  
353 deral, estadual e municipal; relatou que também na lei está defini-  
354 do que o Sistema Nacional de Cultura deve ser criado por lei espe-  
355 cífica como o principal articulador federativo do Plano Nacional de  
356 Cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada entre  
357 os entes federados e a sociedade civil; informou que o PL, que ins-  
358 titui o Procultura, estabelece que a União deverá repassar no míni-  
359 mo 30% do Fundo Nacional de Cultura para fundos públicos de Es-  
360 tados, Municípios e Distrito Federal, por meio de transferência fun-  
361 do a fundo, condicionada à existência do chamado CPF, Conselho,  
362 Plano e Fundo de cultura; relatou que a II Conferência Nacional de  
363 Cultura apontou como a prioridade mais votada, *consolidar, institu-*  
364 *cionalizar e implementar o Sistema Nacional de Cultura*, com 754  
365 votos, correspondentes à quase 90% do total de delegados; ressal-  
366 tou que além disso, das 32 prioridades aprovadas, 20 delas envol-  
367 veram questões federativas e fazem referência ao Sistema Nacio-  
368 nal de Cultura; frisou que Conselho Nacional de Política Cultural de-  
369 finiu por resolução do seu Plenário, em sua última reunião realizada  
370 em dezembro de 2010, como a primeira prioridade que o Sistema  
371 Nacional de Cultura deve ter prioridade no uso dos recursos do  
372 Fundo Nacional de Cultura, previstos para o ano de 2011; observou  
373 que o Sistema Nacional de Cultura será tratado como uma das  
374 prioridades da nova gestão do Ministério da Cultura, tendo como  
375 meta a sua consolidação política e institucional nos próximos qua-  
376 tro anos; explicou que neste sentido, o MinC deverá atuar no plano  
377 legislativo, na consolidação da estrutura dos componentes do Sis-  
378 tema, no âmbito do Sistema MinC internamente, no plano federati-  
379 vo, na divulgação do Sistema e no plano político; informou que no  
380 plano legislativo possuem três pontos muito importantes a serem

381 considerados que, inclusive, já foram abordados de forma mais ge-  
382 ral; frisou que o primeiro seria articular apoios no Congresso Nacio-  
383 nal para agilizar a aprovação, no ano de 2011, das PECs 416/2005  
384 do Sistema Nacional de Cultura e 150/2003 da Vinculação Orça-  
385 mentária para Cultura, e também do PL 1.139/2007 do Procultura;  
386 informou que o segundo seria encaminhar Projeto de Lei de Regu-  
387 lamentação do SNC para aprovação pelo Congresso Nacional e em  
388 terceiro atualizar o Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto  
389 nº 6.973/2009, que institui o Sistema Federal de Cultura e dispõe  
390 sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Polí-  
391 tica Cultural, compatibilizando-o com o Sistema Nacional de Cultu-  
392 ra; informou que na consolidação da estrutura há diversos compo-  
393 nentes como o estabelecimento das metas do Plano Nacional de  
394 Cultura e dos Planos Setoriais e Territoriais, a implantação do Sis-  
395 tema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, o fortaleci-  
396 mento do CNPC e a instalação de todos os Colegiados Setoriais;  
397 acrescentou ainda que realizarão a III Conferência Nacional de Cul-  
398 tura em 2013 e institucionalizarão a Comissão Intergestores Tripar-  
399 tite que reúne União, Estados e Municípios; ressaltou também ain-  
400 da nesse aspecto, há a aprovação e implementação da Lei do Pro-  
401 cultura que está tramitando no Congresso, a implementação do  
402 Programa Nacional de Formação na Área da Cultura, numa ação  
403 conjunta com o Ministério da Educação e ainda a institucionalização  
404 do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, reestruturando e forta-  
405 lecendo os Sistemas Setoriais de Museus e Bibliotecas Públicas; in-  
406 formou que teriam que avançar em outro ponto, no âmbito interno  
407 do Ministério, portanto, avançar no processo de integração das di-  
408 versas instâncias, formalizando, por meio da assinatura dos Acor-  
409 dos de Cooperação Federativa, o compromisso dos governadores e  
410 prefeitos de implementar os Sistemas Estaduais e Municipais de  
411 Cultura, pré-condição para o desenvolvimento de ações comparti-  
412 lhadas da União com os demais entes federados; frisou ainda a ne-

413 cecessidade de apoiar os Municípios, Estados e Distrito Federal na  
414 elaboração e institucionalização dos seus Planos de Cultura; relatou  
415 que realizarão uma ampla divulgação, por meio dos mais diversos  
416 veículos de comunicação, do papel estratégico do Sistema Nacional  
417 de Cultura para qualificar e democratizar a gestão cultural do país;  
418 informou também que quanto ao plano político, irão reforçar as re-  
419 lações com os Fóruns dos Secretários e Dirigentes de Cultura dos  
420 Estados e dos Municípios e fortalecerão os processos de participa-  
421 ção e controle social nas diversas instâncias do Sistema Nacional  
422 de Cultura; ressaltou também que vão colocar a cultura na pauta  
423 do debate político do país para que ela seja encarada como priori-  
424 dade e tratada como política de Estado, o que já está acontecendo,  
425 onde o Sistema Nacional de Cultura seja compreendido com o prin-  
426 cipal instrumento para assegurar políticas públicas de cultura per-  
427 manentes, estruturadoras e democráticas; observou que para res-  
428 ponder aos novos desafios a Secretaria de Articulação Institucional  
429 foi reestruturada, passando a ter como foco principal a implemen-  
430 tação do Sistema Nacional de Cultura, e que a SAI terá uma Dire-  
431 toria do Sistema Nacional de Cultura e de Programas Integrados e  
432 quatro coordenações; explicou que essas coordenações serão: a  
433 Coordenação de Articulação Intersetorial, Relações Federativas e  
434 Mobilização Social, a Coordenação-Geral de Instâncias de Articula-  
435 ção, Pactuação e Deliberação do Sistema Nacional de Cultura, a  
436 Coordenação-Geral de Instrumentos de Gestão do Sistema Nacio-  
437 nal de Cultura e a Coordenação-Geral de Institucionalização e Mo-  
438 nitoramento do Sistema Nacional de Cultura; finalizou sua explana-  
439 ção e ressaltou sua esperança em poder contar com a participação  
440 de todos no fortalecimento e na institucionalização do Sistema Na-  
441 cional de Cultura. O Sr. **Sérgio Mamberti** (Secretário de Políticas  
442 Culturais) iniciou sua apresentação; informou que estava assumin-  
443 do a Secretaria de Políticas Culturais, Secretaria esta que estava  
444 cheia de missões e atribuições a serem cumpridas; informou que

445 para a gestão 2011-2014 a SPC estará constituída da seguinte for-  
446 ma: Plano Nacional de Cultura, SNIIC, Cultura Digital, Estudos e  
447 Pesquisas, Cultura e Educação, Cultura e Comunicação, Cultura,  
448 Tecnologia e Inovação; relatou que o Plano Nacional de Cultura era  
449 a prioridade absoluta, e que tinham prazo até o mês de agosto,  
450 para que pudessem fazer o cruzamento com o Plano Plurianual; re-  
451 latou que os prazos são exíguos, e que quanto mais estiverem arti-  
452 culados e com uma maior comunicação permanente será positivo  
453 para essa consolidação; ressaltou novamente que o Plano Nacional  
454 de Cultura era a prioridade, e que essa integração teria que ser  
455 trabalhada por todos no Ministério; frisou que a integração nessa  
456 nova etapa deve ser extremamente ágil para poderem cumprir to-  
457 dos os prazos; acrescentou que existe uma plataforma que pode-  
458 riam utilizar na elaboração do PPA, e que os desdobramentos são  
459 extremamente úteis na cultura digital para essa comunicação mais  
460 ágil entre eles, e entre eles e a sociedade civil também; relatou  
461 que outro aspecto fundamental era a relação Ministério da Cultura  
462 e Ministério da Educação, que tinham esse apoio interministerial  
463 entre eles, mas que funcionava com muito pouca agilidade e pouca  
464 comunicação; relatou que deveriam aprofundar nesse sentido as  
465 parcerias com outras Secretarias e atuar de forma sistêmica para  
466 terem os resultados que esperam; ressaltou a importância da par-  
467 ceria também de Cultura e Comunicação e da Cultura, Tecnologia e  
468 Inovação estabelecendo uma comunicação de forma bem sucedida,  
469 e ainda, ressaltou que essas são áreas que muito estratégicas e  
470 muito inovadoras; apresentou a nova estrutura da SPC e seus ato-  
471 res; informou que estavam divididos da seguinte forma: ele era o  
472 novo Secretário de Políticas Culturais, o Sr. Américo Córdula na Di-  
473 retoria de Estudos Monitoramento e Políticas Culturais, a Sra. Joa-  
474 na Nunes na Diretoria de Educação e Comunicação, e mais quatro  
475 coordenações: a Coordenação do Plano Nacional de Cultura, a Co-  
476 ordenação-Geral de Cultura Digital, a Coordenação-Geral de Educa-



477 ção e a Coordenação-Geral de Comunicação. O Sr. **Sérgio Mam-**  
478 **berti** (Secretário de Políticas Culturais) relatou que as prioridades  
479 eram evidentes, ou seja, a implementação do Plano Nacional de  
480 Cultura, em articulação com o CNPC e todo o Sistema MinC, e a  
481 implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores  
482 Culturais; reiterou que a cultura digital também era uma prioridade  
483 para 2011, uma política para acervos digitais; informou que tinham  
484 governança e padrões abertos para promoção do acesso qualificado  
485 e ações de ativação do processo no Sistema MinC que ele conside-  
486 rava importante no sentido de criar a comunicação ágil e plena,  
487 como ele mencionou anteriormente, para se ter os resultados espe-  
488 rados; frisou que no rol de prioridades para 2011 também tem os  
489 laboratórios de Arte, Tecnologia e Inovação, a prospecção para  
490 usos culturais de redes avançadas e a implementação piloto na Fu-  
491 narte, que depois se estenderá a todo o Sistema MinC; observou  
492 que por fim, tem o projeto de implementação de um modelo de de-  
493 senvolvimento aberto e distribuído em software livre e a prospec-  
494 ção em arranjo institucional e operacional para apoio à produção  
495 de softwares livres para a cultura, pois os que já existem são todos  
496 de proprietários; explicou que sobre a questão da educação e co-  
497 municação as prioridades eram implementar uma política de inter-  
498 face entre cultura e educação com foco para a educação básica, ou  
499 seja, uma sensibilização artística de crianças e jovens em sintonia  
500 com Plano Nacional de Cultura e Plano Nacional de Educação; fri-  
501 sou que articular as ações de cultura no Programa Mais Educação e  
502 implementar o ensino de música e de conteúdos do ensino obriga-  
503 tório de história e cultura afro-brasileira e indígena também era  
504 uma dessas prioridades e que também fazia parte da relação entre  
505 MEC e MinC; ressaltou que irão formular uma política para conteú-  
506 dos, serviços e aplicações no Programa Nacional de Banda Larga e  
507 também formular políticas de fortalecimento de rádios, canais de  
508 TV comunitárias e iniciativas de mídia livre; relatou que estava

509 muito feliz por estar ali estabelecendo essa comunicação importan-  
510 te, e disse que desde o início do Conselho Nacional de Política Cul-  
511 tural era frequentador e reconhecia o Conselho como um avanço  
512 extraordinário, mas que todos que participavam das reuniões sa-  
513 biam das necessidades de aperfeiçoamento no sentido de uma re-  
514 lação cada vez mais efetiva da representação da sociedade civil  
515 que foi um sonho para quem militou na cultura durante todos es-  
516 ses anos no sentido de uma institucionalização de participação da  
517 sociedade civil; observou que naquele momento tinham o desafio  
518 de aperfeiçoar essas relações e fazer com que elas se aprofundas-  
519 sem; saudou a todos os novos companheiros que chegavam ao Mi-  
520 nistério e agradeceu a todos pela atenção e finalizou sua explana-  
521 ção. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do CNPC) passou  
522 a palavra para a Sra. Marta Porto, a secretária da Secretaria da Ci-  
523 dadania e da Diversidade Cultural, para sua apresentação. A Sra.  
524 **Marta Porto** (Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural)  
525 saudou a todos e informou que apresentaria os desafios e as priori-  
526 dades da Secretaria, tanto no programa Cultura Viva, como no pro-  
527 grama Brasil Cultural; relatou que tinham hoje uma Secretaria se  
528 estruturando ainda, e que pretendiam primeiramente consolidar o  
529 legado desses dois grandes programas, analisando e avaliando  
530 tudo o que já havia sido feito; frisou que avaliariam qual o legado  
531 que os programas deixavam para o país, não só para os produtores  
532 de cultura ou para as redes que estão beneficiadas hoje pelos pro-  
533 gramas, mas para o conjunto da sociedade brasileira; observou  
534 que a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural precisava  
535 de alguma forma inaugurar um desafio maior que era entender o  
536 processo de desenvolvimento cultural e simbólico de 190 milhões  
537 de brasileiros, 55 milhões de jovens do país que ainda estão dis-  
538 tantes do universo da cultura, seja porque as escolas ainda preci-  
539 sam incluir esse processo na trajetória de crianças e jovens, seja  
540 porque no país muitas vezes essas aproximações não se dão de

541 forma consistente; relatou que estão hoje analisando quais as  
542 grandes diretrizes pautadas para o Ministério da Cultura, no Plano  
543 Nacional de Direitos Humanos, no Plano Nacional de Direitos das  
544 Mulheres, e todos os outros planos que têm uma plataforma de tra-  
545 balho para o campo da cultura; frisou que não se constrói um pro-  
546 cesso de cidadania apenas com fortalecimento dos grupos, mas es-  
547 sencialmente pensando em trajetórias da cultura, seja pelo conjun-  
548 to da diversidade brasileira, seja também a partir da ideia de que o  
549 Ministério da Cultura pode contribuir para o desenvolvimento de  
550 valores de cidadania participativa no campo da solidariedade e no  
551 campo do reconhecimento da igualdade; reiterou que temos no  
552 Brasil números muito assustadores de homicídios entre jovens, de  
553 violência doméstica, e desta forma, deveriam pensar não só em  
554 como diminuir esses números, mas de que forma eles contribuem  
555 para construir um imaginário de país onde esses indicadores vão se  
556 reduzindo na medida em que essas crianças e esses jovens vão  
557 crescendo e se apropriando mais do nosso patrimônio cultural da  
558 diversidade; ressaltou que no caso do Cultura Viva e do Brasil Plu-  
559 ral tem dois grandes desafios, o primeiro seria o desafio de gestão;  
560 observou que foi um programa que deixou um legado, mas que  
561 deve melhorar no campo da gestão e que esse é um desafio que já  
562 assumiram isso desde o primeiro dia de mandato; relatou que tem  
563 o desafio das casas do PAC e que eles acreditam que o legado do  
564 programa Cultura Viva e do Brasil Plural possam contribuir em ter-  
565 mos de gestão compartilhada e em termos de repertórios que pos-  
566 sam circular nesses ambientes que estão a partir de agora come-  
567 çando a implementar no país afora; frisou que devem olhar o con-  
568 junto de iniciativas que foram elaboradas nesses dois anos, e preci-  
569 sam de políticas de continuidade para que caminhem ao processo  
570 de desenvolvimento cultural que se dá hoje; relatou que a relação  
571 cultura e meio ambiente é muito importante, e que a dimensão da  
572 diversidade cultural faz parte da estratégia da Rio Mais 20 e é um

573 processo que vem sendo acompanhado há muitos anos e impacta  
574 positivamente a relação de equilíbrio ecológico do planeta; obser-  
575 vou que podem levantar a bandeira da diversidade cultural como  
576 um dos esteios para se pensar cultura e meio ambiente e cultura e  
577 sustentabilidade; frisou que isso estava pautado inclusive como  
578 uma das prioridades no calendário da C40 e da Rio Mais 20 e que  
579 toda a discussão hoje onde o Brasil é o protagonista em função de  
580 sua matriz energética querem contribuir humanizando esses pro-  
581 cessos; observou que o que está sendo feito no país por várias li-  
582 deranças culturais, de alguma forma no seu conjunto, pode ser vis-  
583 to como uma dimensão importante para o desenvolvimento susten-  
584 tável no país; ressaltou que pensando essas duas vias, tem a ques-  
585 tão do reconhecimento das matrizes culturais, tradicionais, das  
586 práticas e linguagens inovadoras que vem se constituindo e ga-  
587 nhando espaço no país através especialmente dos dois programas  
588 mencionados; frisou que estão pensando firmemente em desenvol-  
589 ver política de cultura para criança, pensando cidadania como um  
590 processo que impacta o desenvolvimento sustentável e também  
591 tangencia com o planejamento já colocado pela SPC; ressaltou que  
592 não era uma Secretaria que faz “para”, mas sim uma Secretaria  
593 que faz “com”, portanto, não era só o Conselho Nacional de Política  
594 Cultural, mas o conjunto de atores que tinham dialogado com a se-  
595 cretaria fariam parte do planejamento estratégico deles; finalizou a  
596 sua explanação. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do  
597 CNPC) deu continuidade a pauta do dia e passou a palavra para a  
598 Sra. Cláudia Leitão, da Secretaria da Economia Criativa. A Sra.  
599 **Cláudia Leitão** (Secretaria da Economia Criativa) se apresentou a  
600 todos, e ressaltou que como a Secretaria da Economia Criativa era  
601 uma nova secretaria não tinha uma ainda estrutura para apresen-  
602 tar a todos; informou que tem tentando escapar da cilada de uma  
603 visão de uma secretaria das indústrias culturais ou das indústrias  
604 criativas, afinal era uma Secretaria da Economia; explicou que a

605 economia criativa corresponde aos ciclos de criação, produção, cir-  
606 culação, distribuição, consumo, fruição de bens e serviços cujo in-  
607 sumo principal é a criatividade e conhecimento e que promove o  
608 desenvolvimento sustentável e humano não se restringindo ao  
609 mero crescimento econômico; relatou que os setores criativos são  
610 os segmentos ou setores produtores de bens e serviços criativos, e  
611 disse que destacaria quatro pontos que teriam que enfrentar nessa  
612 Secretaria, obstáculos levantados pela Unctad, a conferência da  
613 ONU que discute comércio e desenvolvimento; relatou que o pri-  
614 meiro era a questão dos dados, da pesquisa, ou seja, que há uma  
615 ausência de pesquisas que contemplem de modo amplo os diversos  
616 setores desta economia, permitindo conhecer e reconhecer dados  
617 relativos às vocações e oportunidades de empreendimentos criati-  
618 vos para a definição de políticas públicas; relatou que em segundo  
619 lugar, seria a baixa disponibilidade de recursos financeiros para o  
620 financiamento de negócios desta natureza, e disse que precisavam  
621 criar uma grande parceria com o BNDES, com o BASA, com as  
622 agências de fomento para trazer o pequeno empreendedor cultural,  
623 criativo, para que eles possam trabalhar seus empreendimentos  
624 dentro das características de cada segmento da nova economia;  
625 explicou que o terceiro ponto seria a questão do baixo investimento  
626 em capacitação dos agentes atuantes na cadeia produtiva destas  
627 indústrias, agentes que cuja atuação exige visão de mercado, de  
628 gestão de empreendimentos e de conhecimentos técnicos e artísti-  
629 cos; ressaltou que o quarto ponto era a questão da pouca infraes-  
630 trutura no que se refere à distribuição e difusão dos bens e servi-  
631 ços, e que essa questão certamente envolvia o Ministério inteiro;  
632 apresentou a classificação dos setores ditos criativos pela Unctad,  
633 como, por exemplo, os sítios culturais e as manifestações tradicio-  
634 nais; explicou que eles estavam divididos em quatro grandes cate-  
635 gorias: patrimônio, artes, mídias e criações funcionais; frisou que o  
636 modelo não era perfeito, merecia críticas, mas que dava uma ima-

637 gem geral dos chamados segmentos que compõem a economia  
638 criativa; explicou que no segmento de sítios culturais tinha o patri-  
639 mônio edificado, com ligação direta com o Iphan, os sítios arqueo-  
640 lógicos também, e ainda os museus, as galerias etc.; explicou que  
641 na área de manifestações tradicionais tinham as celebrações, os  
642 festejos, o artesanato e os saberes e fazeres tradicionais; apresen-  
643 tou que na área das artes tinham: a Pintura, a Escultura e a Foto-  
644 grafia; e ainda, nas artes performáticas: a Música, o Teatro, a Dan-  
645 ça, o Circo, a Ópera etc.; informou que na área da Mídia tinham em  
646 audiovisual: Cinema, Vídeo, TV e Rádio; e na área das publicações  
647 de mídias impressas: Livros, Revistas, Jornais etc.; relatou que a  
648 área de criações funcionais, que corresponde a 1/3 dos produtos e  
649 serviços da cultura, estava presente pelo seu valor simbólico, divi-  
650 dida em três segmentos: Design (Moda, Joias, Gráfico, Móveis, In-  
651 teriores etc.), Serviços criativos (Arquitetura, Publicidade, Marke-  
652 ting, Produção cultural etc.) e Novas mídias (Softwares, Games  
653 eletrônicos, Internet etc.); ressaltou que quando se pega o relató-  
654 rio da Unctad sobre a economia criativa do mundo o Brasil não  
655 aparecia entre os vinte países em desenvolvimento e que o Brasil  
656 aparecia apenas na área das criações funcionais, portanto, na área  
657 da arquitetura, do design e da moda; ressaltou que um dos desa-  
658 fios era fazer com que o Brasil aparecesse nos próximos relatórios  
659 da Unctad com uma presença palpável e concreta; acrescentou a  
660 importância de fortalecer a ação do Estado no planejamento e na  
661 execução das políticas culturais; apresentou as diretrizes com o in-  
662 tuito de ampliar a participação da cultura no desenvolvimento so-  
663 cioeconômico sustentável, como, por exemplo, a capacitação e as-  
664 sistência ao trabalhador da cultura, o estímulo ao desenvolvimento  
665 da economia da cultura, o turismo cultural e a regulação econômi-  
666 ca; informou que na área da capacitação vão gerar conhecimento e  
667 disseminar informação; finalizou sua apresentação. O Sr. **João Ro-**  
668 **berto Peixe** (Secretário Geral do CNPC) agradeceu e passou a pa-

669 lavra para a Sra. Ana Paula Santana. A Sra. **Ana Paula Santana**  
670 (Secretaria do Audiovisual) se apresentou ao Plenário e informou  
671 que se sentia muito a vontade em ocupar o lugar que estava, pois  
672 já estava no Ministério da Cultura há 10 anos; informou que a Se-  
673 cretaria de Audiovisual fazia parte de um tripé institucional que re-  
674 gula a atividade audiovisual no Brasil; relatou que atualmente vin-  
675 culada ao Ministério da Cultura estava a Agência Nacional do Cine-  
676 ma, a Secretaria do Audiovisual e o Conselho Superior do Cinema  
677 que foi criado no âmbito da medida provisória que criou a ANCINE;  
678 relatou que a nova gestão transformava o Ministério em um siste-  
679 ma de unidade, com um trabalho integrado e conjunto; informou  
680 que a SAV e a ANCINE estão compartilhando uma integração social  
681 e econômica desse segmento e que foi reconhecido pelo ex-presi-  
682 dente Lula como uma política de Estado e não somente como uma  
683 política de Governo; explicou que a Secretaria do Audiovisual con-  
684 tava com uma nova estrutura, portanto, com uma Diretoria de Polí-  
685 ticas Audiovisuais, uma Coordenação-Geral de Assuntos Audiovi-  
686 suais no Exterior, uma Coordenação-Geral de Inovação e Platafor-  
687 mas Audiovisuais, uma Coordenação-Geral de Desenvolvimento  
688 Sustentável e Integração do Audiovisual, um Centro Técnico Audio-  
689 visual no Rio de Janeiro e a Cinemateca Brasileira em São Paulo;  
690 relatou que foi a partir do Conselho que puderam estabelecer o  
691 plano da cinemateca, que hoje tem 20 planos de trabalho aprova-  
692 dos pelo conselho; apresentou as bases de atuação da Secretaria  
693 do Audiovisual, primeiramente, atender a produção independente  
694 brasileira e disse que a SAV era o lócus da produção experimental,  
695 da produção de investir no realizador da obra de audiovisual; res-  
696 saltou que na última gestão a cultura digital foi tratada como pro-  
697 jeto e que agora, na nova gestão, eles têm a obrigação de trans-  
698 formar a cultura digital em política pública; disse que a política vai  
699 prezar pelo acesso e pela difusão; relatou que a SAV é uma das  
700 pernas de articulação institucional e que a construção dessa nova

701 gestão era participativa e coletiva das políticas públicas que que-  
702 rem desempenhar; agradeceu a todos e informou que a SAV esta-  
703 ria aberta ao diálogo contínuo. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secre-  
704 tário Geral do CNPC) passou a palavra ao secretário da Secretaria  
705 de Fomento e Incentivo à Cultura, Sr. Henilton Menezes. O Sr. **He-**  
706 **nilton Menezes** (Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura) in-  
707 formou que a Secretaria estava dividida em duas diretorias, a Dire-  
708 toria de Desenvolvimento e Avaliação de Mecanismos de Financia-  
709 mento e a Diretoria de Incentivo à Cultura; informou que a SEFIC  
710 funcionava como se fosse a cabeça de todo o sistema Pronac, o  
711 Programa Nacional de Apoio à Cultura, e que tem um desenho bas-  
712 tante complexo porque envolve uma série de atores; relatou que  
713 tem vários atores que trabalham com esse sistema e que a Secre-  
714 taria saiu da lógica de dizer não, para a lógica de dizer sim, procu-  
715 rar dizer o sim a partir da legislação vigente; ressaltou que no ano  
716 passado fizeram 17 reuniões de proponentes em todas as regiões  
717 do Brasil, fizeram também encontros com as unidades representa-  
718 tivas da cultura pelo país e que estão sempre abertos ao diálogo da  
719 demanda enorme que é a Lei Rouanet; informou que fizeram tam-  
720 bém um estudo do fluxo dos processos dentro da Secretaria de Fo-  
721 mento e Incentivo à Cultura, para saberem como que os processos  
722 e projetos caminham dentro do Ministério da Cultura; frisou que  
723 nesse estudo encontraram uma série de disfunções e de procedi-  
724 mentos inadequados que não tinham menor valia para o sistema,  
725 não qualificava o sistema; informou que editaram uma instrução  
726 normativa no começo de outubro do ano passado mudando toda  
727 essa regulamentação de operação para que tivessem mais celerida-  
728 de; ressaltou que passaram de uma média de tempo de análise de  
729 88 dias para uma média hoje de 28 dias dentro do Ministério da  
730 Cultura; observou que naturalmente tiveram um aumento de de-  
731 manda, e disse que da forma que está não tem como sobreviver ao  
732 longo prazo, anualmente recebem cerca de 12.000 propostas, e



733 dessas apenas cerca de 6.000 se tornam em Pronac; relatou que  
734 desde o ano passado reestruturaram o papel da CNIC e escreveram  
735 o Regimento Interno para que ela pudesse operar, pois não sabiam  
736 nem como deveriam votar; colocou a Secretaria de Fomento e In-  
737 centivo à Cultura à disposição sempre que precisassem. O Sr. **João**  
738 **Roberto Peixe** (Secretário Geral do CNPC) iniciou o debate. A Sra.  
739 **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo) relatou que ao longo do  
740 funcionamento do Conselho debateram muito sobre a questão das  
741 pautas; observou que o Conselho acabava recebendo um material  
742 enorme de informações sem condições de debatê-los, então a cada  
743 fala ela tinha centenas de pontos, mas que acabavam não tendo  
744 tempo para isso, por isso se ater a uma questão que foi falada e  
745 contrariava o próprio Regimento; relatou que sobre a mudança dos  
746 Colegiados ficarem ligados às entidades fins, isso já havia sido ex-  
747 tremamente debatido na instalação do Conselho Nacional e que  
748 isso ia contra o próprio Regimento Interno deles; observou que a  
749 transversalidade que foi ponderada nas falas anteriores, do quanto  
750 a cultura tinha uma multiplicidade, eles não tinham como absorver  
751 isso; frisou que essa seria uma atitude que empobreceria os Cole-  
752 giados; informou que tinha vários aspectos que gostaria de discutir  
753 melhor, mas devido à falta de tempo deixaria para depois. O Sr.  
754 **Antônio Ferreira** (Culturas Afro-brasileiras) aproveitou que era  
755 dia de Ogum e pediu proteção para o Conselho; relatou que não  
756 adiantava referendar o plano se o sistema não estava implantado;  
757 questionou como iniciariam essa discussão e também se colocou  
758 preocupado com relação à mudança dos Colegiados, como mencio-  
759 nado anteriormente; frisou que existem recomendações e reco-  
760 mendações, mas que continuavam pecando em questões passadas.  
761 A Sra. **Jaqueline Moll** (Ministério da Educação) relatou que a rela-  
762 ção entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação era  
763 mais do que necessária, e que não tinha como se pensar em edu-  
764 cação séria sem uma forte base cultural; relatou sobre a ampliação

765 da educação para uma educação mais integral com várias vertentes  
766 culturais, uma escola de sete horas diárias; informou que estavam  
767 abertos a avançar, mais do que desejo, era uma necessidade.  
768 O Sr. **José Carlos Rassier** (Associação Brasileira de Municípios)  
769 cumprimentou o Sr. Sérgio Mamberti e a Sra. Cláudia Leitão por  
770 suas falas, e disse que deveriam pensar na possibilidade de que há  
771 diversos gestores locais do país e levassem em conta a diversidade  
772 regional e as questões de orçamento em políticas culturais; frisou  
773 que precisam de um esforço para institucionalizar políticas públicas  
774 pelo país, políticas que possam de fato ser vistas como espaço de  
775 agregação para que as pessoas tenham direito aos espaços culturais;  
776 ressaltou que a Associação Brasileira de Municípios oferecia ao  
777 Ministério da Cultura o calendário de eventos que realizarão em  
778 2011-2012, serão doze diferentes eventos, em doze cidades capitais  
779 e pólos regionais, e queriam incluir o tema da cultura como  
780 tema prioritário. O Sr. **Francisco Simões de Oliveira Neto** (Inclusão  
781 Social por Intermédio da Cultura) informou que representava a  
782 inclusão social por intermédio da cultura e que se sentia uma  
783 pessoa incluída por intermédio da cultura à nossa sociedade; relatou  
784 que foi expulso muito cedo da escola por militância política em  
785 79, e andando de mochila pelo país assistia uma brincadeira de  
786 mamulengo; disse que essa brincadeira o reportou para uma dimensão  
787 completamente diferente do que ele tinha até então, pela  
788 capacidade de que o mestre tinha de se comunicar abertamente  
789 com o público que estava assistindo; relatou que a partir daí sua  
790 vida vinha sendo dedicada a aprender com mestres das culturas  
791 tradicionais e criar diálogos nessas fronteiras; frisou que precisam  
792 dignificar o legado e acrescentar algo a ele e solicitou que todos tivessem  
793 um pouco mais de paciência no momento de abertura para que  
794 pudessem entender e sentir uma vibração cultural simbolicamente  
795 muito importante que estava acontecendo nesse momento  
796 no Brasil. A Sra. **Dulce Rocha Lamego** (Associação Nacional dos

797 Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) se apre-  
798 sentou e ressaltou que estava muito feliz por estar de volta ao  
799 Conselho depois de seis meses afastada; relatou que era muito im-  
800 portante o equilíbrio de gêneros feito pela Ministra Ana de Hollan-  
801 da, com três homens e três mulheres dirigentes; ressaltou que so-  
802 bre a escola integral era o ideal e estavam finalmente no Fórum da  
803 Pró-Reitoria de Extensão com um projeto chamado Programa Josué  
804 de Castro que seria uma espécie de REUNI para universidades nes-  
805 sa abertura com a sociedade e na troca de conhecimento. O Sr.  
806 **Henrique Falhauber** (Comitê Gestor da Internet no Brasil) ressal-  
807 tou sua satisfação por ter sido indicado novamente a fazer parte do  
808 Conselho; solicitou novamente uma cadeira para o Ministério da  
809 Educação no Comitê de Educação da Internet. O Sr. **Nilton Boba-**  
810 **to** (Livro, Leitura e Literatura) reforçou a fala da Sra. Alice sobre a  
811 questão da vinculação dos Colegiados, considerou um equívoco e  
812 ressaltou que isso já havia sido muito discutido anteriormente e  
813 isso enfraqueceria o processo da participação social; frisou que co-  
814 mentaria sobre a retirada da DLL da estrutura da Secretaria de Ar-  
815 ticulação Institucional para uma instituição vinculada; disse que a  
816 criação do DLL foi um grande avanço, uma conquista para esse  
817 grande e importante setor que é o Livro e Leitura e que a retirada  
818 dela para uma instituição vinculada seria criar um caminho mais  
819 longo e retirar de dentro do Ministério uma construção que sempre  
820 foi uma reivindicação do Colegiado; sugeriu que isso fosse repen-  
821 sado ou no mínimo discutido para uma outra alternativa. A Sra.  
822 **Rosa Coimbra** (Dança) se apresentou e cumprimentou a todos  
823 dessa nova gestão, desejando muita luz e muito sucesso; concor-  
824 dou com a questão ponderada pelos colegas sobre a mudança dos  
825 Colegiados agora com a intenção de ficarem ligados às instituições  
826 fins e não mais direto ao CNPC, disse se preocupar muito com as  
827 possíveis conseqüências; frisou que o Conselho sempre tem algum  
828 um problema e que a questão da pauta até hoje não havia sido so-

829 lucionada, e ainda, sempre corriam risco de não ir profundamente  
830 ao debate e acabavam saindo com a sensação de não terem discu-  
831 tido o que precisavam; sugeriu uma reunião de três dias ou algum  
832 tipo de negociação com os conselheiros, pois precisariam encontrar  
833 um ponto em comum com os conselheiros; solicitou um compro-  
834 misso de sair dali já com as datas das próximas reuniões dos Cole-  
835 giados marcadas, e que no máximo, no dia de amanhã, tivessem  
836 esta resposta. Manifestou sua preocupação sobre o real significado  
837 da saída da “logo” e do link do CNPC da página principal do MinC.  
838 Lembrou que o CNPC ficava ligado diretamente à Secretaria Execu-  
839 tiva e ao Gabinete do Ministro. Teme que agora com esta nova es-  
840 truturação o Conselho possa sofrer uma possível perda política. Por  
841 último mencionou a realização do Encontro Setorial de Música reali-  
842 zado no Rio de Janeiro, inclusive com a presença da Ministra. Res-  
843 saltou que apesar da iniciativa ser muito boa, se faz necessário al-  
844 gumas observações e cuidados. Os Encontros Setoriais podem ser  
845 excelentes instrumentos de diálogo do Estado com a sociedade,  
846 mas não se pode esquecer que os Colegiados são também legíti-  
847 mos canais de diálogo, constituídos por membros eleitos democra-  
848 ticamente, vitória conquistada de mãos dadas com o governo. Des-  
849 tacou que tanto os conselheiros do CNPC, representantes das áreas  
850 artísticas, como os membros dos Colegiados, não podem ficar sem  
851 informações quando se tratar de assuntos relacionados às suas  
852 respectivas áreas. Finalizou dizendo que os encontros de consulta  
853 pública são extremamente salutares, mas que seria conveniente  
854 convidar, convocar ou pelo menos informar os Conselheiros do  
855 CNPC e os Colegiados. Há de ser destacada a importância da conti-  
856 nuidade e fortalecimento dos Colegiados e isso pressupõe inclusive  
857 a garantia da regularidade de suas reuniões. A Sra. **Virgínia Lúcia**  
858 (Teatro) saudou a Secretária de Cultura de Sergipe que estava pre-  
859 sente, Sra. Eloisa Galdino; frisou que o segmento das Artes Popula-  
860 res merecia um olhar e um recorte mais crítico e aprofundado; dis-

861 se que o diálogo com a sociedade e o ponto de partida era a Confe-  
862 rência Nacional de Cultura e ainda, que gostava da força com que a  
863 nova gestão estava se lançando nesse início de gestão; solicitou  
864 que a primeira reunião dos colegiados fosse unificada. O Sr. **Vitor**  
865 **Ortiz** (Secretário Executivo) solicitou questão de ordem para escla-  
866 recer um aspecto sobre a questão dos Colegiados estarem sendo  
867 desagregados do Conselho; explicou que a visão da gestão era o  
868 fortalecimento do CNPC com obviamente todas as suas representa-  
869 ções, incluindo os colegiados, no âmbito de gestão do CNPC, da  
870 Secretaria de Articulação Institucional e que os colegiados deve-  
871 riam sim ser alimentados pelas áreas fins para que não houvesse  
872 ausência desse cruzamento. A Exma. Ministra da Cultura Sra. **Ana**  
873 **de Hollanda** acresceu que sobre a reunião de música que aconte-  
874 ceu no Rio de Janeiro, organizada pela Funarte, que foi uma reuni-  
875 ão setorial, não tinha nada a ver com o Colegiado Setorial e inclusi-  
876 ve pessoas do Colegiado participaram e que são discussões e tra-  
877 balhos à parte. O Sr. **Washington Queiroz** (Patrimônio Imaterial)  
878 relatou que tópicos como, por exemplo, data de conferência, dire-  
879 trizes estratégicas na área da cultura e tudo permeado por uma  
880 sustentabilidade era coisas extremamente delicadas para alguns  
881 setores brasileiros; frisou que deviam definir melhor as pautas, o  
882 que melhoraria a discussão, e parabenizou a ministra pelo reconhe-  
883 cimento da instância do CNPC como uma instituição deliberativa  
884 importante para a cultura nacional. O Sr. **Albino Rubim** (Fórum  
885 Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura) parabe-  
886 nizou a todos e sugeriu que se debruçassem em alguns sistemas  
887 de fundo, e que o tema da relação Estado x Cultura fosse pautado,  
888 que pensassem como o estado democrático se relaciona com a cul-  
889 tura; sugeriu também a inclusão do item Cultura x Desenvolvimen-  
890 to, e por fim, a questão do financiamento da cultura, áreas que não  
891 podem ter uma sustentabilidade porque elas demandassem que os  
892 estados banquem determinadas áreas, e isso era um assunto im-

893 portante a ser discutido. A Sra. **Heloísa Esser dos Reis** (Arqui-  
894 vos) cumprimentou a Ministra desejando sucesso à gestão. Relatou  
895 que sente algumas fragilidades do setor no âmbito do CNPC e do  
896 Ministério da Cultura uma vez que Arquivos não tem colegiado se-  
897 torial, nem plano setorial, além da instituição finalística dos arqui-  
898 vos, o Arquivo Nacional, estar vinculado ao Ministério da Justiça,  
899 fatos que aumentam sua preocupação em relação à possibilidade  
900 dos colegiados setoriais ficarem ligados às instituições finalísticas  
901 vinculadas ao MinC. Informou que está em elaboração o projeto da  
902 I Conferência Nacional de Arquivos e solicitou à Ministra Ana de  
903 Hollanda que verificasse a possibilidade de uma aproximação entre  
904 os dois ministérios, favorecendo a elaboração das políticas nacio-  
905 nais de arquivos em relação às políticas setoriais de cultura. O Sr.  
906 **Charles Narloch** (Artes Visuais) se apresentou a todos os conse-  
907 lheiros e desejou sucesso à ministra e toda sua equipe; apoiou as  
908 falas dos colegas e acrescentou que os colegiados são instâncias  
909 legitimadas do Conselho, mas que já tiveram problemas anterior-  
910 mente e havia uma preocupação que as diretrizes aprovadas nas  
911 pré-conferências não fossem legitimadas; ressaltou a importância  
912 da valorização dos colegiados, e sobre as ações, entendia que no  
913 caso das artes visuais precisariam estar mais ligados às vinculadas,  
914 deixar de ser o arquipélago, citado pelo Mamberti, e ser uma coisa  
915 conjunta e unificada. A Sra. **Eloisa Galdino** (Fórum Nacional de  
916 Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura) ressaltou que tive-  
917 ram a diretoria reformada e reformulada; disse que dentro do foco  
918 de atuação da SAI tinha a agenda política, e que essa agenda dia-  
919 logava com instâncias como essa, e que a agenda política significa-  
920 va que cada um deles havia elegido um deputado federal ou esta-  
921 dual, e essa agenda era ainda fundamental para além do trabalho  
922 que cada um fazia, pois tinham uma agenda que era de todos e de-  
923 via ser foco de quem representa e faz a cultura do país. A Exma.  
924 Ministra **Ana de Hollanda** agradeceu a todos e disse que sabe que

925 eles reconhecem as demandas e tentarão administrar isso; consi-  
926 derou a importância da fala da Sra. Cláudia Leitão e da criação da  
927 Secretaria da Economia Criativa; observou que a Sra. Marta Porto  
928 estava trabalhando com esse viés da cultura, e estão reapresen-  
929 tando os secretários, e que à tarde apresentariam os presidentes  
930 das vinculadas; fez breves relatos e informou que não estaria pre-  
931 sente na parte da tarde devido à extensão de sua agenda, mas de-  
932 sejou um ótimo trabalho a todos. O Sr. **João Roberto Peixe** (Se-  
933 cretário Geral do CNPC) encerrou os trabalhos da parte da manhã.  
934 Após o almoço, o Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do  
935 CNPC) retomou a reunião e convidou para fazer parte da Mesa a  
936 Deputada Sra. Jandira Feghali. A Deputada **Jandira Feghali** rela-  
937 tou que trabalharam pela reinstalação da Frente Parlamentar e que  
938 no dia seguinte pela manhã haveria a apresentação na Câmara dos  
939 Deputados; relatou que o Conselho Consultivo da Frente foi am-  
940 pliado para aumentar a participação da sociedade, que antes ti-  
941 nham deputados e senadores, mas essa representação parlamentar  
942 foi retirada para ampliar a participação da sociedade civil; frisou  
943 que foi eleita presidente da Frente parlamentar Mista de Cultura e  
944 que a ideia era que mantivessem uma relação estreita com o Con-  
945 selho Nacional de Política Cultural; informou que criaram o membro  
946 nato da Frente na sua executiva que são os dois presidentes da Co-  
947 missão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e do Se-  
948 nado Federal; relatou que conseguiram colocar todos os deputados  
949 e todos os partidos dentro da Frente para que ela tenha maior efe-  
950 tividade; relatou que na reunião vão solicitar para colocar em pau-  
951 ta o Vale Cultura, o Sistema Nacional de Cultura e a PEC 150 que  
952 já estão prontos; ressaltou a importância do convite e da presença  
953 de todos, e informou que além da ministra, haveria vários repre-  
954 sentantes; frisou que era um ato político, que a Frente tenha um  
955 tripé de cultura, educação e comunicação democrática; ressaltou  
956 que vão trabalhar as três vertentes nessa luta política, e que de

957 fato esperam consolidar essa Frente e fazer um trabalho que faça  
958 avançar não só os fazeres, os saberes, mas também as políticas  
959 culturais do Brasil. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do  
960 CNPC) agradeceu o convite e informou que estariam todos juntos  
961 nessa pauta que era estratégica e fundamental para a cultura.  
962 **Item 4) Apresentação dos Presidentes das Instituições Vin-**  
963 **culadas ao MinC:** O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do  
964 CNPC) deu continuidade a pauta do dia e passou a palavra ao novo  
965 presidente da Funarte. O Sr. **Antônio Grassi** (Funarte) saudou a  
966 todos e iniciou sua explanação; relatou que atualmente vivem um  
967 processo de reestruturação permanente, envolvendo a Funarte,  
968 mas que envolve além de tudo, todo o Ministério da Cultura; infor-  
969 mou que fizeram no ano de 2003 um grande trabalho de reforma  
970 administrativa porque consideraram que algumas formas de atua-  
971 ção específica, principalmente da Funarte, mas de outras vincula-  
972 das também, estavam centralizadas em Brasília, tirando e muito, o  
973 papel de formulação dessas vinculadas; relatou que fizeram essa  
974 reestruturação visando dar às vinculadas e às áreas finalísticas um  
975 avanço, não estão totalmente consolidadas, mas precisam sempre  
976 trabalhar nessa reforma para um Ministério que se mantenha pre-  
977 sente em todo o país e como formulador de todos os assuntos rela-  
978 tivos à política cultural do Estado brasileiro; informou que o papel  
979 da Funarte, que é uma fundação e foi criada antes do Ministério da  
980 Cultura, veio se desenhando debaixo de grandes dificuldades; fri-  
981 sou que quer que a Funarte dialogue com todas as outras áreas do  
982 Ministério, e que a nova reformatação vai inserir a Funarte nessa  
983 composição nova do Ministério como com as outras vinculadas  
984 também do sistema MinC; disse que estão qualificando quais as  
985 áreas de atuação permanente em relação ao diálogo com os seto-  
986 riais; relatou que sobre os encontros setoriais, era fundamental  
987 que a Funarte tivesse um retrato mais amplo da sua atuação, e  
988 que esses encontros eles fossem aprofundados; frisou que a inten-



989      ção era trazer a presença dos colegiados setoriais para os encon-  
990      tros setoriais; relatou que na estrutura atual da Funarte possuem  
991      alguns centros: o Centro de Artes Cênicas, o Centro de Música, o  
992      Centro de Programas Integrados e o Centro de Artes Visuais; expli-  
993      cou que no Centro de Programas Integrados há também inserido o  
994      programa Brasil Memória das Artes que é um portal da Funarte que  
995      foi desenvolvido e que estão querendo agora prosseguir com esse  
996      programa; informou que alguns compromissos já de imediato que  
997      assumiram ainda foram poucos porque a maioria da equipe ainda  
998      não havia sido nomeada, mas que já estavam trabalhando em al-  
999      guns compromissos prioritários, como, por exemplo, a quitação dos  
1000     restos a pagar; frisou que pagaram já o Prêmio Klaus Vianna e ain-  
1001     da faltam dois processos, um de música clássica e um projeto de  
1002     festivais; relatou que irão coordenar os editais do Procultura, e que  
1003     no mês de abril terão a formação das comissões de avaliação dos  
1004     prêmios que já foram lançados; ressaltou que projetos, como o  
1005     Mambembão, serão retomados na nova gestão; ressaltou que vão  
1006     fortalecer esses espaços através de uma política de ocupação e que  
1007     no segundo semestre terão editais para ocupação desses espaços  
1008     culturais aperfeiçoando alguns modelos que já foram experimenta-  
1009     dos na gestão passada; frisou que esses espaços estavam multi-  
1010     centralizados e que eles existem em São Paulo, Rio de Janeiro, Mi-  
1011     nas Gerais e Brasília; explicou que no Rio de Janeiro há o espaço  
1012     Glauce Rocha, o Teatro Cacilda Becker, a Sala Carlos Magno, o  
1013     Teatro Dulcina que será reinaugurado, a Galeria do Palácio Capane-  
1014     ma, a Sala Funarte Sidney Miller, o Auditório Gilber

1015

1016

1017     to Freire etc.; relatou que um dos grandes problemas que precisa-  
1018     vam resolver era sobre a Aldeia de Arcozelo, um espaço dramático  
1019     e importante da cultura brasileira, que faz parte da estrutura da  
1020     Funarte e, no entanto, tem graves problemas de manutenção; co-

65

33

66

1021 mentou também que uma novidade na nova estrutura dos espaços  
1022 culturais era a entrada do Teatro Brasileiro de Comédia dentro do  
1023 rol de equipamentos da Funarte; informou que em Brasília há o  
1024 Complexo Cultural da Funarte, assim como em Minas Gerais, mas  
1025 que esses espaços exigem políticas de ocupação distintas de utili-  
1026 zação e informou que a Funarte estava aberta ao diálogo, e que es-  
1027 tavam interessados em estar presentes nessas discussões junto ao  
1028 Conselho Nacional de Política Cultural. O Sr. **João Roberto Peixe**  
1029 (Secretário Geral do CNPC) informou que houve um problema com  
1030 o presidente do Iphan, Sr. Luiz Fernando de Almeida, por isso ele  
1031 não estava presente; dando continuidade à pauta, passou a pala-  
1032 vra para o presidente do Instituto Brasileiro de Museus. O Sr. **José**  
1033 **do Nascimento Junior** (Presidente do IBRAM) informou de pri-  
1034 meira mão que a Revista *The Art Newspapers* lançou uma estatísti-  
1035 ca, e pela primeira vez o Brasil foi chamado para entrar nessa esta-  
1036 tística e que eles estavam no *ranking* das 30 maiores exposições  
1037 do mundo, competindo com os Estados Unidos, Europa e países  
1038 asiáticos; ressaltou que o IBRAM tem buscado parcerias e discutir o  
1039 tema museu e memória de forma transversal, mostrando que era  
1040 uma política; informou que o IBRAM era autarquia vinculada ao Mi-  
1041 nistério da Cultura e que foi constituído em 2009, e que o seu pa-  
1042 pel principal era a coordenação de ações de museus ligados ao Mi-  
1043 nistério da Cultura, a coordenação da política nacional de museu, e  
1044 ainda da preservação, promoção, sustentabilidade, estudo, valori-  
1045 zação, divulgação do patrimônio brasileiro de museus; apresentou  
1046 a estrutura do IBRAM e explicou a responsabilidade de cada uma;  
1047 explicou que tinham um Departamento de Planejamento e Gestão  
1048 Interna, uma Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Mu-  
1049 seal, um Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Mu-  
1050 seus e um Departamento de Processos Museais; informou que a  
1051 partir da Política Nacional de Museus obtiveram grande avanço no  
1052 planejamento, na consolidação de uma política perene e criaram o

1053 Sistema Brasileiro de Museus (SBM), o Cadastro Nacional de Mu-  
1054 seus (CNM) e o Estatuto de Museus; apresentou o Cadastro Nacio-  
1055 nal de Museus, uma espécie de censo do setor museal brasileiro,  
1056 que entrou em atividade em março de 2006 e que destina-se a sis-  
1057 tematizar e tornar públicas informações sobre os museus do Brasil;  
1058 apresentou o Sistema Brasileiro de Museus, criado em 2004, que  
1059 consolida e regulamenta rede de parcerias institucionais voltada  
1060 para a elaboração coletiva dos rumos do setor museal no país; in-  
1061 formou que o Estatuto de Museus, instituído em 2009 pela Lei  
1062 11.904, regulamenta desde a criação até o fechamento de um mu-  
1063 seu e seu funcionamento, e que o Estatuto torna obrigatória a ela-  
1064 boração e implementação de um plano museal para cada institui-  
1065 ção; explicou que museus são instituições sem fins lucrativos que  
1066 conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para  
1067 fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e  
1068 turismo, conjuntos de coleções de valor histórico, artístico, científi-  
1069 co, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, e que são abert-  
1070 tas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;  
1071 relatou que o quadro dos museus hoje no Brasil é composto por  
1072 3.025 museus mapeados e 1.500 cadastrados no Cadastro Nacional  
1073 de Museus; frisou que estão presentes em 1.172 municípios o que  
1074 representa apenas 21% dos municípios brasileiros, e que ainda,  
1075 67% dos museus brasileiros são públicos, 357 são museus federais  
1076 e 28 estão ligados ao Ibram; apresentou a distribuição geográfica  
1077 dos museus brasileiros por Estado e a dispersão geográfica dos  
1078 mesmos; informou que 48% dos museus desenvolvem ações edu-  
1079 cativas e 96% são ações específicas para o público infanto-juvenil;  
1080 relatou que esses dados mostram que devem ampliar para outros  
1081 públicos como idosos, portadores de necessidades especiais e etc.;  
1082 apresentou quais unidades estavam vinculadas ao Ibram, como:  
1083 Museu Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas  
1084 Artes, Museu da República, Museu Castro Maya, Museu Chácara do

1085 Céu, Museu do Açude, Museu da Inconfidência, Museu Lasar Segall,  
1086 Museu Villa-Lobos; informou que herdaram todos os museus que  
1087 estavam vinculados ao Iphan, e disse que essa vinculação de 28  
1088 museus mostrava o histórico do patrimônio cultural brasileiro e  
1089 como foi pensada essa preservação; ressaltou que a maioria dos  
1090 museus estão concentrados em São Paulo, Minas Gerais e no Rio  
1091 de Janeiro; explicou sobre o Programa Museu Memória e Cidadania,  
1092 do Plano Setorial de Museus; relatou que o Plano estabelece as po-  
1093 líticas públicas na área museal pelos próximos 10 anos, e que foi  
1094 construído pelo Ibram em parceria com a comunidade museológica,  
1095 em discussões realizadas desde a II Conferência Nacional de Cultu-  
1096 ra; frisou que o Plano Setorial de Museus irá integrar o Plano Na-  
1097 cional de Cultura; ressaltou que na próxima reunião do Conselho  
1098 distribuiriam o Plano Setorial para os conselheiros; apresentou o  
1099 programa Pontos de Memória e explicou que o programa apoia ini-  
1100 ciativas e experiências de memória social em comunidades popula-  
1101 res do País, e que no momento, são 12 Pontos em consolidação;  
1102 relatou que esse ano, o tema definido para a Semana de Museus,  
1103 pelo Conselho Internacional de Museus foi *Museus e Memória* e que  
1104 a semana acontecerá de 16 a 22 de maio; explanou sobre as ações  
1105 de fomento e as perspectivas; relatou que o Ibram planeja uma  
1106 agenda de investimentos para o segmento museal com foco nas ci-  
1107 dades-sedes da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016; disse que a  
1108 proposta tinha como objetivo sensibilizar os agentes públicos e pri-  
1109 vados sobre a oportunidade de se construir um legado cultural a  
1110 partir da realização de megaeventos esportivos; ressaltou que exis-  
1111 te uma pesquisa do Ministério do Turismo que a cada turista que  
1112 vem traz mais dois que não vêm para o evento, vêm para usufruir  
1113 a cidade, ou seja, precisam construir uma programação densa para  
1114 esses turistas; ressaltou que as cidades que serão as sedes dos jo-  
1115 gos da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016 possuem juntas mais  
1116 de 650 museus; informou que o instituto também desenvolve uma

1117 série de parcerias internacionais, e que o Brasil será a sede do pró-  
1118 ximo encontro do Conselho Internacional de Museus em 2013, na  
1119 cidade do Rio de Janeiro; relatou sobre os cursos de museologia  
1120 em funcionamento no Brasil; disse que em 2003, existiam apenas  
1121 dois cursos de museologia no Brasil, o da Universidade Federal do  
1122 Estado do Rio de Janeiro e o da Universidade Federal da Bahia, e  
1123 que entre os anos de 2005 e 2010, foram criados 12 novos cursos  
1124 de graduação e um de pós-graduação; apresentou a página do  
1125 IBRAM na web ([www.museus.gov.br](http://www.museus.gov.br)) e agradeceu a oportunidade,  
1126 ressaltando que o Ibram estava aberto ao diálogo. O Sr. **João Ro-**  
1127 **berto Peixe** (Secretário Geral do CNPC) agradeceu e passou a pa-  
1128 lavra ao presidente da Fundação Biblioteca Nacional. O Sr. **Galeno**  
1129 **Amorim** (Presidente da Fundação Biblioteca Nacional) informou  
1130 que apresentaria brevemente a Fundação Biblioteca Nacional; in-  
1131 formou que também participou da criação das câmaras setoriais e  
1132 que atuava na área do Livro e Leitura; frisou que hoje a Fundação  
1133 Biblioteca Nacional é composta pela sua Diretoria da Biblioteca Na-  
1134 cional no Rio de Janeiro, e em Brasília a Diretoria de Livro, Leitura  
1135 e Literatura e Bibliotecas; informou que a Fundação Biblioteca Na-  
1136 cional conta com a seguinte estrutura de apoio: a Coordenação-Ge-  
1137 ral de Administração, a Assessoria de Planejamento e Captação, o  
1138 Núcleo de Projetos Especiais, a Assessoria de Comunicação e Even-  
1139 tos, o Escritório de Direitos Autorais e a Agência do ISBN; relatou  
1140 que a Biblioteca Nacional tem a sua origem ligada à Biblioteca Real,  
1141 trazida para o Brasil em 1808 pela Família Real e que expandiu-se  
1142 graças a aquisições valiosas de coleções de obras raras e o cumpri-  
1143 mento da lei do Depósito Legal; apresentou algumas imagens da  
1144 Biblioteca Nacional e ressaltou que a Biblioteca Nacional do Brasil é  
1145 uma das 8 maiores do mundo, com um acervo com 9 milhões de  
1146 obras e muitas raridades; apresentou que a Biblioteca Nacional tem  
1147 por missão o recolhimento, guarda e preservação da produção in-  
1148 telectual do país e que pela Lei do Depósito Legal, toda obra publi-

1149 cada no Brasil deve ser remetida e armazenada na Biblioteca Na-  
1150 cional, visando o registro e a guarda da produção intelectual nacio-  
1151 nal, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura na-  
1152 cionais; frisou que ela é a guardiã da memória bibliográfica e docu-  
1153 mental brasileira; ressaltou que a Diretoria Biblioteca Nacional tem  
1154 uma estrutura representada por quatro áreas, quais sejam: o Cen-  
1155 tro de Processos Técnicos, o Centro de Referência e Difusão, a Co-  
1156 ordenação-Geral de Pesquisa e Editoração e a Biblioteca Nacional  
1157 Digital; informou que cumprem suas finalidades com ações como:  
1158 a preservação e a recuperação de obras raras, a microfilmagem e  
1159 digitalização de periódicos, livros etc., a atuação como centro de  
1160 referência de informações bibliográficas, as exposições do seu  
1161 acervo e visitas guiadas, o calendário de ações culturais nas de-  
1162 pendências da Biblioteca nacional, o atendimento aos pesquisado-  
1163 res e consulentes no próprio local e na Biblioteca Nacional Digital;  
1164 relatou também que elaboram e difundem a bibliografia nacional,  
1165 as bolsas para estudos e pesquisas que potencializem seu acervo e  
1166 contribuam para o acesso à informação, as bolsas de apoio à tra-  
1167 dução e o registro de obras intelectuais no Escritório de Direitos  
1168 Autorais; informou que a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura ti-  
1169 nha a responsabilidade pela formulação e execução da Política Pú-  
1170 blica do Livro e Leitura; informou que essa Diretoria tinha, portan-  
1171 to, como papel planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações  
1172 da FBN/MinC no Plano Nacional de Livro e Leitura e também pro-  
1173 mover a democratização do acesso ao livro e à leitura; relatou que  
1174 também tem a finalidade de apoiar a criação de planos estaduais e  
1175 municipais de livro e leitura e de fortalecer a cadeia criativa e pro-  
1176 dutiva do livro e da cadeia mediadora da leitura, desenvolvendo  
1177 ações para promover a leitura no país; explicou que ela é constituí-  
1178 da por quatro grandes áreas: a Coordenadoria da Economia do Li-  
1179 vro, a Coordenadoria da Leitura e Literatura, o Sistema Nacional de  
1180 Bibliotecas Públicas e a Coordenadoria do Plano Nacional do Livro e

1181 Leitura; informou que a Coordenadoria da Leitura e Literatura é  
1182 quem cuida do Programa Nacional de Leitura, o PROLER, que tem  
1183 comitês voluntários em 80 municípios brasileiros; frisou que ela é  
1184 quem apoia as feiras de Livros, Festivais de Literatura etc., promo-  
1185 ve ações que promovam a formação e a prática leitora e apoia ini-  
1186 ciativas da sociedade; ressaltou que essa Coordenadoria apoia ain-  
1187 da a ampliação quantitativa e qualitativa dos espaços de leitura no  
1188 país e estimula a promoção de ações de apoio à produção literária,  
1189 formação de novos escritores e profissionais; explicou que a Coor-  
1190 denadoria da Economia do Livro é a responsável por estimular o  
1191 desenvolvimento sustentável e a diversidade da cadeia produtiva  
1192 do livro, estimular ações do governo em favor da promoção da lei-  
1193 tura no país, promover maior institucionalidade na área, apoiar a  
1194 realização constante de pesquisas, estudos e indicadores nas áreas  
1195 da leitura e do livro e apoiar uma maior presença da literatura bra-  
1196 sileira no cenário internacional; frisou que também promove cam-  
1197 panhas de valorização do livro e da leitura como direito de cidadania  
1198 e seminários e outras atividades sobre a economia do livro; re-  
1199 latou que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas prioriza apoiar  
1200 programas de revitalização e modernização de bibliotecas públicas,  
1201 estimular e apoiar os sistemas estaduais de bibliotecas públicas e  
1202 desenvolver e manter amplo portal com: Bibliotecas Municipais, Bi-  
1203 bliotecas Comunitárias, Bibliotecas Rurais, Bibliotecas Escolares,  
1204 Bibliotecas Universitárias, Bibliotecas de instituições públicas, mu-  
1205 seus etc.; informou que em 2005 fizeram uma ampla comemora-  
1206 ção no Brasil, no ano Ibero-americano da Leitura, e para não ficar  
1207 só no evento aproveitaram o momento para trabalhar a consolida-  
1208 ção do plano; frisou que dele fazem parte: Governo, sociedade, o  
1209 mercado, as universidades e o Estado na figura do Governo Fede-  
1210 ral; relatou que no mês de abril, provavelmente, a presidenta Dil-  
1211 ma irá lançar as metas até 2014 e assinar o Decreto dando uma  
1212 maior institucionalidade ao Plano; relatou ainda que a Coordenado-

1213 ria do Plano Nacional do Livro e Leitura era a responsável pela sis-  
1214 tematização de projetos, programas e as ações dos governos fede-  
1215 ral, estaduais e municipais e da sociedade; frisou que com tudo  
1216 isso o Brasil será o único país no mundo a ter esse tipo de política  
1217 pública de Livro e Leitura enraizada e isso já vinha trazendo resul-  
1218 tados positivos concretos, como o índice de leitura que tanto cres-  
1219 ceu; encerrou sua explanação informando que estavam trabalhan-  
1220 do com algumas prioridades para 2011, que iniciariam a construção  
1221 de uma grande Biblioteca Nacional com recursos não orçamentários  
1222 e que deve ser uma das ações, em termos de ampliação de espaço,  
1223 a mais importante dos últimos 100 anos. O Sr. **João Roberto Pei-**  
1224 **xe** (Secretário Geral do CNPC) agradeceu e passou a palavra ao Sr.  
1225 **José Almino**, representando o atual presidente da Casa de Rui  
1226 Barbosa, Wanderley G. dos Santos. O Sr. **José Almino** (Fundação  
1227 Casa de Rui Barbosa) saudou a todos e informou que a Fundação  
1228 Casa de Rui Barbosa era a segunda instituição mais antiga do Mi-  
1229 nistério da Cultura; disse que das instituições culturais e governa-  
1230 mentais era uma das mais antigas, embora o seu tempo de vida  
1231 não fosse tanto, pois tinha 80 anos de vida; informou que a Funda-  
1232 ção Casa de Rui Barbosa teve sua origem no museu-biblioteca ins-  
1233 tituído em 1928 pelo presidente Washington Luís, a Casa de Rui  
1234 Barbosa; relatou que a Casa de Rui Barbosa teve como seu presi-  
1235 dente durante 53 anos o historiador Américo Jacobina Lacombe,  
1236 um fator importante na manutenção e na continuidade administra-  
1237 tiva da Casa; relatou que uma instituição que dura 80 anos ela não  
1238 se mantém resistindo por tradição, ou seja, mesmo a que se man-  
1239 têm por tradição é obrigada a mudar; frisou que a Casa mudou  
1240 bastante nesses 80 anos, passou de Biblioteca para Casa, uma ins-  
1241 tituição de pesquisa, e que nos anos 70 ela adquiriu status de Fun-  
1242 dação e tornou-se um centro de pesquisas, de memória e de infor-  
1243 mação; ressaltou que ela atravessou todo esse período, sob o ba-  
1244 que da administração Collor, se recompôs um pouco depois, atra-



1245       vessou uma fase grande de marasmo durante a administração do  
1246       ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; relatou que quando foi  
1247       convidado pelo ex-ministro Gilberto Gil para administrar a Casa,  
1248       eles definiram três tipos de desafio, o primeiro foi reconstituir e  
1249       acrescentar a tradição da Casa na modernidade como um centro  
1250       produtor de cultura e conhecimento sobre a realidade da cultura  
1251       brasileira; informou que em segundo lugar era promover a aproxi-  
1252       mação da Casa com as instituições do Ministério da Cultura, e fazer  
1253       da Casa um braço assessor do centro do Ministério em Brasília; re-  
1254       latou que o terceiro seria dar uma escala maior ao trabalho da  
1255       Casa; informou que estavam reiniciando o trabalho da Fundação, e  
1256       que estavam em processo de revisão, de avaliação, desta forma,  
1257       muitas coisas seriam continuadas e outras seriam melhoradas; fi-  
1258       nalizou sua apresentação. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário  
1259       Geral do CNPC) agradeceu e convidou o Sr. Eloi Ferreira, da Funda-  
1260       ção Cultural Palmares. O Sr. **Eloi Ferreira** (Presidente da Funda-  
1261       ção Cultural Palmares) relatou que a Fundação Cultural Palmares  
1262       foi o primeiro órgão federal criado para promover a preservação, a  
1263       proteção e a disseminação da cultura negra no Brasil; relatou que  
1264       ela foi criada em 1988 no centenário da abolição da escravidão do  
1265       nosso país; relatou que a Palmares formula e implanta políticas pú-  
1266       blicas que potencializam a participação da população negra brasi-  
1267       leira nos processos de desenvolvimento; disse que ao longo desses  
1268       22 anos de criação da Fundação Cultural Palmares ela não conse-  
1269       guiu dar um salto em termos de quadros, de quantitativo, de orça-  
1270       mento, do tamanho da responsabilidade de tratar de políticas pú-  
1271       blicas de uma população que corresponde a perto de 100 milhões  
1272       de brasileiros, um pouco mais de 50%, pretos e pardos; relatou  
1273       que a Fundação Cultural Palmares é um órgão bastante pequeno e  
1274       no Governo do ex-presidente Lula criou um propósito de tratar a  
1275       questão racial do Brasil não com um viés voltado à questão da cul-  
1276       tura, da penalização, da criminalização, mas tratar de políticas pú-

1277 blicas para criação de ambientes de igualdade de oportunidades  
1278 entre negros e não-negros no país; disse que a Fundação Cultural  
1279 Palmares tem além de um quadro pequeno, um orçamento micros-  
1280 cópico, o menor de todas as vinculadas do Ministério da Cultura;  
1281 informou que ela é composta por presidência, uma auditoria inter-  
1282 na, uma Diretoria colegiada, o Departamento de Proteção ao Patri-  
1283 mônio Afro-Brasileiro, o Departamento de Fomento e Promoção da  
1284 Cultura Afro-Brasileira e o Centro Nacional de Informação e Refe-  
1285 rência da Cultura Negra; relatou que a par de toda a sua dificulda-  
1286 de pessoal, orçamentária ao longo desse anos, a Fundação Cultural  
1287 Palmares se colocou muito bem na sociedade, se colocou de forma  
1288 muito intensa, ativa e ganhando respeitabilidade em todo ambien-  
1289 te nacional; relatou que a Ministra Ana de Hollanda o convidou  
1290 para presidir a Fundação e ele se sentia muito honrado pelo convite  
1291 e pelos desafios que tem para poder tratar ao longo do ano; frisou  
1292 que repartirão e contarão com o Conselho Nacional de Política Cul-  
1293 tural tendo em vista o grande desafio que diz respeito à cultura da  
1294 população negra; disse que a ONU definiu que o ano de 2011 será  
1295 o ano internacional dos descendentes de africanos em todo o mun-  
1296 do, e isso colocaria um grande desafio para a população negra bra-  
1297 sileira e para a representação dessa população que é a Fundação  
1298 Cultural Palmares no âmbito da cultura; observou que estão se de-  
1299 bruçando e pensando em organizar um grande festival nacional da  
1300 população negra que vai envolver a cultura em toda a sua dimen-  
1301 são e fazer uma ponte sobre o Atlântico com os países africanos de  
1302 língua oficial portuguesa; informou que além disso, já iniciaram o  
1303 Observatório Afro Latino, resultado do encontro dos países que têm  
1304 presença grande de população negra e a Fundação Cultural Palma-  
1305 res hoje sedia esse Observatório enquanto olhar cultural em políti-  
1306 cas públicas em todos esses países como Colômbia, Equador, entre  
1307 outros; informou que mês passado a presidenta Dilma sancionou a  
1308 Lei que deu a condição de heróis nacionais àqueles que lutaram na

1309 Revolta dos Malês que até então não tinham essa condição; relatou  
1310 que esse ano iniciam as comemorações do centenário do fim da  
1311 chibata, o castigo que era aplicado aos marinheiros embarcados na  
1312 Marinha de Guerra do Brasil, especialmente os marinheiros negros;  
1313 relatou sobre os marcos legais; comentou que tinham três temas  
1314 que a Fundação Cultural Palmares deveria observar intensamente,  
1315 sobretudo, os aspectos da regulamentação das exposições que es-  
1316 tão no Estatuto da Igualdade Racial para que a população tenha  
1317 como se apropriar daquilo que a lei oferece para a construção do  
1318 ambiente de igualdade; observou que ainda tem alguns níveis de  
1319 resistência ao tratar das memórias da escravidão e que no Brasil  
1320 há um museu, o Museu do Escravo, que fica no município de Belo  
1321 Vale a 80km de Belo Horizonte; disse que no Brasil ainda se preci-  
1322 sa refletir sobre a questão da memória e acredita que esse era  
1323 mais um desafio, reunir um grande acervo no Brasil todo, recolher  
1324 em algum ambiente o acervo do tempo da escravidão, sem ter  
1325 medo daquele passado; relatou que o desafio de acessar e de criar  
1326 condições para o acesso a igualdade de bens culturais, econômicos  
1327 e sociais para a população negra não era de responsabilidade ape-  
1328 nas de uma Fundação ou de um modo de governo, mas sim de  
1329 toda a sociedade; frisou que o Conselho Nacional de Política Cultu-  
1330 ral tendo representação da sociedade civil ele tem as possibilidades  
1331 de dar grande contribuição nessa direção. O Sr. **João Roberto**  
1332 **Peixe** (Secretário Geral do CNPC) relatou que estavam com um  
1333 problema grave de falta de tempo e sugeriu que já iniciassem o  
1334 Item 05, da ordem do dia, e consultou o Plenário; o Plenário con-  
1335 cordou e passaram ao próximo item da pauta. A Sra. **Maria Alice**  
1336 **Viveiros de Castro** (Circo) solicitou a palavra e relatou que o que  
1337 foi apresentado naquele dia tinha sido uma forma de painel, e não  
1338 cabiam comentários e nem discussões, e que esse era um formato  
1339 que vinha se repetindo de outras reuniões, não propiciando debate;  
1340 ressaltou que nas próximas pautas deveriam entrar em pontos

1341 mais específicos. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) ressaltou que na  
1342 última reunião, em dezembro, eles solicitaram que fosse incluída  
1343 na pauta a discussão sobre a metodologia das reuniões do Plenário  
1344 e que foi aprovada de que a metodologia das reuniões do Conselho  
1345 seria o primeiro item de pauta desta reunião; frisou que não esta-  
1346 vam concluindo as próprias decisões. O Sr. **Nilton Aparecido Bo-**  
1347 **bato** (Livro, Leitura e Literatura) sugeriu que antes de entrar na  
1348 ordem do dia, que decidissem se iriam ou não se fazer presentes  
1349 no lançamento da Frente, conforme convite da Deputada Jandira  
1350 Feghali. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do CNPC)  
1351 acatou a sugestão e consultou os conselheiros. O Sr. **Ignácio José**  
1352 **Kornowski** (Confederação Nacional de Prefeitos) sugeriu que es-  
1353 colhessem uma comissão para representá-los no lançamento en-  
1354 quanto o restante daria continuidade aos trabalhos. O Sr. **Du Oli-**  
1355 **veira** (Música Erudita) ressaltou que era fundamental que todos do  
1356 Plenário fossem ao lançamento por conta da importância da Frente  
1357 e por conta das matérias que estão na Casa; ressaltou que foi im-  
1358 portante a apresentação dos novos representantes das vinculadas,  
1359 mas que deveriam sugerir uma reunião extraordinária para pode-  
1360 rem debater diversas questões que haviam ficado fora da pauta e  
1361 que mesmo se eles não fossem ao lançamento da Frente pela ma-  
1362 nhã seria impossível discutirem. O Sr. **Albino Rubim** (Fórum Na-  
1363 cional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura) relatou que  
1364 tinham uma agenda importantíssima no Congresso Nacional com  
1365 um conjunto enorme de leis que eram fundamentais para eles, e  
1366 não via como eles não irem ao lançamento; frisou que deveriam ir  
1367 e criar um primeiro contato com a Frente e concordou com a reali-  
1368 zação de uma reunião extraordinária dada a importância da ida de  
1369 todos ao Congresso Nacional no dia seguinte. A Sra. **Rosa Coim-**  
1370 **bra** (Dança) ressaltou novamente que havia sido aprovada na últi-  
1371 ma reunião do Conselho a discussão sobre a metodologia das reu-  
1372 niões. O Sr. **Albino Rubim** (Fórum Nacional de Secretários e Diri-

1373 gentes Estaduais de Cultura) frisou que as apresentações fizeram  
1374 sentido, estavam em uma gestão nova, portanto, era lógico que  
1375 começassem com essas apresentações; alertou que não tinham  
1376 como discutir uma metodologia com uma gestão totalmente nova e  
1377 com um Ministério totalmente novo. O Sr. **João Roberto Peixe**  
1378 (Secretário Geral do CNPC) informou que já tinha uma proposta  
1379 para os dias 10 e 11 de maio a realização de uma reunião extraor-  
1380 dinária. O Sr. **Edmilson Pereira** (Secretaria Geral da Presidência –  
1381 Suplente) informou que nos dias 10 e 11 de maio era a previsão  
1382 que eles tinham na Secretaria Geral para a realização do Fórum In-  
1383 terconselhos, onde haverá a discussão do PPA entre a sociedade e  
1384 o Estado, e que obviamente o CNPC será convidado a integrar essa  
1385 discussão. O Sr. **Nilton Aparecido Bobato** (Livro, Leitura e Litera-  
1386 tura) ressaltou que precisam sim da reunião extraordinária, mas  
1387 que antes disso era fundamental que houvesse uma reunião dos  
1388 Colegiados, pois ocorreram diversas mudanças e não houve nenhu-  
1389 ma discussão a respeito do assunto. O Sr. **Antônio José Amaral**  
1390 **Ferreira** (Culturas Afro-Brasileiras) relatou que na última reunião  
1391 havia sido acertado vários pontos para a reunião que estava aconte-  
1392 cendo e que esse primeiro semestre seria acertado como seriam  
1393 as eleições para os Colegiados, para no segundo semestre refe-  
1394 rendar os Colegiados e aí saírem para as conferências municipais;  
1395 frisou que se a reunião extraordinária fosse nos dias 10 e 11 de  
1396 maio ficaria distante para todo o problema que estavam discutindo  
1397 e propôs que ela fosse em quinze dias. A Sra. **Rosa Coimbra**  
1398 (Dança) sugeriu que invés de ficarem dois dias para a reunião ex-  
1399 traordinária, que ficassem quatro dias de uma vez, dois dias para o  
1400 Fórum e dois para a reunião extraordinária, até por uma questão  
1401 orçamentária e logística. O Sr. **Jeferson Dantas Navolar** (Arqui-  
1402 tectura e Urbanismo) sugeriu que fossem todos como plenário, em  
1403 bloco, conforme sugerido pelo conselheiro Du Oliveira, para o Con-  
1404 gresso Nacional às 8h30min. A Sra. **Virgínia Lúcia da Fonseca**

1405 (Teatro) disse que não se tratava apenas de datas, mas também  
1406 de diretrizes políticas e de como o controle social ficaria atuando  
1407 nesse Governo e no Ministério; apoiou ainda que fossem em bloco  
1408 ao lançamento da Frente Parlamentar; relatou que está ali como  
1409 representante e que não tirava as coisas de sua cabeça, que ela  
1410 debatia e discutia com as bases, sendo assim, disse que deveriam  
1411 reconduzir rumo à democratização porque o controle social no Bra-  
1412 sil só valerá se ele se apropriar das conquistas; frisou que aquele  
1413 debate era uma apropriação de tudo que já conquistaram, princi-  
1414 palmente, esse espaço de interlocução com o Governo. A Sra. **Dul-**  
1415 **ce Tâmara da Rocha Lamego e Silva** (Associação Nacional dos  
1416 Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) considerou  
1417 que era importante para início de Governo o parlamento e que era  
1418 sim importante a presença de todo o Conselho, e reforçou a reali-  
1419 zação da reunião extraordinária. O Sr. **Guigo Pádua** (Audiovisual)  
1420 relatou que era a terceira vez que vinha para Brasília, para outras  
1421 reuniões de conselhos, e sempre discutiam o Conselho ao invés da  
1422 pauta; relatou que estava no Conselho Consultivo da SAV e eles  
1423 discutiam como o conselho devia funcionar e não discutiam as pau-  
1424 tas; frisou que tinham que já ir para a reunião extraordinária com  
1425 as questões bem definidas para não ficarem patinando. O Sr. **Alde-**  
1426 **nir Paraguassú** (Ministério do Meio Ambiente) ressaltou que o  
1427 Conselho era formado por mais diversos representantes da corren-  
1428 te da cultura e que a mesa deveria se posicionar sobre o que esta-  
1429 va sendo discutido. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral  
1430 do CNPC) colocou em votação a data possível para a reunião extra-  
1431 ordinária, nos dias 04 e 05 de maio, e foi aprovada pela maioria do  
1432 Plenário. Na sequência colocou em votação as quatro propostas  
1433 para a pauta da manhã sobre a ida ao Congresso Nacional: Propos-  
1434 ta 1 – Atender toda a programação no Congresso Nacional; Propos-  
1435 ta 2 – O Plenário iria à primeira parte da programação e iniciariam  
1436 às 10hs os trabalhos da pauta; Proposta 3 – Não irem a nenhuma

1437 das duas pautas como um todo e enviar uma representação; Pro-  
1438 posta 4 – Irem todos em bloco as 8h30min, e após permanecer  
1439 apenas uma comissão. Após deliberações, as propostas foram colo-  
1440 cadas em votação, e por maioria ficou definido que a proposta 2  
1441 seria contemplada. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral  
1442 do CNPC) sugeriu que cinco conselheiros ficassem após a primeira  
1443 programação representando o Plenário. **Item 5) Ordem do dia:** O  
1444 Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do CNPC) colocou a Ata  
1445 da 12ª Reunião Ordinária em aprovação. O Sr. **Antônio José**  
1446 **Amaral Ferreira** (Culturas Afro-Brasileiras) relatou que leu a ata e  
1447 não constava a solicitação feita de que ficasse constato em ata que  
1448 o segmento cultura afro estava pedindo com urgência a criação do  
1449 Colegiado Setorial. O Sr. **Ignácio José Kornowski** (Confederação  
1450 Nacional de Prefeitos) relatou que constava em ata a aprovação da  
1451 Resolução 04, e perguntou o que tinha acontecido com essa resolu-  
1452 ção. O Sr. **Washington da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial)  
1453 relatou que a ata, por ser muito resumida, não fazia referência às  
1454 moções aprovadas. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor MinC/CNPC) ex-  
1455 plicou que a ata que estava na pasta distribuída no início da reuni-  
1456 ão era apenas a ata resumida, um indicativo do que foi discutido, e  
1457 que a ata completa estava disponível no site e nela constavam to-  
1458 dos os aspectos discutidos na reunião. Após essa explicação, a Ata  
1459 da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural  
1460 foi aprovada sem ressalvas. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário  
1461 Geral do CNPC) passou para a alteração do Regimento Interno;  
1462 propôs a exclusão do parágrafo 3º, art. 12, que limita o número de  
1463 CTs e GTs, qual seja: “§ 3º Não funcionarão, concomitantemente,  
1464 mais de duas comissões temáticas e mais de quatro grupos de tra-  
1465 balho”. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor MinC/CNPC) explicou que  
1466 essa foi uma decisão que foi tomada na 10ª Reunião, foi ratificada  
1467 na 11ª e na 12ª Reunião, mas não foi votada, pois não tinham  
1468 quórum; ressaltou que já criaram três comissões e não puderam

1469 oficializá-las porque o Regimento os impedia. O Sr. **Oswaldo Vié-**  
1470 **gas** (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais) questionou a ori-  
1471 gem dessa limitação. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral  
1472 do CNPC) relatou que era conselheiro quando o Regimento Interno  
1473 foi definido, mas que isso foi proposto em função de não ter no fu-  
1474 turo um número excessivo de comissões, e que não se lembrava  
1475 de uma discussão aprofundada na época. A Sra. **Patrícia Kunst**  
1476 **Canetti** (Arte Digital) acrescentou que se recordava que o item era  
1477 para que os trabalhos das comissões não se estendessem, tinham  
1478 que terminar um trabalho para iniciar outro, que o item foi proposi-  
1479 tal; disse que como comissão temática é de natureza mais longa, a  
1480 limitação era também uma coisa orçamentária, e frisou que tam-  
1481 bém não adiantava terem um número amplo de comissões e nada  
1482 acontecer nelas. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do  
1483 CNPC) colocou em votação a supressão do 3º parágrafo e esta, foi  
1484 aprovada por unanimidade. Na continuidade, o Sr. **João Roberto**  
1485 **Peixe** (Secretário Geral do CNPC) informou que foram recebidos  
1486 seis requerimentos de urgência para inclusão na pauta. O Reque-  
1487 rimento nº01 do Sr. Jeferson Dantas Navolar: *“Os Conselheiros*  
1488 *abaixo identificados consideram imprescindível para a sua atuação*  
1489 *os itens de pauta da 13ª Reunião Ordinária do CNPC definidos pela*  
1490 *Ministra da Cultura, Ana de Holanda, porém encaminham como RE-*  
1491 *QUERIMENTO DE URGÊNCIA a inclusão na mesma pauta da 13ª*  
1492 *Reunião Ordinária do CNPC, que se realizará nos dias 5 e 6 de abril*  
1493 *de 2011, o estabelecimento de ações visando o apoio às demandas*  
1494 *da Cultura em tramitação no Congresso Nacional que visam a im-*  
1495 *plantação do Sistema Federal de Cultura”*. O Sr. **Oswaldo Viégas**  
1496 (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais) relatou que gostaria de  
1497 entender o porquê desta ação coordenada, vários conselheiros em  
1498 conjunto encaminharam o requerimento de urgência, e porque os  
1499 seis itens de urgência não constavam em pauta, disse que algo de-  
1500 veria ser explicado. A Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo)



1501 relatou que tudo tinha a ver com a “ladainha” de sempre, direitos  
1502 autorais, Plano Nacional de Cultura, conferência, etc. e que nessa  
1503 discussão os conselheiros têm tentado manter um contato pela in-  
1504 ternet e vão levantando temas que eles gostariam de ter em pau-  
1505 ta; explicou que fizeram um ato simbólico, sabiam todos que não  
1506 seria pauta de uma única reunião, mas fizeram um ato pleno de  
1507 que todos tinham assunto para colocar na pauta e não apenas uma  
1508 pauta que era colocada pelo Ministério e que essa percepção era  
1509 uma percepção que os acompanhava o tempo inteiro. O Sr. **Jefer-**  
1510 **son Dantas Navolar** (Arquitetura e Urbanismo) questionou nova-  
1511 mente que fim levou a Resolução nº04, aprovada na 11ª Reunião.  
1512 O Sr. **Ignácio José Kornowski** (Confederação Nacional de Prefei-  
1513 tos) observou que ficavam frustrados, porque não adiantava discu-  
1514 tir, debater, aprovar em Plenário e depois não saberem nem aonde  
1515 foi parar, e essa era a angústia de todos; frisou que precisavam de  
1516 mais tempo para debater assuntos, pois iam às reuniões, homolo-  
1517 gavam, aprovavam, mas não tinham tempo para discutir assuntos  
1518 muito importantes. O Sr. **Jeferson Dantas Navolar** (Arquitetura e  
1519 Urbanismo) observou que o objetivo maior dos requerimentos era  
1520 pautar o Conselho, e no sentido de contribuição, e frisou que todas  
1521 as proposições que estavam colocadas eram de urgência não só  
1522 para o Conselho, mas também para o Ministério da Cultura. O Sr.  
1523 **Nilton Aparecido Bobato** (Livro, Leitura e Literatura) sugeriu que  
1524 passassem para as votações dos requerimentos em bloco para oti-  
1525 mização de pauta e de tempo. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti**  
1526 (Arte Digital) ressaltou que o requerimento que ela enviou sobre  
1527 apresentação das propostas da conferência, já estavam um ano  
1528 atrasados, e como estavam às vésperas do Plano Nacional de Cul-  
1529 tura e que o Plenário tinha a condição de avaliar a sua aplicação,  
1530 que eles mal sabiam o que já havia sido implementado, no que eles  
1531 poderiam ajudar o Ministério, quer dizer, que muita coisa poderia  
1532 ter sido feita e ao invés de trabalhar ficam só ouvindo apresenta-

1533 ções. O Sr. **Washington da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial)  
1534 ressaltou que as colocações dos colegas respondiam o porquê dos  
1535 requerimentos; disse que a inexistência desses pontos na pauta  
1536 respondia mais uma vez de forma categórica o porquê da conse-  
1537 quência e da necessidade de fazer esses requerimentos de urgên-  
1538 cia. O Sr. **Albino Rubim** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigen-  
1539 tes Estaduais de Cultura) relatou que estava sentindo que havia  
1540 um complicador imenso do funcionamento do Conselho, ou senta-  
1541 vam e discutiam isso ou senão iriam entrar em uma roda super  
1542 complicada; frisou que essa questão precedia todas as outras, pre-  
1543 cisavam definir um funcionamento satisfatório do Conselho; frisou  
1544 que se aprovassem tudo em bloco criariam uma pauta obrigatória  
1545 para a próxima reunião. A Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro**  
1546 (Circo) propôs que os requerimentos fossem aceitos e colocados  
1547 para discussão na próxima reunião. O Sr. **João Roberto Peixe**  
1548 (Secretário Geral do CNPC) informou que no dia seguinte discuti-  
1549 riam a questão do Plano, inclusive a ideia de colocar a metodologia  
1550 e qual o papel do Conselho na discussão das metas e do desdobra-  
1551 mento do Plano; sugeriu que dos seis requerimentos, tratassem  
1552 cinco e deixassem a questão dos direitos autorais para a reunião  
1553 seguinte; frisou que como o Conselho era paritário, que a pauta  
1554 também deveria ser paritária. O Sr. **Nilton Aparecido Bobato** (Li-  
1555 vro, Leitura e Literatura) ressaltou que sobre a questão do direito  
1556 autoral, o próprio site do Ministério anunciava um prazo de 30 dias  
1557 de discussão, e que esses 30 dias terminariam agora no final de  
1558 abril; frisou que se fossem debater isso na próxima reunião perde-  
1559 riam esse prazo, e ressaltou que essa era a questão mais grave  
1560 dos seis requerimentos. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário  
1561 Geral do CNPC) esclareceu que não foi o Ministério que retirou o  
1562 processo da Casa Civil, que isso era praxe quando há mudança de  
1563 Governo; frisou ainda que essa proposta que estava na Casa Civil  
1564 não era de conhecimento público. O Sr. **Nilton Aparecido Bobato**

1565 (Livro, Leitura e Literatura) ressaltou que havia passado sim pelos  
1566 Colegiados e pelo Conselho. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário  
1567 Geral do CNPC) respondeu que a discussão passou, mas o Projeto  
1568 de Lei em si foi feito pelo Ministério da Cultura e foi tornado público  
1569 agora pela Ministra Ana de Hollanda. O Sr. **Du Oliveira** (Música  
1570 Erudita) ressaltou que participou da maioria dos debates e seminá-  
1571 rios de direito autoral promovidos pela gestão passada; disse que  
1572 foram levantados vários pontos que o Ministério e outras entidades  
1573 promoveram, e que o Ministério apresentou algumas propostas em  
1574 partes, e não o todo; relatou que houve uma consulta pública por  
1575 três meses, mas que o documento final inteiro não foi publicizado;  
1576 disse que a área da música organizada em 20 fóruns no Brasil in-  
1577 teiro apoia o documento, mas tem discordâncias pontuais com ele;  
1578 observou que era temerário deixar essa discussão do direito auto-  
1579 ral e que seria prejudicial se essa questão fosse muito protelada. O  
1580 Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do CNPC) relatou que  
1581 no dia seguinte seria apresentada a questão do Plano, e que dois  
1582 grandes temas em uma reunião acabariam atropelando um deles.  
1583 A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital) propôs que seguissem  
1584 o Regimento que diz que se o requerimento de urgência não entrar  
1585 nesta reunião, ele automaticamente entraria na próxima. O Sr.  
1586 **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do CNPC) sugeriu que apro-  
1587 vassem os requerimentos e que fizessem então a reunião extraor-  
1588 dinária em três dias, se necessário, para poderem dar conta de to-  
1589 dos os assuntos e os conselheiros concordaram. Na continuidade, o  
1590 Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do CNPC) explicou que  
1591 sobre a Resolução nº04 aprovada na 11ª Reunião, foi dado um pa-  
1592 recer da CONJUR, Consultoria Jurídica do Ministério, no dia 31 de  
1593 dezembro de que não caberia ao Conselho deliberar sobre as priori-  
1594 dades do Fundo Nacional de Cultura; relatou que em função de que  
1595 esta atribuição do Conselho estava no Decreto 5.520, quando hou-  
1596 ve a mudança do Decreto ela foi suprimida. O Sr. **Oswaldo Viégas**

1597 (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais) ressaltou que ficou pre-  
1598 ocupado quando não viu a Resolução nº04 no site, e que foi ao Re-  
1599 gimento interno do CNPC e não encontrou; relatou que não tiveram  
1600 a orientação do Conselho de que os editais deveriam seguir crité-  
1601 rios de distribuição regional como era previsto originalmente no  
1602 Decreto; disse que no Regimento Interno no Art. 4º, IV, constava:  
1603 "...estabelecendo inclusive as diretrizes gerais para aplicação dos  
1604 recursos do Fundo Nacional de Cultura, no que concerne à sua dis-  
1605 tribuição regional e ao peso relativo dos setores e modalidades do  
1606 fazer cultural"; observou que no relatório não constava esse com-  
1607 plemento da Alínea IV, mas que no próprio site do Ministério da  
1608 Cultura constava a redação como foi aprovada originalmente e que  
1609 ele não estava entendendo o que tinha acontecido, e questionou se as  
1610 coisas estavam sumindo. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor  
1611 MinC/CNPC) esclareceu que o Decreto 6.973, de outubro de 2009,  
1612 que alterou a redação do Decreto 5.520, ele suprimiu o Inciso III  
1613 do artigo que fala sobre as competências do CNPC, e sobre as dire-  
1614 trizes do Fundo de Cultura. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte  
1615 Digital) informou que fez parte desse GT e que definiram que os  
1616 Incisos III e IV se reuniram no IV com nova redação mais abran-  
1617 gente, sem citar qualquer legislação ou diretriz atual para evitar  
1618 riscos de desatualização precoce; informou que ficou "*Acompanhar*  
1619 *e avaliar a aplicação dos recursos provenientes do sistema federal*  
1620 *de financiamento da cultura e propor medidas que concorram para*  
1621 *o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de*  
1622 *Cultura*"; frisou que deixaram de citar as legislações, mas que ca-  
1623 beria sim. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor MinC/CNPC) leu o pare-  
1624 cer da CONJUR, qual seja: *Parágrafo 2 – Contudo, verifico que a*  
1625 *proposta extrapola as competências do CNPC que consiste entre*  
1626 *outros assuntos, propor, aprovar e encaminhar ao Ministro da Cul-*  
1627 *tura as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura que não se*  
1628 *confundem com diretrizes anuais para aplicação dos recursos do*

1629 *FNC. Com efeito, este nível deliberativo está a cargo da Comissão*  
1630 *do Fundo Nacional de Cultura - CFNC, a qual cabe 'elaborar a pro-*  
1631 *posta do Plano anual de trabalho do Fundo Nacional de Cultura que*  
1632 *integrará o Plano anual do PRONAC a ser submetido ao Ministro de*  
1633 *Estado da Cultura para aprovação final de seus termos conforme*  
1634 *preceitua o Artigo 14, do Inciso III, do Decreto 5.561/2006. O Sr.*  
1635 **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do CNPC) informou que o  
1636 Secretário-Executivo Vitor Ortiz havia solicitado para incluir na  
1637 pauta da 13ª Reunião a questão da definição das prioridades do  
1638 Fundo; relatou que como esteve presente na 12ª, foi atrás para ver  
1639 e realmente o Decreto 6.973 alterou o Decreto 5.520 suprimindo  
1640 esse Inciso; perguntou se a Comissão havia concordado em retirar  
1641 explicitamente como estava o Fundo Nacional de Cultura. O Sr.  
1642 **Charles Narloch** (Artes Visuais) relatou que aprovaram o Regi-  
1643 mento Interno com aquela redação, e que se a redação teve algum  
1644 problema com a jurídica nunca informaram ao Conselho que ele era  
1645 inadequado ao Decreto; disse que estavam diante de um embate  
1646 de entendimento jurídico, o Conselho tinha um entendimento e a  
1647 CONJUR tinha um outro; observou que diante do comprometimento  
1648 da ministra no Plenário e levando em consideração o fato de esta-  
1649 rem passando o dia reclamando da ausência de debate de determi-  
1650 nados temas, que a resolução ficasse aguardando então a correção  
1651 do Decreto, conforme a ministra havia dito, para que a resolução  
1652 fosse reencaminhada a CONJUR. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor  
1653 MinC/CNPC) disse que o que a Ministra propôs foi que em despeito  
1654 do Decreto não constar essa atribuição, ela faria com que a CFNC  
1655 reconhecesse e incorporasse a Resolução nº04 em sua decisão.  
1656 Após discussões, o Sr. **Oswaldo Viégas** (Fórum Nacional dos Con-  
1657 selhos Estaduais) propôs que o Conselho recorresse da decisão da  
1658 CONJUR. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor MinC/CNPC) informou que  
1659 as Moções 29, 31 e 36 que foram aprovadas juntamente com as  
1660 demais moções que foram publicadas, não foram canceladas pelo

1661 então Ministro de Estado da Cultura; disse que constava no Regi-  
1662 mento que as moções aprovadas em Plenário seguirão para o mi-  
1663 nistro para chancela e publicação, pois essas três não foram chan-  
1664 celadas e por isso não foram publicadas; apresentou as moções:  
1665 *Moção 29 – Moção de Aplauso à Equipe do Conselho Nacional de*  
1666 *Política Cultural; Moção 31 – Moção de Apoio à Reinvidicação de*  
1667 *Isonomia de Direitos ao microempreendedor individual cultural nos*  
1668 *editais públicos de artes visuais do Ministério da Cultura; Moção 36*  
1669 *– Moção de Protesto pela não-instalação do Grupo de Trabalho In-*  
1670 *terministerial Animais no Circo; informou que para as Moções 29 e*  
1671 *31 o Gabinete não demonstrou motivação do ministro e a Moção 36*  
1672 *o Gabinete encaminhou a seguinte motivação: “Em atenção ao*  
1673 *despacho nº 26, datado de 21 de dezembro de 2010, dessa proce-*  
1674 *dência, exarada as folhas 171 restituo o presente processo que en-*  
1675 *caminha as Moções 30, 32, 33, 34 e 35 após a assinatura do titular*  
1676 *dessa pasta. Por oportuno acrescento que o titular dessa pasta não*  
1677 *assinará as Moções 29 e 31 e informo que a Moção 36, de 08 de*  
1678 *dezembro de 2010, que trata da Moção de Protesto pela não-insta-*  
1679 *lação do Grupo de Trabalho Interministerial Animais no Circo, não*  
1680 *foi firmada pelo titular deste órgão tendo em vista que o assunto já*  
1681 *se encontra em pauta neste Ministério conforme ofício*  
1682 *1400GM/MinC exarada nas folhas 179 encaminhada ao Ministério*  
1683 *do Meio Ambiente em 22 de dezembro de 2010”.* A Sra. **Maria Ali-**  
1684 **ce Viveiros de Castro** (Circo) solicitou cópia do ofício. O Sr. **Fa-**  
1685 **biano Lima** (Assessor MinC/CNPC) informou que a Coordenação  
1686 do Conselho produziu uma nota técnica e encaminhou a nova dire-  
1687 ção do Ministério da Cultura, aos Gabinetes da Ministra e do Secre-  
1688 tário-Executivo, para análise e julgamentos. O Sr. **Charles Narlo-**  
1689 **ch** (Artes Visuais) lamentou saber que há prerrogativa do ex-mi-  
1690 nistro em não cancelar a moção, e solicitou que constasse em ata  
1691 a lamentável surpresa por saber que a moção nº31 aprovada pelo  
1692 Plenário não tenha sido encaminhada; lamentou a falta daquele

1693 momento do Henilton e do Mamberti; frisou que estão representan-  
1694 do uma base, toda uma base ouvida para chegar ali, e a moção foi  
1695 debatida no Fórum Nacional de Artes Visuais, debatido pelo Cole-  
1696 giado e também aprovado; frisou seu desabafo e seu estranha-  
1697 mento do não encaminhamento dessa moção. O Sr. **Aldenir Para-**  
1698 **guassú** (Ministério do Meio Ambiente) lamentou o adiantado da  
1699 hora, pois considerava o assunto de muita relevância; disse que se  
1700 continuarem adotando procedimento como os adotados referentes  
1701 a esse assunto nem os ministérios resolvem e nem o Conselho ava-  
1702 lia ou encaminha nenhuma sugestão, de nenhum conselheiro; fri-  
1703 sou que esse assunto remetia a 2009, onde o então ministro Carlos  
1704 Minc e o então ministro Juca receberam pessoalmente a solicitação  
1705 da representante de circo; relatou que foi criado um processo, que  
1706 tramitou e foi parar na AGU que recomendou de volta ao Ministério  
1707 da Cultura que criassem um Grupo de Trabalho, grupo este que  
1708 nunca foi criado; ressaltou que isso deveria entrar e sair do Conse-  
1709 lho uma vez que tem representantes formais, pois há um Decreto  
1710 nomeando esses representantes. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Vi-  
1711 suais) solicitou que fosse registrado em ata, que mesmo com a  
1712 prerrogativa de o ministro não cancelar uma moção aprovada não  
1713 poderia deixar de registrar a lamentável surpresa por saber que  
1714 essa Moção 31, aprovada pelo Plenário, não tenha sido encaminha-  
1715 da; lamentou também que a ausência do secretário Sr. Henilton  
1716 Menezes e do Sr. Sérgio Mamberti com quem discutiram detalha-  
1717 damente o assunto em reunião específica no Rio de Janeiro para  
1718 tratar desse assunto. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital)  
1719 disse que deveriam sim abrir recurso em relação às moções, pois  
1720 no Regimento Interno não estava escrito que o ministro poderia  
1721 cancelar as moções, e que inclusive constava o contrário: "*As mo-*  
1722 *ções independem de apreciações por outras instâncias*". A Sra. **Ma-**  
1723 **ria Alice Viveiros de Castro** (Circo) solicitou retificação sobre os  
1724 animais, e uma moção de repúdio a não criação do GT, e propôs

1725 que cada um falasse vinte minutos sobre sua área e que todos fi-  
1726 cassem na reunião até o final, pois ela ouviu todo mundo e depois  
1727 eles foram embora. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais) propôs  
1728 o reencaminhamento para deliberação no dia seguinte. Após deli-  
1729 berações, o Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário Geral do CNPC)  
1730 esclareceu alguns aspectos do documento que foi enviado ao Minis-  
1731 tério do Meio Ambiente; informou que o ofício enviado foi uma ati-  
1732 tude do secretário Vitor no sentido de resolver a questão e que foi  
1733 feito em comum acordo com o Secretário-Executivo do Ministério  
1734 do Meio Ambiente; solicitou que todos chegassem amanhã às  
1735 10h00 para não prejudicar a pauta e convidou a todos para o lan-  
1736 çamento do livro do conselheiro Albino Rubim, no Bar Brahma, na  
1737 201 sul. O Sr. **Jeferson Dantas Navolar** (Arquitetura e Urbanis-  
1738 mo) relatou que o Instituto de Arquitetos do Brasil elaborou um  
1739 manifesto endereçado à ministra da Cultura e que gostaria de dei-  
1740 xar uma cópia do documento que foi encaminhado à ministra para  
1741 o Conselho. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) sugeriu que em algum  
1742 momento do dia seguinte a possibilidade de fazerem uma espécie  
1743 de dever de casa, pois gostaria, por exemplo, de obter resposta  
1744 das perguntas que havia feito naquele dia ao Sr. Antônio Grassi;  
1745 frisou que gostaria que a Mesa desse algum tempo para que os  
1746 conselheiros tivessem respostas aos questionamentos levantados  
1747 durante o dia. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor MinC/CNPC) encer-  
1748 rou o primeiro dia de atividades da reunião. No segundo dia da 13ª  
1749 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural, o Ple-  
1750 nário foi destinado a apreciar a seguinte pauta: **Pauta do Dia**  
1751 **06/04: 6)** Plano Nacional de Cultura; **7)** Apresentação do Termo  
1752 de Parceria SPC; **8)** Processo de aprovação de moções e recomen-  
1753 dações; e **9)** Encaminhamentos, informes e breves comunicações.  
1754 No segundo dia de atividades, os conselheiros estiveram presentes  
1755 no ato político de lançamento da Frente Parlamentar Mista da Cul-  
1756 tura que foi realizado no Salão Nobre do Congresso Nacional. A de-



1757 putada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) preside a Frente e inovou ao in-  
1758 dicar coordenadores estaduais e do Distrito Federal para colaborar  
1759 ativamente no levantamento de demandas e na mobilização dos  
1760 atores culturais locais para auxiliar o conselho executivo na condu-  
1761 ção de propostas a serem apreciadas pelo grupo. O conselho exe-  
1762 cutivo foi composto suprapartidariamente e buscou contemplar to-  
1763 das as unidades federativas. Intelectuais, artistas e militantes dos  
1764 movimentos culturais prestigiaram o trabalho da frente e contribuí-  
1765 ram com o encaminhamento de propostas que vão nortear as prio-  
1766 ridades do colegiado, que pretende priorizar temas como a revisão  
1767 da lei de Direitos Autorais, alterações no Procultura (Lei de Incenti-  
1768 vo à Cultura ou Lei Rouanet), criação do Vale-Cultura e a preserva-  
1769 ção dos pontos de cultura no país (Programa Cultura Viva) e a re-  
1770 forma da cultura brasileira (Re-Cultura). Várias autoridades políti-  
1771 cas e personalidades artísticas estiveram presentes no evento,  
1772 como a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, e os conselheiros do  
1773 Conselho Nacional de Política Cultural. O Sr. **Fabiano Lima** (Asses-  
1774 sor MinC/CNPC) iniciou os trabalhos de acordo com a pauta estipu-  
1775 lada; solicitou que todos não esquecessem de enviar os bilhetes de  
1776 passagem assim que chegassem em suas residências e confirmou a  
1777 realização da reunião extraordinária nos dias 04, 05 e 06 de maio.  
1778 O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) cumpri-  
1779 mentou a todos e convidou para fazer parte da Mesa o Sr. **Améri-  
1780 co Córdoba** da Secretaria de Políticas Culturais e o Secretário-Exe-  
1781 cutivo Sr. Vitor Ortiz. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) solicitou es-  
1782 paço para procederem à aprovação da pauta. O Sr. **João Roberto  
1783 Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) relatou que não houve votação,  
1784 mas que estava subtendida que ela havia sido aprovada. A Sra.  
1785 **Rosa Coimbra** (Dança) comentou que não discutiram as moções e  
1786 recomendações no dia anterior devido ao adiantado da hora. O Sr.  
1787 **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) respondeu que  
1788 esse espaço estava previsto para o período da tarde, de acordo

1789 com o oitavo item de pauta; solicitou ainda que as moções e reco-  
1790 mendações fossem apresentadas por escrito para dar mais agilida-  
1791 de às reuniões. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria de Políticas  
1792 Culturais) sugeriu unificar os dois itens de pauta, 06 e 07, a fim de  
1793 permitir que na parte da tarde tivessem mais tempo para debates  
1794 e deliberações. **Item 6) Plano Nacional de Cultura e Item 7)**  
1795 **Apresentação do Termo de Parceria SPC:** O Sr. **Américo Cór-**  
1796 **dula** (Secretaria de Políticas Culturais) informou que na nova ges-  
1797 tão, o secretário da SPC era o Sérgio Mamberti e que ele era o di-  
1798 retor; ressaltou que foi feita uma reestruturação na Secretaria de  
1799 Políticas Culturais priorizando o Plano Nacional de Cultura que era o  
1800 foco e a diretriz principal da gestão da Ministra Ana de Hollanda,  
1801 um marco para o sistema MinC; informou que já tiveram uma pri-  
1802 meira reunião na Secretaria Executiva de Cultura e que o Plano  
1803 será a diretriz principal em todo o Sistema; informou que apresen-  
1804 taria naquela manhã as ações para a consolidação do Plano Nacio-  
1805 nal de Cultura e sua governança colaborativa; ressaltou que acredi-  
1806 tavam que o Plano só lograria sucesso se tivessem o comprometi-  
1807 mento de todo o Sistema Minc, de todas as instâncias de participa-  
1808 ção social criadas, como o Conselho e os Colegiados; relatou que  
1809 encaminharam a todos no ano passado o material do Plano Nacio-  
1810 nal de Cultura e fez um rápido cronograma desde a formulação e  
1811 articulação em 2003-2005, passando pela etapa da consolidação e  
1812 votação em 2008-2010 até o momento atual que é o da etapa de  
1813 implementação no período de 2011-2012; relatou que no biênio  
1814 2011-2012 farão a regulamentação do Plano Nacional de Cultura, a  
1815 elaboração das metas, a implementação do Sistema Nacional de  
1816 Informações e Indicadores Culturais e a elaboração e consolidação  
1817 de planos nacionais setoriais; informou que o art. 3º, § 6º do Plano  
1818 Nacional de Cultura prevê a criação de uma Comissão Técnica com-  
1819 posta por representantes do Sistema MinC e a Coordenação Execu-  
1820 tiva a cargo da SPC do Ministério da Cultura; explicou que a regu-

1821 lamentação da Lei prevê a criação do Comitê Executivo do Plano  
1822 Nacional de Cultura composto por representantes do Congresso  
1823 Nacional, do Ministério da Cultura, do CNPC, dos setores culturais e  
1824 entes federados; ressaltou que depois irão regulamentar também a  
1825 adesão de estados, municípios e outros entes ao Plano Nacional de  
1826 Cultura; relatou que essa articulação vai ser realizada pela SAI,  
1827 que já vem realizando esse trabalho em relação ao Sistema Nacio-  
1828 nal de Cultura; relatou que a regulamentação da estruturação de  
1829 apoio aos entes federados que aderirem ao Plano Nacional de Cul-  
1830 tura para elaboração de seus planos decenais está prevista dentro  
1831 da Lei; frisou que também está prevista a regulamentação da es-  
1832 truturação do SNIIC e dos sistemas de monitoramento, avaliação e  
1833 revisão do Plano Nacional de Cultura; informou que o Plano Nacio-  
1834 nal de Cultura tem uma revisão a cada quatro anos, e que dentro  
1835 dessa implementação devem pensar como que o Plano vai ser fi-  
1836 nanciado, pois deve estar refletido entre outras ferramentas, no  
1837 PPA; ressaltou que estabelecerão as metas para o Plano Nacional  
1838 de Cultura, como disposto no Artigo 12, e conforme a Lei, tem 180  
1839 dias a partir do dia 02/12/2010, vencendo o prazo dia 02/06/2011;  
1840 frisou que fixarão como metas, por exemplo, o desenvolvimento de  
1841 metodologia, a aplicação dela, o apoio ao CNPC e aos Colegiados  
1842 Setoriais na execução dessa metodologia e a definição do orçamen-  
1843 to dentro do PPA 2012-2016, considerando as metas; observou que  
1844 a lei também prevê a criação do Sistema Nacional de Informações  
1845 e Indicadores Culturais, o SNIIC, conforme disposto no Artigo 10, e  
1846 ainda, a integração das bases de dados corporativas do MinC; fri-  
1847 sou que prevê também o desenvolvimento de interface para cons-  
1848 trução de indicadores e a plataforma para capacitação de informa-  
1849 ção da rede de usuários, pessoas e instituições de cultura; explicou  
1850 que em conformidade com o Artigo 2.2.1 do Plano Nacional de Cul-  
1851 tura pretendem elaborar e consolidar os planos setoriais, hoje com  
1852 oito planos já encaminhados, porém em estágios diferenciados; fri-

1853 sou que irão formular e implementar os planos setoriais nacionais  
1854 de linguagens artísticas e expressões culturais que incluam objeti-  
1855 vos, metas e sistemas de acompanhamento, avaliação e controle  
1856 social; esclareceu que a estratégia de implementação será uma  
1857 chamada pública para parceria com OSCIP especializada em gestão  
1858 pública para desenvolver estudos, pesquisas, produção e divulga-  
1859 ção de informações, conhecimentos tecnológicos e científicos e me-  
1860 todologias de gestão adequadas ao desenvolvimento, consolidação  
1861 e implementação do Plano Nacional de Cultura, bem como a pro-  
1862 moção de ações para a ampliação das atividades da plataforma  
1863 web culturadigital.br; informou que o Edital 05/2010 –SPC - Sele-  
1864 ção de OSCIP foi lançado ano passado e tiveram duas OSCIPS que  
1865 apresentaram candidaturas, o Instituto Via Pública e o Instituto So-  
1866 cioambiental, que posteriormente desistiu, e só permaneceu o Via  
1867 Pública; relatou que o Plano de trabalho original do Via Pública con-  
1868 templava para o PNC: estabelecer interface entre o PNC e os Pla-  
1869 nos setoriais vinculados à SPC; produzir diretrizes e instrumentos  
1870 para elaboração de planos estaduais, municipais, regionais e seto-  
1871 riais de cultura bem como instrumental destinado a avaliação e  
1872 monitoramento de sua execução; desenvolver ações com vistas à  
1873 constituição do comitê executivo do PNC; preparar produtos edito-  
1874 riais relativos ao PNC e seus desdobramentos; e elaborar docu-  
1875 mentos base para realização de seminários, oficinas e fóruns de  
1876 discussão sobre políticas públicas de cultura. O Sr. **Américo Cór-**  
1877 **dula** (Secretaria de Políticas Culturais) informou que para a Cultura  
1878 Digital, o Plano de trabalho original do Via Pública contemplava:  
1879 realizar atividades de monitoramento de políticas públicas de Cul-  
1880 tura Digital; fomentar ações de produção, de conteúdo na temática  
1881 da cultura digital, participação e aprofundamento da democracia na  
1882 sociedade brasileira; ampliar a capacidade de gestão interna da  
1883 plataforma culturadigital.br, bem como promover estudos sobre al-  
1884 ternativas de governança da rede; ressaltou que o valor desta cha-

1885 mada pública estabelecido era de R\$ 6.000.000,00 para dois anos,  
1886 2011-2012; informou que foi instituída uma Comissão Técnica que  
1887 aprovou a OSCIP Via Pública recomendando a readequação do Pla-  
1888 no de Trabalho ao cenário institucional e orçamento da nova ges-  
1889 tão; frisou que a SPC acatou a recomendação da Comissão Técnica,  
1890 que aconteceu em fevereiro, considerando a correspondência do  
1891 Plano de Trabalho com as demandas e necessidades para a imple-  
1892 mentação do PNC, tendo em vista a restrição orçamentária e a re-  
1893 gulamentação da Lei do PNC e a urgência da elaboração das metas,  
1894 em 180 dias; informou que o Via Pública fez as adequações no Pla-  
1895 no de Trabalho e o valor foi reduzido para R\$ 3.991.373,82; ressal-  
1896 tou que ao final dos 10 anos do Plano Nacional de Cultura estarão  
1897 coincidentemente comemorando o bicentenário da independência  
1898 do Brasil e que desde o Governo Lula já existe a preocupação do  
1899 que irão transmitir, um processo de reflexão profunda que o Brasil  
1900 fará em 2022; explicou que o Via Pública, de acordo com seu esta-  
1901 tuto, tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico  
1902 e social por meio do aperfeiçoamento dos métodos e processos de  
1903 gestão aplicados no estabelecimento de políticas públicas e na ação  
1904 das organizações não-governamentais de interesse público; propôs  
1905 a criação de uma oficina no Conselho para uma reunião extraordi-  
1906 nária que deverá acontecer em maio, uma oficina de um dia para  
1907 compartilharem e construir juntos, pois vai refletir depois dentro  
1908 dos Colegiados, dos planos setoriais etc.; apresentou as experiên-  
1909 cias consolidadas do Via Pública com gestão pública, especialmente  
1910 em aperfeiçoamento e modernização de modelo de gestão dos ser-  
1911 viços, em monitoramento e avaliação de programas, em desenvol-  
1912 vimento de Plano Diretor Participativo, no desenho de metodolo-  
1913 gias para monitoramento e avaliação de planejamento e no desen-  
1914 volvimento de estudos quanti e qualitativos sobre a implantação de  
1915 programas; entre outros. Apresentou o portfólio com um total de  
1916 42 projetos – 32 finalizados e 10 em andamento, e clientes como:

1917 os Ministérios (Justiça, Desenvolvimento Social, Saúde, Cidades,  
1918 Secretaria Especial de Direitos Humanos), o Comitê Internacional  
1919 da Cruz Vermelha, UNESCO, PNUD, Dieese, Ministério da Saúde do  
1920 Panamá; outros clientes também como: a Companhia de Desenvolvimento  
1921 Habitacional e Urbano do Estado de SP; a Secretaria Estadual  
1922 de Cultura de SP, a Secretaria Estadual de Assistência Social  
1923 de SP, FINEP, e Prefeituras Municipais: São Paulo (SP), Carapicuíba  
1924 (SP), Gonçalves (MG), Americana (SP), Cuiabá (MT), São Paulo  
1925 (SP), Nova Iguaçu (RJ), Santo André (SP). O Sr. **Américo Córdula**  
1926 (Secretaria de Políticas Culturais) apresentou os objetivos propostos  
1927 na revisão do Plano de Trabalho, quais sejam: Contribuir para o  
1928 estabelecimento das metas do PNC, a partir do desenvolvimento de  
1929 metodologia que incorpore referencial técnico e consultas públicas;  
1930 Estabelecer interface com o Sistema MinC, CNPC, Colegiados e delegados  
1931 da II CNC; Realizar a sistematização do processo de elaboração  
1932 das metas; Produzir diretrizes e instrumentos para a elaboração  
1933 de planos estaduais, municipais e setoriais de cultura, bem  
1934 como instrumental de avaliação e monitoramento de sua execução,  
1935 de maneira coerente com o que prevê o Plano Nacional de Cultura;  
1936 Preparar produtos editoriais relativos ao PNC e seus desdobramentos;  
1937 Realizar, em conjunto com o MinC, seminário de discussão das  
1938 metas do PNC, que incorporará a participação do Sistema MinC,  
1939 CNPC, Colegiados e representações da sociedade civil; Implementar  
1940 plataforma web para abrigar o processo amplo do PNC, inclusive  
1941 discussão de suas metas e monitoramento, incorporando a participação  
1942 da sociedade civil; e por fim, promover, por esta via, a modernização  
1943 do CNPC, com base em ferramentas de interatividade e governança  
1944 colaborativa. Informou que apresentaria o que estão solicitando  
1945 como produtos para elaboração das metas; disse que o Produto 1 é a  
1946 metodologia para a elaboração das metas, até junho/2011, produção  
1947 de estudos e diretrizes metodológicas e que para esse produto  
1948 acontecerá a oficina em maio; disse que o Pro-

1949 duto 2 será a versão inicial das metas, até setembro de 2011, com  
1950 a preparação de versão inicial para consulta ao Sistema MinC,  
1951 CNPC, Colegiados e outros atores; disse que o Produto 3 será a  
1952 consulta sobre a elaboração das metas, até dezembro de 2011,  
1953 com as Oficinas com CNPC e com os Colegiados Setoriais e Sistema  
1954 MinC; terão também confluência entre Planos Setoriais e Plano Na-  
1955 cional de Cultura e consulta aos delegados da II CNC; informou que  
1956 o Produto 4 é a Sistematização das metas até dezembro de 2011;  
1957 disse que o Produto 12 contará com o Seminário de Discussão das  
1958 Metas, em setembro de 2011, e a realização de seminário de dis-  
1959 cussão final das metas com Sistema MinC, CNPC, Colegiados Seto-  
1960 riais e outras representações da sociedade civil; frisou que o Produ-  
1961 to 11 será o documento de conclusão até novembro/2011 com a  
1962 sistematização de todas as discussões realizadas, incluindo o semi-  
1963 nário e que este documento irá subsidiar o produto 4 apresentado  
1964 anteriormente; explicou que o Produto 10 será a publicação sobre  
1965 o PNC e suas metas em março de 2012; explicou que entrando no  
1966 monitoramento e avaliação das metas tinha o Produto 5, que era a  
1967 metodologia de monitoramento da realização das metas que irá até  
1968 março de 2012; informou que o Produto 6 será composto pelos re-  
1969 latórios trimestrais de acompanhamento das metas, que irá de  
1970 maio/2012 a março/2013; disse que o Produto 7 será um guia para  
1971 produção de planos municipais e estaduais de cultura, que irá até  
1972 setembro de 2012 com a sistematização de experiências e a con-  
1973 sulta a gestores públicos e especialistas; informou ao secretário  
1974 Peixe que ainda não estava alinhado o cronograma e que eles ti-  
1975 nham uma flexibilidade para mexer nos prazos se fosse necessário;  
1976 informou que o Produto 8 seria um documento de orientação para  
1977 elaboração de planos setoriais de cultura, até abril de 2012, com a  
1978 adequação dos Planos ao Plano Nacional de Cultura, as oficinas e  
1979 elaboração de documento orientador para novos Planos; relatou  
1980 que o Produto 9 era o instrumental de acompanhamento e monito-

1981 ramento para os planos estaduais, municipais e setoriais de cultu-  
1982 ra, até setembro de 2012; explicou que o Produto 13 seria a confi-  
1983 guração e a ampliação da plataforma web de governança colabora-  
1984 tiva até janeiro de 2012; disse que o Produto 14 seria a integração  
1985 do CNPC ao processo de governança colaborativa do Plano Nacional  
1986 de Cultura até fevereiro de 2012, com estudo sobre experiências  
1987 de Conselhos e utilização de plataformas web de governança cola-  
1988 borativa e a discussão da proposta de governança colaborativa com  
1989 CNPC e MinC; por fim, informou que o Produto 15 era a plataforma  
1990 web com relatórios trimestrais de andamento a partir de setembro  
1991 de 2011 até março de 2013; ressaltou que com isso poderiam rea-  
1992 dequar esse processo, e que, na verdade, estavam atrasados, mas  
1993 que conseguiriam com esses ajustes, com o plano de trabalho e  
1994 com o termo de parceria lograr o sucesso; finalizou sua explanação  
1995 e passou a palavra para a Comissão de Termos de Parceria. O Sr.  
1996 **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) cedeu a palavra  
1997 aos conselheiros da Comissão de Termos de Parceria que quises-  
1998 sem se pronunciar (Alice, Renato, Patrícia, Ivan, Du Oliveira e Je-  
1999 ferson Navolar). A Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo) in-  
2000 formou que receberam dia 30 um material longo e muito confuso, e  
2001 foi complexo para compreender em tão pouco tempo esse projeto;  
2002 ressaltou que o projeto não estava reescrito e que se sentia extre-  
2003 mamente desconfortável porque estavam falando de um projeto  
2004 importantíssimo, e que não se sentia em condições de fazer um re-  
2005 latório sobre ele; ressaltou que não seria o caso de usar a expres-  
2006 são "rede social", que essa denominação seria um grande equívoco.  
2007 O Sr. **Renato da Silva Moura** (Artesanato) relatou que preci-  
2008 savam todos sentar e discutir para aí sim fazer o relatório, e que  
2009 também não se sentia a vontade de fazer um relatório sem ser  
2010 desta forma. A Sra. **Patrícia Canetti** (Arte Digital) relatou que do  
2011 que foi apresentado o que a incomodava mais era o esquecimento  
2012 da questão de que caberia ao Conselho avaliar o Plano Nacional;



2013 relatou que há três anos colocam que isso seria uma tarefa impos-  
2014 sível se não tivessem uma ferramenta digital a contento; questio-  
2015 nou o que aconteceria se fosse avaliado e reprovado. A Sra. **Maria**  
2016 **Alice Viveiros de Castro** (Circo) ressaltou que se sentia muito  
2017 mal porque algumas coisas o Sr. Américo tinha garantido de outra  
2018 forma, e o Conselho aprovaria o termo que estava sendo apresen-  
2019 tado, e que era muita responsabilidade; observou que estava aber-  
2020 ta a discutir, mas que não estava conseguindo fechar em sua cabe-  
2021 ça. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria de Políticas Culturais) in-  
2022 formou que o processo corria de uma gestão para outra, e que a  
2023 própria aprovação do Plano no final do ano estabelecia que tinham  
2024 que resolver em 180 dias; explicou que a gestão dele entendeu  
2025 que poderiam mexer em alguns lugares do Plano sem prejudicar a  
2026 chamada pública que ocorreu em outubro do ano passado; infor-  
2027 mou que os ajustes poderiam ser feitos e que estavam há mais de  
2028 um mês tentando ver o que poderiam aproveitar e qual encami-  
2029 nhamento poderiam atender, para sair com a decisão de lá; ressal-  
2030 tou que teriam que decidir por rever ou refazer os produtos e obje-  
2031 tos, e se fosse esse o caso, teriam que ver juridicamente, pois já  
2032 havia todo um processo que já foi passado pelo jurídico, e frisou  
2033 que teria impacto no PPA. O Sr. **Aldenir Paraguassú** (Ministério  
2034 do Meio Ambiente) sugeriu que para que não perdessem o empe-  
2035 nho da Comissão que se sentia em um razoável desconforto por  
2036 não ter avaliado plenamente a proposta, e para que não perdessem  
2037 o esforço do Ministério, que fizessem uma semana de imersão para  
2038 os ajustes possíveis que já foram citados, e que dentro de uma se-  
2039 mana pudessem ter um resultado final de tal sorte que a Comissão  
2040 aceitasse como trabalho seu essa avaliação e levasse para o Co

2041

2042

2043

2044 nselho para sua aprovação. A Sra. **Dulce Rocha Lamego** (Asso-  
2045 ciação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino  
2046 Superior) lembrou que participou dois anos, três anos quase do  
2047 Conselho e sabia do problema que tinham com termos de parceria  
2048 e comissões; ressaltou que viu que foi aperfeiçoado o processo e  
2049 que precisam ter cautela mesmo, entendia a mudança e precisa-  
2050 vam ter alguém responsável para tocar os produtos em frente;  
2051 concordou com a possibilidade de terem uma semana de maior co-  
2052 nhecimento da matéria. O Sr. **Antônio Ferreira** (Cultura Afro-Bra-  
2053 sileira) sugeriu que escolhessem cinco pessoas, os unificassem com  
2054 os técnicos do MinC e na semana seguinte esses conselheiros vies-  
2055 sem para Brasília para discutirem essa proposta e definirem um  
2056 parecer. Após intenso debate, o Sr. **Charles Narloch** (Artes Vi-  
2057 suais) relatou que todos estavam seguindo por uma mesma linha  
2058 de raciocínio; disse que já se sentia contemplado com as outras fa-  
2059 las, e que além de representar a sociedade civil também atuava  
2060 como gestor público em Santa Catarina; observou que os termos  
2061 de parceria estavam se tornando muito comuns no Brasil, e por  
2062 isso tinham que tomar todos os cuidados para que fosse aprovado  
2063 pelo Conselho de maneira muito consciente e que desse segurança  
2064 para fecharem um termo de parceria desse porte. O Sr. **Márcio**  
2065 **Caetano** (Fórum Nacional dos Secretários das Capitais) relatou  
2066 que participou da Comissão de seleção que avaliou a proposta re-  
2067 presentando o CNPC, o trabalho foi em fevereiro, e ele viu a com-  
2068 plexidade que era o edital e de que forma foi selecionado; disse  
2069 que lendo o edital, que a proposta apresentada tecnicamente era  
2070 muito boa e atendia cada questão que estava solicitada no edital;  
2071 frisou que em relação à essa questão, de ter a necessidade, de ter  
2072 esse trabalho, tinha que ter uma discussão de papéis ou de atribui-  
2073 ções, de responsabilidade do CNPC, do Ministério e das entidades  
2074 que estabelecem termos de parceria; observou que havia uma  
2075 complexidade muito grande, não tinha como secretarias dos muni-

2076 cípios desenvolverem trabalhos desse tipo e também não poderiam  
2077 atribuir para isso; colocou que o passo a passo apresentado foi  
2078 muito bom, mas não ficou claro qual a atribuição do Conselho, se  
2079 acompanharia o trabalho ou não. A Sra. **Maria das Dores C. P.**  
2080 **Prado** (Povos Indígenas) informou que colocaria alguns pontos que  
2081 o seu Colegiado vinha cobrando; informou que entregou uma carta  
2082 ao Sr. Fabiano para ser entregue a Ministra Ana de Hollanda em 03  
2083 de janeiro de 2011; disse que gostaria que a carta fosse analisada  
2084 pelo Conselho e se possível talvez uma recomendação posterior;  
2085 relatou que sobre a fala do dia anterior do Sr. Eloi, que deveriam  
2086 sim trabalhar a questão da preservação da memória, pois conside-  
2087 rava importante a questão da preservação, do registro, de valor e  
2088 da memória de grupo étnico qual seja ele. O Sr. **Victorino Cher-**  
2089 **mont** (IHGB) perguntou se a certificação de regularidade fiscal da  
2090 OSCIP que no dia 25 de março foi apontada como necessária e en-  
2091 dossada pela CONJUR já foi aos autos e apontada pela Comissão. O  
2092 Sr. **Américo Córdula** (Secretaria de Políticas Culturais) respondeu  
2093 que isso já estava respondido no documento, na nota técnica  
2094 SPC/DPC 007 de 28 de março de 2011, qual seja: *“Informamos*  
2095 *que os custos dos serviços que serão prestados ou contratados na*  
2096 *proposta 104688/2010 da OSCIP selecionada são compatíveis com*  
2097 *os valores praticados. Ressaltamos ainda que essa análise comple-*  
2098 *menta a avaliação da Comissão Técnica da seleção da OSCIP apre-*  
2099 *sentada no Anexo II da Ata do Grupo”*. O Sr. **Victorino Chermont**  
2100 (IHGB) questionou quanto à regularidade fiscal e sugeriu que tives-  
2101 se um representante da CONJUR, um especialista, presente nas  
2102 reuniões para que pudessem tirar esse tipo de dúvidas e sem qual-  
2103 quer implicação outra. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Ge-  
2104 ral do CNPC) informou que a CONJUR estaria presente na parte da  
2105 parte, mas que como tinham antecipado o item de pauta isso ficou  
2106 prejudicado. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria de Políticas Cultu-  
2107 rais) ressaltou que estava previsto no edital que o próprio Ministé-

2108 rio pode reduzir o escopo e os custos de acordo com a disponibili-  
2109 dade orçamentária; informou que enviaram para a jurídica a solici-  
2110 tação desse parecer. O Sr. **Antônio Ferreira** (Culturas Afro-Brasi-  
2111 leiras) propôs que interrompessem a reunião e discutissem à tarde  
2112 com a CONJUR. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria de Políticas  
2113 Culturais) reforçou que o assunto já estava esclarecido. A Sra. **Vir-  
2114 gínia Lúcia** (Teatro) concordou com todos os conselheiros sobre a  
2115 legalidade e sobre a forma como vinham conduzindo os trabalhos  
2116 no Conselho e disse que estavam se transformando em uma espé-  
2117 cie de bode expiatório; lembrou que a complexidade da matéria  
2118 exigia cautela; disse que era defensora ferrenha do Plano Nacional  
2119 de Cultura e não gostaria de ver como uma coisa que não aconte-  
2120 ceria por causa de um operador que não concluiu; lembrou que  
2121 as comissões poderiam sim solicitar assessoria específica se não  
2122 entendessem sobre certo assunto. A Sra. **Heloísa Esser dos Reis**  
2123 (Arquivos) solicitou informação sobre a elaboração dos planos seto-  
2124 riais para os setores que não têm colegiados, uma vez que solicitou  
2125 essa informação durante o ano 2010 e foi informada que seria ne-  
2126 cessário aguardar a constituição do colegiado setorial, porém exis-  
2127 tem setores como o setor de museu também não tem colegiado e  
2128 tem plano elaborado pelo IBRAM. O Sr. **Américo Córdula** (Secre-  
2129 taria de Políticas Culturais) informou que os planos setoriais sairão  
2130 do Plano Nacional de Cultura, e que desde as câmaras setoriais que  
2131 se vem trabalhando nisso; sobre o sistema e sobre a normatização  
2132 referente ao setor de Arquivos informou que ainda serão criados,  
2133 pois são padrões novos e estão levando isso em consideração; fri-  
2134 sou que tem 58 dias para o término do prazo no dia 02 de junho de  
2135 2011. O Sr. **João Guilherme Ripper** (Academia Brasileira de Mú-  
2136 sica) observou que não poderiam perder de foco que a resolução  
2137 que dá ao Conselho o papel de apreciar todo tipo de processo refe-  
2138 rente ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de Cultu-  
2139 ra seja cumprido e não poderiam atropelar esse processo; frisou

2140 que existe uma Comissão Técnica e uma Assessoria Jurídica para  
2141 avaliar esse processo, e deveriam analisar isso a partir das infor-  
2142 mações necessárias emitidas pela Comissão e pela Assessoria; su-  
2143 geriu que fosse viabilizada também uma subcomissão e um encon-  
2144 tro com os técnicos, com a Assessoria Jurídica e com a Comissão  
2145 retirada do CNPC para fazer um relatório, e assim, através da in-  
2146 ternet os conselheiros poderiam emitir suas opiniões. O Sr. **Alde-**  
2147 **nir Paraguassú** (Ministério do meio Ambiente) retirou sua suges-  
2148 tão de encaminhamento anterior após debate. O Sr. **Nilton Apare-**  
2149 **cido Bobato** (Livro e Leitura) disse que não tinha condições políti-  
2150 cas e de segurança de votar esse termo de parceria. O Sr. **Jefer-**  
2151 **son Dantas Navolar** (Arquitetura e Urbanismo) disse que como  
2152 relator leu todas as peças enviadas, e que por ele, os relatos que  
2153 foram apresentados vão ao encontro da satisfação do encaminha-  
2154 mento legal e de conteúdo que a chamada pública se propôs a fa-  
2155 zer. O Sr. **Carlos Barreto** (GIFE) sugeriu um maior cuidado, consi-  
2156 derando a necessidade de uma aprovação, sugeriu um parecer téc-  
2157 nico de um encontro com todas as partes representadas, para que  
2158 esse Conselho tivesse competência de acompanhar melhor. O Sr.  
2159 **Américo Córdula** (Secretaria de Políticas Culturais) informou que  
2160 já tinham três instâncias que vão acompanhar, e dentro delas, o  
2161 acompanhamento desse Termo de Parceria. O Sr. **Jeferson Dan-**  
2162 **tas Navolar** (Arquitetura e Urbanismo) frisou que eram cinco  
2163 membros de uma Comissão da qual dois eram do CNPC, um mem-  
2164 bro da entidade e dois do MinC. O Sr. **Carlos Barreto** (GIFE) res-  
2165 saltou que essa Comissão deveria se reunir periodicamente com o  
2166 Conselho, o Conselho precisava saber o que essa Comissão traria  
2167 de processo; sugeriu que a Comissão estivesse presente nas reuni-  
2168 ões do CNPC e levasse os apontamentos da construção do processo  
2169 para que o Conselho pudesse interagir a fim de garantir a qualida-  
2170 de do processo. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria de Políticas  
2171 Culturais) esclareceu que no edital, no capítulo 2 da minuta, há

2172 *“criar comissão de avaliação para esse Termo de Parceria compos-*  
2173 *ta por dois representantes do parceiro público, um da OSCIP e um*  
2174 *indicado pelo CNPC”.* O Sr. **Fábio Cesnik** (ANEC) se apresentou e  
2175 informou que atuava especificamente na área do terceiro setor e  
2176 que substituía na reunião o Dr. Michel Etlin; informou que o conse-  
2177 lheiro Michel Etlin já estava em casa e apresentando melhoras em  
2178 seu estado de saúde e esperam que na próxima reunião de maio  
2179 ele já esteja presente; relatou que observando a fala da Ministra  
2180 Ana de Hollanda do dia anterior, sentia que estava sendo dado por  
2181 ela poderes ao Conselho, e realmente parecia estar querendo mu-  
2182 dar a interface não só com os conselhos, mas também com a soci-  
2183 edade civil; frisou que, tentando dar uma luz ao encaminhamento  
2184 das questões que a legislação que regula as OSCIPS estabelecia,  
2185 que os conselhos fossem consultados quando o Ministério resolves-  
2186 se encaminhar algo; observou que do ponto de vista da execução  
2187 do projeto, a execução e a fiscalização dos termos de parceria são  
2188 atribuições do Conselho, quer dizer, efetivamente sobre a contrata-  
2189 ção a lei abranda; informou que tinha com ele sete livros que trata-  
2190 vam de incentivos da atividade de audiovisual na América do Nor-  
2191 te, América do Sul e países ibéricos e os conselheiros que estives-  
2192 sem interessados poderiam pegar com o secretário. O Sr. **Oswaldo**  
2193 **Viégas** (CONNECTA) solicitou questão de ordem; perguntou se a  
2194 Resolução nº02 havia sido revogada. O Sr. **João Roberto Peixe**  
2195 (Secretário-Geral do CNPC) informou que não. O Sr. **Oswaldo Vié-**  
2196 **gas** (CONNECTA) relatou que então a matéria estava prejudicada;  
2197 disse que o desconforto que viu dos conselheiros foi um filme de  
2198 dois anos atrás, de uma proposta de termo de parceria chegar de  
2199 maneira bruta com análises técnicas, jurídicas, e todos esses ele-  
2200 mentos da Resolução nº02, que teve um grupo de trabalho especí-  
2201 fico para ordenar como o CNPC trabalharia essa questão; relatou  
2202 que a comissão tinha que ter um prazo de 30 dias, e que no Artigo  
2203 7 dizia que a Secretaria Executiva do CNPC encaminharia o relató-

2204 rio elaborado pelo relator designado pela Comissão aos membros  
2205 do CNPC em tempo hábil para apreciação do plenário na reunião  
2206 subsequente; ressaltou que se tivesse sido desta forma já estariam  
2207 trabalhando com a visão de um conselheiro ou da Comissão; frisou  
2208 que isso foi discutido ao longo de muito tempo, e que se o Conse-  
2209 lho entendesse que a Resolução não valia, tomariam outra decisão,  
2210 mas que a matéria estava muito prejudicada porque não foi atendi-  
2211 da essa Resolução do Conselho. O Sr. **João Roberto Peixe** (Se-  
2212 cretário-Geral do CNPC) encerrou os trabalhos da manhã e encami-  
2213 nhou todos para o intervalo de almoço. O Sr. **João Roberto Peixe**  
2214 (Secretário-Geral do CNPC) reiniciou os trabalhos da tarde; reto-  
2215 mou a questão de ordem do conselheiro Osvaldo Viégas; citou o  
2216 artigo que rebatia no Regimento Interno no inciso 8; sugeriu que  
2217 remetessem para a próxima reunião que aconteceria dentro de 30  
2218 dias, ou até o dia 15 da próxima semana que uma comissão traba-  
2219 lhasse as metas que seriam refletidas no PPA, faria as suas reuni-  
2220 ões, teria o material disponibilizado, e teriam o apoio de todos os  
2221 setores técnicos para que a comissão tomasse sua decisão com to-  
2222 dos os subsídios necessários. O Sr. **Jeferson Dantas Navolar** (Ar-  
2223 quitetura e Urbanismo) solicitou que os outros conselheiros tam-  
2224 bém se manifestassem e ouvissem também os companheiros da  
2225 comissão. O Sr. **João Guilherme Ripper** (Academia Brasileira de  
2226 Música) destacou o caráter excepcional da proposta, considerou  
2227 que o conselho deveria caminhar para um funcionamento dentro da  
2228 normalidade, juntamente com a nova direção do MinC. O Sr. **Alde-**  
2229 **nir Paraguassú** (Ministério Meio Ambiente) ressaltou que a comis-  
2230 são deveria ressaltar alguns tópicos que tinham sido claramente le-  
2231 vantados no período da manhã; questionou se a comissão faria um  
2232 parecer que subsidiaria o conselho para a votação. O Sr. **João Ro-**  
2233 **berto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) leu novamente o que diz  
2234 o inciso VIII, do artigo 7º, qual seja: "Compete ao plenário do  
2235 CNPC delegar diferentes instancias componentes do CNPC a delibe-

2236 ração e acompanhamento de matérias.”, ou seja, era uma prerro-  
2237 gativa do plenário. O Sr. **Ignácio Kornowski** (Confederação Na-  
2238 cional dos Municípios) concordou, considerando toda a importância  
2239 do projeto, ressaltou que a comissão deveria se sentir tranquila  
2240 diante do que iria deliberar e o conselho tinha poder de conceder  
2241 aquela autorização para que não atrasasse mais. O Sr. **Jeferson**  
2242 **Dantas Navolar** (Arquitetura e Urbanismo) questionou a todos da  
2243 comissão se eles teriam a disponibilidade de estar em Brasília  
2244 quando necessário, e se essa decisão da comissão se daria de for-  
2245 ma *ad referendum*. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral  
2246 do CNPC) esclareceu que seria de forma deliberativa. O Sr. **Jefer-**  
2247 **son Dantas Navolar** (Arquitetura e Urbanismo) reafirmou em  
2248 nome da comissão que possuíam todas as prerrogativas para que a  
2249 decisão fosse tomada. A Sra. **Dulce Rocha Lamego** (Associação  
2250 Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Supe-  
2251 rior) ressaltou que não era questão *ad referendum*, mas que a de-  
2252 cisão poderia passar pelo Conselho, mas considerava justo que fos-  
2253 se deliberado e aprovado no âmbito da comissão. O Sr. **Carlos**  
2254 **Barreto** (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas) considerou  
2255 que deveriam trazer no relatório os principais temas polêmicos  
2256 para que entrassem no acompanhamento da execução do projeto.  
2257 O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) esclareceu  
2258 que imediatamente após o término do relatório por parte da comi-  
2259 são ele seria disponibilizado para todos. A Sra. **Maria Alice Vivei-**  
2260 **ros de Castro** (Circo) relatou que a situação era desagradável,  
2261 mas compreendia a urgência do momento e gostaria de ter o com-  
2262 promisso da comissão de quantas pessoas iriam à reunião, para te-  
2263 rem um direcionamento mais claro, que os membros confirma-  
2264 sem. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor CNPC/MinC) informou que a  
2265 comissão tinha o compromisso da Sra. Alice, Sr. Jeferson, Sr. Ivan,  
2266 Sr. Du Oliveira e mais um representante do MinC. O Sr. **Jeferson**  
2267 **Dantas Navolar** (Arquitetura e Urbanismo) sugeriu, por ser su-



2268 plente, que o titular fosse convocado, e caso este não estivesse  
2269 presente, ele estaria em seu lugar. A Sra. **Maria Alice Viveiros de**  
2270 **Castro** (Circo) esclareceu que isso complicaria mais o processo,  
2271 pois quem tinha participado da discussão tinham sido os suplentes;  
2272 sugeriu que como a reunião seria dia 14 ou 15, que as pessoas en-  
2273 viassem as contribuições até o dia 11 para que eles pudessem ana-  
2274 lizar todas com calma. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Ge-  
2275 ral do CNPC) consultou a disponibilidade dos outros conselheiros  
2276 para os dias 14 e 15. O Sr. **Ivan Ferraro Filho** (Música Popular)  
2277 informou que não poderia no dia 15. O Sr. **Fabiano Lima** (Asses-  
2278 sor CNPC/MinC) sugeriu o José Merege que estava relacionado  
2279 como suplente. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do  
2280 CNPC) ressaltou que não estavam transgredindo nenhuma norma  
2281 regimental, era um dispositivo que estava presente no regimento  
2282 do CNPC, era uma prerrogativa do plenário. A Sra. **Maria Alice Vi-**  
2283 **veiros de Castro** (Circo) reiterou que a intenção do plenário era  
2284 ressaltar a excepcionalidade daquela ocasião; ressaltou que dentro  
2285 do projeto eles iriam trabalhar os setores que ainda não tinham co-  
2286 legiado. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria de Políticas Culturais)  
2287 informou que já estava previsto o fortalecimento dos colegiados,  
2288 dos planos setoriais e dos novos colegiados. O Sr. **Oswaldo Viégas**  
2289 (CONNECTA) perguntou se a deliberação sairia como uma resolução.  
2290 O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) respondeu  
2291 que resolução era uma norma permanente, e que sairia como uma  
2292 deliberação do Plenário mesmo. Sr. **Oswaldo Viégas** (CONNECTA)  
2293 ressaltou que de acordo com o Regimento Interno ele entendia  
2294 como recomendação, pois o ministro poderia acatar ou não o termo  
2295 de parceria, mas quando delegam seria uma resolução. O Sr. **João**  
2296 **Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) respondeu que seria  
2297 uma deliberação interna do Plenário para este caso. O Sr. **Oswaldo**  
2298 **Viégas** (CONNECTA) discordou. A Sra. **Dulce Rocha Lamego** (As-  
2299 socição Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensi-

2300 no Superior) ressaltou que independente do que fosse teria que ter  
2301 visibilidade porque muitas pessoas do Conselho representavam a  
2302 sociedade e se colocou super à vontade da Comissão resolver sobre  
2303 o assunto, ela se contemplaria com a decisão deles. O Sr. **Washin-**  
2304 **gton da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial) relatou que deveria  
2305 constar como resolução e não deveria ter discussão. O Sr. **João**  
2306 **Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) ressaltou que ficaria  
2307 então definido como resolução. O Sr. **Victorino Chermont** (IHGB)  
2308 ressaltou que como o Conselho se pronuncia na qualidade de dele-  
2309 gar era uma resolução, mas quando a Comissão, em nome do Con-  
2310 selho, tomar uma posição será uma deliberação. O Sr. **João Gui-**  
2311 **lherme Ripper** (Academia Brasileira de Música) sugeriu que ini-  
2312 ciassem a resolução com "*Considerando tal, tal e tal*", pois desta  
2313 forma resguardariam o que estavam levando em conta naquele  
2314 momento. A Sra. **Patrícia Canetti** (Arte Digital) reforçou que em  
2315 outros termos de parceria que viessem a votar que o fizessem  
2316 como recomendação. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral  
2317 do CNPC) informou que essa decisão era uma delegação prevista  
2318 no Regimento Interno de que o Plenário poderia delegar Comissão  
2319 para deliberar em nome dele. A Sra. **Patrícia Canetti** (Arte Digi-  
2320 tal) ressaltou que o que queria dizer era que se normalmente tives-  
2321 se um relato da Comissão e o aprovassem ou não, que isso fosse  
2322 registrado como uma recomendação para poderem ter a memória  
2323 disso. O Sr. **Oswaldo Viégas** (CONNECTA) aclarou a fala da Sra. Pa-  
2324 trícia e acrescentou que queriam uma recomendação de que o Con-  
2325 selho delegou à Comissão e que reforçassem a Resolução nº02,  
2326 fruto da polêmica que estavam debatendo. O Sr. **João Roberto**  
2327 **Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) propôs que fizessem a redação  
2328 dessa recomendação para apresentarem ao Plenário e assim otimi-  
2329 zar o tempo. O Sr. **Bernardo Machado** (SAI) apresentou proposta  
2330 de redação, qual seja: "*O Plenário do CNPC, com base no § VIII,*  
2331 *do Artigo 7º, do Decreto 5.520/05 (com redação dada pelo Decreto*

2332 6.973/09), combinado com o § 8º, do Artigo 4º, do Regimento In-  
2333 terno, RESOLVE delegar à Comissão Temática de Finanças e Ter-  
2334 mos de Parceria a análise e deliberação a respeito do Termo de  
2335 Parceria, resultante do edital de Chamada Pública 05/2010, da Se-  
2336 cretaria de Políticas Culturais. Na oportunidade, o Plenário reitera  
2337 os termos da Resolução 002/2009”. O Sr. **João Roberto Peixe**  
2338 (Secretário-Geral do CNPC) colocou em votação a proposta de re-  
2339 solução e esta, foi aprovada com um voto contrário da Sra. **Virgí-**  
2340 **nia Lúcia** (Teatro) que informou que seu voto seria contrário para  
2341 que as exceções não se tornassem regras. O Sr. **Américo Córdula**  
2342 (Secretaria de Políticas Culturais) se despediu e agradeceu a todos.  
2343 **Item 8) Processo de Aprovação de Moções e Recomenda-**  
2344 **ções:** O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) in-  
2345 formou que tinha uma recomendação para submeter ao Plenário. O  
2346 Sr. **Fabiano Lima** (Assessor CNPC/MinC) consultou as autorias das  
2347 moções; leu a Moção 37 para apreciação, qual seja: *Moção de*  
2348 *aplausos à Equipe da Coordenação do Conselho Nacional de Política*  
2349 *Cultural - CNPC. O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL*  
2350 *- CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos dias 5 e 6 de abril de*  
2351 *2011, e no uso das competências que lhe são conferidas pelo De-*  
2352 *creto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº*  
2353 *6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno,*  
2354 *aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, aprova Mo-*  
2355 *ção de Aplausos à Equipe da Coordenação do Conselho Nacional de*  
2356 *Política Cultural, pela responsabilidade e disponibilidade que sem-*  
2357 *pre demonstraram no uso de suas competências. O Sr. **João Ro-***  
2358 **berto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) colocou em votação e a  
2359 Moção 37 foi aprovada por unanimidade. O Sr. **Fabiano Lima** (As-  
2360 sessor CNPC/MinC) deu continuidade e passou para a próxima Mo-  
2361 ção encaminhada pelo Sr. Charles Narloch, qual seja: Moção 38 -  
2362 *Moção de apoio à reivindicação de isonomia de direitos ao mi-*  
2363 *croempreendedor individual e ao micro e pequeno empresário da*

2364 *área cultural nos editais públicos de artes visuais, do Ministério da*  
2365 *Cultura. O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC,*  
2366 *reunido em Sessão Ordinária, nos dias 5 e 6 de abril de 2011, e no*  
2367 *uso das competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº*  
2368 *5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº*  
2369 *6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno,*  
2370 *aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, reencami-*  
2371 *nha a Moção aprovada na Sessão Ordinária de 7 e 8 de dezembro*  
2372 *de 2010. Considerando que, diferentemente de outras áreas artísticas -*  
2373 *cujos editais públicos preveem a concorrência entre pessoas físicas e*  
2374 *pessoas jurídicas "com" e "sem fins lucrativos" - nos editais orientados*  
2375 *para as artes visuais há o impedimento de participação a pessoas jurí-*  
2376 *dicas "com fins lucrativos"; Considerando que esse impedimento reflete*  
2377 *uma distorção de percepção do meio das artes visuais por parte do Es-*  
2378 *tado, pois incide num desestímulo à base produtiva desse setor, forma-*  
2379 *da por artistas, pesquisadores e produtores independentes, pequenos*  
2380 *arranjos produtivos e outras formas associativas, muitos dos quais re-*  
2381 *gularizados como pessoa jurídica "com fins lucrativos", nas figuras do*  
2382 *"microempreendedor individual" e "micro e pequeno empresário do se-*  
2383 *tor cultural"; Considerando que esse desestímulo é um contrassenso*  
2384 *em relação a outras intenções do próprio Estado, as quais buscam*  
2385 *oportunizar, estimular e regularizar melhores condições de estruturação*  
2386 *social aos trabalhadores autônomos e seus sistemas produtivos, confor-*  
2387 *me as recentes ações governamentais de incentivo à adesão dos traba-*  
2388 *lhadores informais ao MEI (Microempreendedor Individual); Considere-*  
2389 *ndo, ainda, a necessária "igualdade de condições a todos os concor-*  
2390 *rentes", conforme o previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Fe-*  
2391 *deral, e sua regulamentação, a Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993,*  
2392 *que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública*  
2393 *e dá outras providências; Considerando que a Portaria Nº 29 do Minis-*  
2394 *tério da Cultura, de 21 de maio de 2009, em seu art. 3º, prevê editais*  
2395 *de seleção pública para concessão de prêmios a iniciativas culturais que*

2396 *destinam-se ao reconhecimento e estímulo de ações culturais realiza-*  
2397 *das ou em andamento, promovidas por pessoas físicas ou jurídicas, de*  
2398 *direito público ou privado, "com ou sem finalidade lucrativa"; e Consi-*  
2399 *derando, ainda, que essa matéria foi devidamente identificada na minu-*  
2400 *ta do Plano Setorial de Artes Visuais, finalizado dia 29 de novembro de*  
2401 *2010, que reconhece o direito de participação de pessoas físicas e tra-*  
2402 *ta da necessidade de garantir o direito à participação de pessoas jurídi-*  
2403 *cas de diferentes naturezas, abarcando tanto as sem fins lucrativos*  
2404 *quanto as pequenas e micro empresas e microempreendedores indivi-*  
2405 *duais, com finalidades culturais, nos editais propostos para o setor, as-*  
2406 *sim como em outros mecanismos de fomento e incentivo promovidos*  
2407 *pelo Ministério da Cultura, favorecendo uma isonomia das artes visuais*  
2408 *em relação às demais áreas da cultura, no que incide de comum entre*  
2409 *elas, mesmo relevando-se as singularidades de cada meio; Aprova a*  
2410 *Moção de Apoio à reivindicação de isonomia, apresentada pelo Cole-*  
2411 *giado Setorial de Artes Visuais, instância legítima de representação das*  
2412 *artes visuais na constituição deste Conselho. Neste sentido, solicita o*  
2413 *encaminhamento urgente desta Moção ao Secretário de Incentivo e Fo-*  
2414 *mento à Cultura, Henilton Menezes, para que o órgão leve em conside-*  
2415 *ração o exposto em seus próximos editais de artes visuais. A Sra. **Vir-***  
2416 ***gínia Lúcia** (Teatro) ressaltou que houve um adensamento com a*  
2417 *normativa jurídica 01 e que derrubou vários instrumentos, então*  
2418 *que seria bom observar, pois a citação da portaria mencionada po-*  
2419 *deria ser inócua. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais) considerou*  
2420 *pertinente o questionamento da conselheira e acrescentou que a*  
2421 *CONJUR saberia se a Portaria 29 estaria válida ou não, mas que na*  
2422 *época que redigiram ela era a portaria vigente. O Sr. **João Rober-***  
2423 ***to Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) ressaltou que iriam revisar*  
2424 *com a jurídica do Ministério. O Sr. **Jeferson Dantas Navolar** (Ar-*  
2425 *quitetura e Urbanismo) perguntou se o texto lido remetia aos edi-*  
2426 *tais já encerrados e perguntou como que ficariam as pessoas jurí-*  
2427 *dicas ou as empresas que já apresentaram propostas e os editais*

2428 encerrados. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais) esclareceu que  
2429 a proposta era para os editais em curso, mas que ainda não foram  
2430 fechados, como foi decidido à época juntamente com o Secretário  
2431 Henilton Menezes; propôs que suprimissem o parágrafo que men-  
2432 tionava o Secretário Henilton. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secre-  
2433 tário-Geral do CNPC) sugeriu que colocassem apenas os editais de  
2434 forma genérica, e assim ficaria válido; colocou em votação e foi  
2435 aprovada a moção por unanimidade; passou para a Moção de auto-  
2436 ria da conselheira Maria Alice Viveiros de Castro, de Circo, qual  
2437 seja: *Moção 39 - Moção de apoio à solicitação do Colegiado Seto-  
2438 rial de Circo de previsão de espaços para montagem de lonas e ou-  
2439 tros equipamentos de espetáculos itinerantes nas praças do PAC. O  
2440 CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC, reunido  
2441 em Sessão Ordinária, nos dias 5 e 6 de abril de 2011, e no uso das  
2442 competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24  
2443 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009, tendo  
2444 em vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Por-  
2445 taria nº 28, de 19 de março de 2010: Considerando que o Circo é  
2446 atividade artística tradicionalmente itinerante e que depende de espa-  
2447 ços para a montagem de suas lonas; Considerando que, com a especu-  
2448 lação imobiliária e a desorganização da ocupação do espaço urbano, a  
2449 cada dia se torna mais difícil encontrar locais para a realização de espe-  
2450 táculos circenses e também dos espetáculos de teatro, dança e música  
2451 nas ruas; Considerando que as praças do Programa de Aceleração do  
2452 Crescimento não preveem o espaço necessário para a montagem de lo-  
2453 nas e equipamentos circenses; Solicita ao Comitê Gestor do PAC que  
2454 considere as especificidades dos espetáculos circenses e também dos  
2455 espetáculos de teatro e dança de rua nos projetos das Praças do PAC. A  
2456 Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo) defendeu a sua mo-  
2457 ção e relatou que era uma moção para marcar posições; relatou  
2458 que era muito grave porque a tentativa de se fazer projetos fecha-  
2459 dos arquitetonicamente era um grande problema e que cabia às*

2460 prefeituras doar terrenos onde seriam instaladas as praças do PAC;  
2461 informou que o que estava acontecendo era que a maior parte dos  
2462 terrenos já doados atualmente eram espaços onde tradicionalmen-  
2463 te se montavam os circos, se faziam as festas de quermesses e  
2464 eventos diversos; acresceu que estavam marcando uma posição e  
2465 pedindo que o Ministério da Cultura tivesse esse olhar voltado para  
2466 a diversidade cultural. O Sr. **Jeferson Dantas Navolar** (Arquitetu-  
2467 ra e Urbanismo) falou sobre as praças do PAC e declarou que os ar-  
2468 quitetos gostariam de declarar repúdio a maneira como estão se  
2469 dando os encaminhamentos em relação a essa proposta. O Sr.  
2470 **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) sugeriu que ele  
2471 redigisse outra moção. O Sr. **Francisco Simões de Oliveira Neto**  
2472 (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) falou sobre repasse de  
2473 recursos da Cultura para as construtoras e disse que também assi-  
2474 naria a moção de repúdio; observou que esses projetos preveem  
2475 construção de auditórios inclinados em um modelo europeu total-  
2476 mente fora da realidade brasileira das manifestações de cultura po-  
2477 pular que na sua grande maioria são circulares; frisou que isso iria  
2478 contra tudo que tinham dito, escrito, falado e comentado nos últi-  
2479 mos oito anos com relação à construção de políticas de cultura vol-  
2480 tada para o interesse público e popular no país. O Sr. **João Rober-**  
2481 **to Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) ressaltou que estavam en-  
2482 trando na discussão do PAC e eram assuntos diversos; relatou que  
2483 esse projeto era muito diferente conceitualmente das BACs; infor-  
2484 mou que as BACs era um projeto de pré-moldados que tinham três  
2485 modos, mas era um equipamento cultural; relatou que as praças  
2486 do PAC não, que a praça cultural era um dos modos que envolvia  
2487 esportes, assistência social, a questão de formação técnico-profis-  
2488 sionalizante, era um projeto integrado de várias áreas. O Sr. Alde-  
2489 nir Paraguassú (Ministério do Meio Ambiente) informou que estava  
2490 sendo convocado naquele momento para uma reunião do Ministério  
2491 e que teria que se ausentar; ressaltou que a próxima moção a ser

2492 apresentada sobre os animais de circo deixava o seu voto de apro-  
2493 vação e que com relação ao relatório apresentado 2008/2010, na  
2494 página 04, o seu nome estava grafado incorretamente, e que na  
2495 página 07 dizia que o Ministério do Meio Ambiente não teve repre-  
2496 sentação e ele mesmo participou da maioria das reuniões represen-  
2497 tando o Ministério do Meio Ambiente. O Sr. **Fabiano Lima** (Asses-  
2498 sor CNPC/MinC) releu a Moção 39. O Sr. **João Roberto Peixe** (Se-  
2499 cretário-Geral do CNPC) colocou em votação e ela foi aprovada  
2500 pelo Plenário por unanimidade. Na continuidade, passaram para a  
2501 apreciação da próxima moção, sugerida pela Sra. Virgínia Lúcia do  
2502 Teatro, qual seja: *Moção 40 - Moção de Apoio pela realização do*  
2503 *Congresso Brasileiro de Teatro, bem como por suas deliberações,*  
2504 *contidas na Carta de Osasco. O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA*  
2505 *CULTURAL – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos dias 5 e*  
2506 *6 de abril de 2011, e no uso das competências que lhe são conferi-*  
2507 *das pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo*  
2508 *Decreto nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu Regi-*  
2509 *mento Interno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março de*  
2510 *2010: Considerando a relevância dos temas relativos aos objetivos e a*  
2511 *representatividade alcançada com a participação de profissionais do*  
2512 *teatro nacional de 20 estados e do Distrito Federal durante a realização*  
2513 *do Congresso Brasileiro de Teatro, realizado nos dias 26 e 27 de março*  
2514 *de 2011, em Osasco-SP; Aprova Moção de Aplauso à Carta de Osas-*  
2515 *co, produto das deliberações do Congresso Nacional de Teatro, cujo*  
2516 *conteúdo segue anexo. (**Carta de Osasco - Congresso Brasileiro***  
2517 ***de Teatro**) O Congresso Brasileiro de Teatro, realizado em Osas-*  
2518 *co, São Paulo, nos dias 26 e 27 de março de 2011, que reuniu pro-*  
2519 *fissionais do teatro nacional de vinte estados e do Distrito Federal,*  
2520 *com os objetivos de: discutir e refletir sobre as atuais políticas pú-*  
2521 *blicas culturais executadas pelas instâncias públicas e privadas;*  
2522 *e assegurar o debate e a implantação das propostas do setor tea-*  
2523 *tral elaboradas e apresentadas à sociedade e ao Estado, ao longo*



2524 dos últimos oito anos, decidiu: considerando os relatos dos con-  
2525 gressistas que comprovam que os espaços públicos no Brasil tem  
2526 sido privatizados, por meio de cobrança de taxas, proibição aos ar-  
2527 tistas de exercer seu ofício, com o uso de violência física e moral,  
2528 apesar do artigo 5º da Constituição Federal Brasileira garantir o di-  
2529 reito de ir e vir e a liberdade de expressão, entendemos que a  
2530 mesma está sendo desrespeitada nas instâncias municipal, esta-  
2531 dual e federal; - elaborar instrumentos jurídicos que regulem a  
2532 ocupação dos prédios públicos ociosos, bem como imóveis que te-  
2533 tenham possibilidade de agregar os artistas; - criar uma comissão  
2534 para impetrar uma carta-denúncia que deverá ser entregue em au-  
2535 diência com a Ministra da Secretaria Nacional de Direitos Hum-  
2536 nos; - apoiar o projeto de lei federal apresentado pelo Dep. Fed.  
2537 Vicente Cândido, lido em plenária, que regulamenta a garantia  
2538 deste direito. E, também, considerando os esforços realizados no  
2539 Congresso Brasileiro de Teatro (1979, em Arcozelo) Movimento  
2540 Brasileiro de Teatro de Grupo (anos 80), o Movimento Arte Contra  
2541 à Barbárie (1998), Redemoinho (2004-2009), Rede Brasileira de  
2542 Teatro de Rua (2007), que culminaram na elaboração da Lei Prê-  
2543 mio do Teatro Brasileiro, exigir, em caráter de urgência, a sua vo-  
2544 tação pelo Congresso Nacional e, posteriormente, a sua implemen-  
2545 tação pelo Ministério da Cultura; fazer mobilização nacional pela  
2546 votação imediata do Prêmio Teatro Brasileiro;  
2547 A plenária do Congresso Brasileiro de Teatro exige, ainda: aprova-  
2548 ção imediata do Projeto de Lei PROCULTURA, no qual está inserido  
2549 o Premio Teatro Brasileiro, com dotação orçamentária própria em  
2550 Lei específica; a execução, pela FUNARTE, dos editais relacionados  
2551 ao Fundo Setorial de Artes Cênicas; a definição do dia 27 de março  
2552 como o Dia Nacional de Mobilização do Teatro; Ficou decidido que  
2553 a data do 2º Congresso Brasileiro de Teatro será dias 06, 07 e 08  
2554 de abril de 2012 em Brasília, Distrito Federal. Osasco, 27 de março  
2555 de 2011, Dia Mundial do Teatro. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) so-

2556 licitou retirar o termo "exigir" para "recomendar", pois não tinha di-  
2557 reito de exigir nada, mas sim de propor, recomendar etc. O Sr. **Fa-**  
2558 **biano Lima** (Assessor CNPC/MinC) explicou que estava escrito "e  
2559 *exigir em caráter de urgência a sua votação pelo Congresso Nacio-*  
2560 *nal e posteriormente a sua implementação pelo Ministério da Cul-*  
2561 *tura*". A Sra. **Virgínia Lúcia** (Teatro) informou que encaminharam  
2562 a carta para que ela fosse lida, e que somente a leitura não impac-  
2563 tava, por isso estava encaminhando como moção de apoio, e con-  
2564 cordou em retirar a proposta de moção de apoio em favor de uma  
2565 moção de aplauso. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do  
2566 CNPC) explicou que em relação às deliberações não caberia ao  
2567 Conselho alterar a forma que foi deliberada lá, eles aplaudiriam,  
2568 concordariam ou não. Após debates e deliberações, o Plenário  
2569 aprovou com uma abstenção como: *Moção de Aplauso do Congres-*  
2570 *so pela realização do Congresso Brasileiro de Teatro, bem como*  
2571 *por suas deliberações, contidas na Carta de Osasco*. O Sr. **Fabiano**  
2572 **Lima** (Assessor CNPC/MinC) passou para as recomendações; Reco-  
2573 mendação 17, qual seja: "Recomenda a criação de Grupo de Tra-  
2574 *balho com representação dos Ministérios da Cultura e do Meio Am-*  
2575 *biente para a regulamentação da participação de animais em espe-*  
2576 *táculos circenses*". O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTU-  
2577 *RAL – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos dias 5 e 6 de abril*  
2578 *de 2011, e no uso das competências que lhe são conferidas pelo*  
2579 *Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto*  
2580 *nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu Regimento In-*  
2581 *terno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, e:*  
2582 *Considerando que o circo com animais é arte milenar presente em*  
2583 *todas as culturas, um patrimônio cultural; Considerando que a Co-*  
2584 *munidade Europeia já reconheceu oficialmente o circo com animais*  
2585 *como patrimônio cultural europeu; Considerando que Estados Uni-*  
2586 *dos, Austrália, França, Alemanha, Bélgica, Suíça, Itália, Áustria,*  
2587 *Mônaco e Colômbia, entre outros países, já criaram regras específi-*

2588 *cas para a participação de animais em espetáculos; Considerando*  
2589 *que a ausência de regulamentação específica no Brasil sobre o tra-*  
2590 *to e manejo dos diferentes animais que participam de espetáculos*  
2591 *itinerantes tem causado sérias dificuldades aos circenses, que so-*  
2592 *frem a apreensão de seus animais e equipamentos sob a justificati-*  
2593 *va de maus tratos ou de práticas inadequadas; Considerando que a*  
2594 *regulamentação, ao especificar as condições imprescindíveis para*  
2595 *garantir a saúde e o trato adequado a cada animal segundo suas*  
2596 *especificidades, em situação de viagem e adestramento, entre ou-*  
2597 *tras, garantirá a proteção dos animais e também resguardará a*  
2598 *continuidade da milenar relação entre humanos e animais em es-*  
2599 *petáculos de diversões; Considerando que cabe ao Ministério da*  
2600 *Cultura apoiar e proteger as artes e a cultura brasileiras; Conside-*  
2601 *rando que cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Re-*  
2602 *recursos Naturais Renováveis – IBAMA a atribuição de regulamentar*  
2603 *a matéria; Recomenda a criação de Grupo de Trabalho Interminis-*  
2604 *terial, entre o Ministério da Cultura e o Ministério do Meio Ambien-*  
2605 *te, com a participação de seus representantes no CNPC, represen-*  
2606 *tantes do IBAMA, da Funarte, bem como do Colegiado Setorial de*  
2607 *Circo e com a participação de especialistas quando necessário,*  
2608 *para subsidiar os trabalhos do Grupo. A Sra. **Rosina Parchen** (Pa-*  
2609 *trimônio Material) fez correção, e disse que era um patrimônio cul-*  
2610 *tural, mas não poderia ser utilizado como patrimônio cultural da*  
2611 *humanidade porque essa chancela da Unesco passava por todo um*  
2612 *processo e ele não poderia ser usado desta forma. A Sra. **Maria***  
2613 ***Alice Viveiros de Castro** (Circo) explicou que a partir da discus-*  
2614 *são com o conselheiro do Ministério do Meio Ambiente ele solicitou*  
2615 *que fizessem com esse formato e assim já conseguiriam na próxi-*  
2616 *ma reunião já ter instalado esse Grupo de Trabalho. O Sr. **Francis-***  
2617 ***co Simões de Oliveira Neto** (Inclusão Social por Intermédio da*  
2618 *Cultura) solicitou que constasse em Ata seu voto de abstenção con-*  
2619 *siderando que não participou dos debates. O Sr. **Ronaldo Fraga***

2620 (Moda) também deu seu voto de abstenção por não ter participado  
2621 das discussões anteriores. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-  
2622 Geral do CNPC) colocou em votação e a recomendação foi aprova-  
2623 da com 22 votos favoráveis e com 11 abstenções. O Sr. **Fabiano**  
2624 **Lima** (Assessor CNPC/MinC) passou para a apreciação da Reco-  
2625 mendação 18, qual seja: *Recomenda à Presidência e à Secretaria-*  
2626 *Geral do CNPC a convocação em caráter urgente do Colegiado Se-*  
2627 *torial do Livro, Leitura e Literatura. O CONSELHO NACIONAL DE*  
2628 *POLÍTICA CULTURAL – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos*  
2629 *dias 5 e 6 de abril de 2011, e no uso das competências que lhe são*  
2630 *conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, altera-*  
2631 *do pelo Decreto nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu*  
2632 *Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março*  
2633 *de 2010, e: Considerando que o Colegiado Setorial do Livro, Leitu-*  
2634 *ra e Literatura aprovou, em novembro de 2010, uma série de rei-*  
2635 *vindicações, encaminhadas ao MinC e ao MEC e até a presente*  
2636 *data não recebeu nenhuma resposta formal sobre possível execu-*  
2637 *ção; Considerando que a Ministra Ana de Hollanda transferiu a es-*  
2638 *trutura da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura, agora com uma*  
2639 *nova denominação incluindo o termo Bibliotecas, para a Fundação*  
2640 *Biblioteca Nacional, retirando-a da Secretaria de Articulação Insti-*  
2641 *tucional; Considerando que é opinião da maioria dos membros do*  
2642 *Colegiado de que esta alteração administrativa provoca um retro-*  
2643 *cesso a uma conquista do setor e retira do centro da decisão políti-*  
2644 *ca do MinC a atuação na área do livro, leitura e literatura; Conside-*  
2645 *rando que a implantação do Plano Nacional do Livro, Leitura e Lite-*  
2646 *ratura – PNLL está paralisada desde o final de 2010 e que foi anun-*  
2647 *ciado pelo Presidente da FBN, Sr. Galeno Amorim, que há a inten-*  
2648 *ção de tornar o plano um Decreto-Lei, quando o Colegiado havia*  
2649 *definido que a institucionalização do Plano seria garantida através*  
2650 *de Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional; Conside-*  
2651 *rando que novos projetos na área do livro, leitura e literatura,*

2652 *como a proposta do Livro Popular, estão sendo anunciados sem o*  
2653 *debate anterior; Considerando que toda a política nacional do livro,*  
2654 *leitura e literatura, especialmente o PNLL, vem sendo construída*  
2655 *de maneira coletiva e que é condição inexorável para seu sucesso*  
2656 *a manutenção desta construção coletiva; Considerando que uma*  
2657 *gestão democrática deve garantir que suas instâncias de participa-*  
2658 *ção sejam ouvidas em mudanças substanciais na implantação de*  
2659 *suas políticas, principalmente em momentos como o atual, com*  
2660 *novos atores na gestão governamental; Recomenda à Presidência*  
2661 *e à Secretaria-Geral do CNPC a convocação em caráter urgente do*  
2662 *Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura, para debater os*  
2663 *temas acima descritos. O Sr. **Edmilson Dias** (Secretaria Geral da*  
2664 *Presidência da República) informou que a Secretaria Geral da Presi-*  
2665 *dência da República se absteria, pois entendiam que não tinham le-*  
2666 *gitimidade para opinar em relação a questões sobre políticas do Mi-*  
2667 *nistério da Cultura. O Sr. **Nilton Aparecido Bobato** (Livro e Leitu-*  
2668 *ra) informou que fez essa reivindicação em nome do setor de Livro*  
2669 *e Leitura por ser o setor em que mais ocorreram mudanças impac-*  
2670 *tantes nesse início de Governo; disse que o ideal seria que nesse*  
2671 *início de Governo o CNPC convocasse todos os colegiados, pois es-*  
2672 *tavam em um momento muito importante desse processo e que-*  
2673 *riam participar da discussão do futuro das políticas culturais. A Sra.*  
2674 **Dulce Rocha Lamego** (Associação Nacional dos Dirigentes das  
2675 Instituições Federais de Ensino Superior) ressaltou que não pode-  
2676 riam retroceder, e que se estava acontecendo isso com o Colegiado  
2677 que era tão organizado era melhor colocarem as barbas de molho e  
2678 terem um maior cuidado nessa questão das representações. A Sra.  
2679 **Rosa Coimbra** (Dança) relatou que na última reunião foi aprovado  
2680 que as reuniões dos Colegiados iam ser em maio e setembro; fri-  
2681 sou que no dia anterior já havia solicitado que saíssem dali com to-  
2682 das as datas de todos os Colegiados já marcadas. O Sr. **Devair**  
2683 **Antônio Fiorotti** (Museus) ressaltou que apoiava a Recomendação

2684 devido a alguns motivos; disse que era professor universitário na  
2685 área da teoria da literatura e tinha acompanhado o esforço da  
2686 área; frisou que percebia alguns avanços na área e que da forma  
2687 como a coisa estava sendo conduzida complicava tudo, principal-  
2688 mente na questão da descentralização. A Sra. **Maria Alice Vivei-**  
2689 **ros de Castro** (Circo) observou que apoiava a posição do Colegia-  
2690 do e chamou atenção porque discutiram no dia anterior a questão  
2691 da pauta e das falas e estava mais claro o incômodo. O Sr. **João**  
2692 **Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) esclareceu que a SAI  
2693 era uma Secretaria de articulação a nível federal e da sociedade,  
2694 que tinha como preocupação principal a implementação do Sistema  
2695 Nacional de Cultura, o que não era na gestão anterior; frisou que a  
2696 SAI ficou dois anos com o sistema em banho-maria, e o foco princi-  
2697 pal da Secretaria era o Programa Mais Cultura e Livro e Leitura; in-  
2698 formou que as modificações foram na lógica de corrigir certas dis-  
2699 torções que tinham na estrutura do Ministério com sobreamentos  
2700 e duplicidades de funções; observou que o Ministério da Cultura  
2701 não vinha sendo tratado com a devida prioridade e essa era a mu-  
2702 dança que estava sendo feita; ressaltou que estavam procurando  
2703 ter uma nova relação com o Conselho porque ele era estratégico  
2704 dentro da política, desta forma estavam procurando esse fortaleci-  
2705 mento; acresceu que os Colegiados eram fundamentais para o bom  
2706 funcionamento do Conselho e que iriam discutir melhor essas ques-  
2707 tões oportunamente; solicitou votos de confiança ao Conselho, à  
2708 Ministra, à equipe presente e a todos que estavam nesse processo,  
2709 pois assim iriam corrigir as possíveis falhas, afinal estavam conser-  
2710 tando o avião com ele no ar. O Sr. **Washington da Silva Queiroz**  
2711 (Patrimônio Imaterial) considerou que nesse sentido de avançar, o  
2712 país passava nesse momento com relação à linguagem literatura,  
2713 por uma série de posicionamentos que retroagiam; observou que  
2714 colocar livro, leitura e literatura juntos era algo que precisava de  
2715 uma grande reflexão. Após deliberações, o Sr. **João Roberto Pei-**

2716 **xe** (Secretário-Geral do CNPC) colocou em votação a Recomenda-  
2717 ção 18 e ela foi aprovada pelo Plenário com três abstenções. O Sr.  
2718 **Fabiano Lima** (Assessor CNPC/MinC) leu a Recomendação 19, de  
2719 autoria da Sra. Rosa Coimbra e do Sr. Charles Narloch, qual seja:  
2720 *Recomenda que nos processos de consulta pública, organizados*  
2721 *pelo Ministério e/ou suas instituições vinculadas, com objetivo de*  
2722 *discutir questões inerentes aos diferentes segmentos representa-*  
2723 *dos no Plenário do CNPC, sejam convocados obrigatoriamente os*  
2724 *respectivos Conselheiros. O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA*  
2725 *CULTURAL – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos dias 5 e 6 de*  
2726 *abril de 2011, e no uso das competências que lhe são conferidas*  
2727 *pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo De-*  
2728 *creto nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu Regimento*  
2729 *Interno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010,*  
2730 *recomenda ao Ministério da Cultura, que os membros representa-*  
2731 *tes da sociedade civil do CNPC sejam convocados para participar*  
2732 *ativamente dos processos de escuta ou consulta da sociedade civil*  
2733 *como fórum setorial em audiências públicas organizadas pelo Mi-*  
2734 *nistério e suas instituições vinculadas que tenham o objetivo de*  
2735 *discutir questões inerentes aos diferentes segmentos representa-*  
2736 *dos neste Plenário. O Sr. Antônio Grassi* (Ministério da  
2737 Cultura/Funarte) se colocou favorável, mas disse que deveriam es-  
2738 clarecer melhor no sentido de que a participação fosse dos mem-  
2739 bros vinculados àqueles setores que estão sendo discutidos; sugere-  
2740 riu que a redação fosse melhor esclarecida. A Sra. **Rosa Coimbra**  
2741 (Dança) propôs votar a intenção e ela e Charles refarão nova reda-  
2742 ção e enviarão por e-mail. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-  
2743 Geral do CNPC) colocou a intenção da recomendação em votação e  
2744 foi aprovada unanimidade. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor  
2745 CNPC/MinC) passou para a Recomendação 20, qual seja: *Reco-*  
2746 *menda ao Ministério da Cultura que sejam reconhecidas e atendi-*  
2747 *das as reivindicações contidas no documento "Carta Aberta à Mi-*

2748 *nistra da Cultura Ana de Hollanda". O CONSELHO NACIONAL DE*  
2749 *POLÍTICA CULTURAL – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos*  
2750 *dias 5 e 6 de abril de 2011, e no uso das competências que lhe são*  
2751 *conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, altera-*  
2752 *do pelo Decreto nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu*  
2753 *Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março*  
2754 *de 2010: Considerando a "Carta Aberta à Ministra da Cultura Ana*  
2755 *de Hollanda", assinada e enviada em 13 de janeiro de 2011 por re-*  
2756 *presentantes indígenas, movimentos, fóruns e associações vincula-*  
2757 *das às culturas populares, ciganas e comunidade LGBT, em anexo;*  
2758 *Recomenda ao Ministério da Cultura que sejam reconhecidas e*  
2759 *atendidas as seguintes reivindicações, tendo a certeza que esta*  
2760 *nova gestão do Ministério da Cultura manterá a postura democráti-*  
2761 *ca de diálogo e respeito às organizações da sociedade civil, aqui*  
2762 *representada neste Conselho: 1 - Manter, aprofundar e ampliar os*  
2763 *projetos e ações que contemplam os grupos e praticantes das di-*  
2764 *versas expressões das culturas tradicionais: culturas populares, in-*  
2765 *dígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganos, e também das de-*  
2766 *mais expressões da nossa diversidade cultural; 2 - Garantir a con-*  
2767 *tinuidade dos editais para as culturas populares, culturas indígenas*  
2768 *(Prêmio Culturas Indígenas), e dos demais segmentos da diversi-*  
2769 *dade cultural; 3 - Garantir a implantação dos pontos de cultura nas*  
2770 *comunidades indígenas e nas comunidades e grupos praticantes*  
2771 *das culturas populares, afro-brasileiras, quilombolas e outros, con-*  
2772 *siderando as especificidades destes segmentos. 4 - Implantar o*  
2773 *Plano Setorial das Culturas Populares e o Plano Setorial das Cultu-*  
2774 *ras Indígenas; 5 - Fazer gestões para a inclusão da Cultura no PAC*  
2775 *contra a Miséria tendo em vista que as comunidades e grupos que*  
2776 *integram de praticantes das culturas tradicionais vivem, em sua*  
2777 *maioria, na linha ou abaixo da linha de pobreza. A participação da*  
2778 *Cultura no PAC contra a Miséria possibilitará o estímulo à geração*  
2779 *de renda a partir das práticas culturais, o fortalecimento da au-*



2780 *toestima e das identidades dos grupos, colaborando para a mobili-*  
2781 *zação pela erradicação da miséria junto a essas populações; 6 -*  
2782 *Garantir recursos orçamentários para o Fundo Setorial de Acesso e*  
2783 *Diversidade, previsto no PROCULTURA. O Sr. **Washington da Sil-***  
2784 ***va Queiroz** (Patrimônio Imaterial) sugeriu incluir a palavra "regio-*  
2785 *nal". A Sra. **Maria das Dores C. P. Prado** (Povos Indígenas) infor-*  
2786 *mou que não houve resistência para essa inclusão, mas que pode-*  
2787 *riam se sentir a vontade para a inclusão da expressão "regional". O*  
2788 *Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) colocou em*  
2789 *votação a Recomendação acima e foi aprovada por unanimidade. O*  
2790 *Sr. **Fabiano Lima** (Assessor CNPC/MinC) apresentou a Moção de*  
2791 *Repúdio do Sr. Du Oliveira: *Moção de repúdio à avaliação coletiva**  
2792 **imposta aos músicos da Orquestra Sinfônica Brasileira. O CONSE-**  
2793 **LHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC, reunido em Ses-**  
2794 **são Ordinária, nos dias 5 e 6 de abril de 2011, e no uso das com-**  
2795 **petências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de**  
2796 **agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009, tendo em**  
2797 **vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria**  
2798 **nº 28, de 19 de março de 2010: Considerando o tratamento inade-**  
2799 **quado dispensado aos músicos da Orquestra Sinfônica Brasileira –**  
2800 **OSB, por parte da sua atual direção que tenta impor uma avaliação**  
2801 **coletiva a seus músicos, torna público seu total repúdio a essa ati-**  
2802 **tude autoritária, bem como também sua solidariedade a esses pro-**  
2803 **fissionais. Cabe lembrar que a Orquestra Sinfônica Brasileira é uma**  
2804 **entidade em atividade há 70 anos, e que em toda a sua história ja-**  
2805 **mais houve uma avaliação coletiva de seus músicos. A Sra. **Maria***  
2806 ***Alice Viveiros de Castro** (Circo) referendou a moção e relatou*  
2807 *que a OSB vem tendo há alguns anos atritos entre a diretoria artís-*  
2808 *tica com os músicos, e que Isaac Karabtchevsky, que foi regente*  
2809 *por 25 anos, falou que não conhece história de orquestra no mun-*  
2810 *do que tenha feito avaliação de seus músicos e demitido a partir*  
2811 *disso; frisou que essa questão estava provocando uma grande co-**

2812 moção, porque era um absurdo grandes músicos de 60 e tantos  
2813 anos terem que se apresentar para serem julgados se eram com-  
2814 petentes ou não; relatou que isso chegou a um ponto em que os  
2815 músicos se recusaram a isso e saíram e a OSB estava pegando jo-  
2816 vens músicos para ocupar o lugar de seus mestres e professores. O  
2817 Sr. **João Guilherme Ripper** (Academia Brasileira de Música) rela-  
2818 tou que o Rio Musical nunca esteve tão unido em torno de algo  
2819 como isso, estavam todos muito mexidos; frisou que a OSB era  
2820 uma empresa e seus músicos eram contratados pelo regime da CLT  
2821 e legalmente o que eles estavam fazendo não tinha impedimento  
2822 legal, mas frisou que nem tudo que é legal é moral, e que músicos  
2823 que fizeram prova para entrar na OSB depois de trinta anos de car-  
2824 reira estavam sendo submetidos a essa prova extemporânea, des-  
2825 necessária e imprópria; sugeriu que a Funarte através das seto-  
2826 riais, da setorial de música especificamente, chamasse a OSB e que  
2827 houvesse uma tentativa de intervenção. O Sr. **Antônio Grassi** (Mi-  
2828 nistério da Cultura/Funarte) informou que esse tema passou pela  
2829 Funarte e estavam sensíveis a essa questão e que, inclusive, rece-  
2830 beram algumas pessoas da Orquestra; salientou que a Ministra Ana  
2831 de Hollanda recebeu representantes da Orquestra e ela designou  
2832 que a Funarte pudesse estar incorporada no Grupo de Trabalho re-  
2833 presentando o Ministério da Cultura; disse que estavam acompa-  
2834 nhando esse movimento e concordou com as colocações dos conse-  
2835 lheiros. A Exma. Ministra **Ana de Hollanda** esclareceu alguns dos  
2836 aspectos sobre o assunto; relatou que estava acompanhado e en-  
2837 trando em contato com o Sindicato; ressaltou que a preocupação  
2838 era muito grande porque a OSB tem uma ligação histórica com a  
2839 cidade do Rio de Janeiro e que a própria UFRJ enviou carta sobre  
2840 isso; esclareceu a posição do Ministério da Cultura e do Ministério  
2841 do Trabalho. O Sr. **Du Oliveira** (Música Erudita) defendeu sua mo-  
2842 ção; informou que era um ato político para propor que o CNPC se  
2843 solidarizasse politicamente com os músicos da OSB. O Sr. **João**

2844 **Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) colocou em votação a  
2845 Moção de Repúdio e ela foi aprovada por unanimidade pelo Plená-  
2846 rio. **Item 9) Encaminhamentos, Informes e Breves Comuni-**  
2847 **cações:** O Sr. **Du Oliveira** (Música Erudita) perguntou sobre o  
2848 Grupo de Trabalho da Lei 3.857, proposta aprovada na reunião  
2849 passada. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC)  
2850 informou que devido ao adiantado da hora que verificariam e da-  
2851 riam posição na próxima reunião extraordinária. O Sr. **Washin-**  
2852 **gton da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial) relatou que no dia  
2853 09 de dezembro de 2010 foi aprovada por unanimidade uma Moção  
2854 de apoio à luta desenvolvida pelos movimentos em defesa da liber-  
2855 dade religiosa e pelo reconhecimento e respeito à alteridade cultu-  
2856 ral no Brasil; questionou como isso estava encaminhado e qual o  
2857 seu andamento. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor CNPC/MinC) ficou  
2858 de verificar e responder depois com maior detalhes de informa-  
2859 ções. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) falou que houve uma reco-  
2860 mendação em dezembro de um mapeamento da cadeia produtiva  
2861 da dança; informou que já estava em trâmite e de repente foi sus-  
2862 pensa; solicitou respostas com urgência, porque já tinham até par-  
2863 ceria com a UFBA. A Sra. **Dulce Rocha Lamego** (Associação Na-  
2864 cional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior)  
2865 acresceu que já estavam com tudo avançado, já tinham a carta de  
2866 convênio para ser feito, seria realizado pela FAPEX e por várias ou-  
2867 tras universidades, pelo Brasil inteiro. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dan-  
2868 ça) solicitou esclarecimentos acerca da questão detectada no Ca-  
2869 derno de Debates da “Lei do Programa Nacional de Fomento e In-  
2870 centivo a Cultura – Procultura”, da Comissão de Educação e Cultu-  
2871 ra, especificamente no PL 6.722 de 2010, Capítulo II: Do Fundo  
2872 Nacional da Cultura, o artigo 14, que trata sobre as categorias de  
2873 programações específicas com as denominações, item II, tendo em  
2874 vista que ainda constava “Fundo de Artes Cênicas” e não “Fundo de  
2875 Circo, Dança e Teatro” como já havia sido pactuado entre o gover-

2876 no e a sociedade, falou sobre a denominação "artes cênicas" e so-  
2877 bre a importância da terminologia, de se usar Circo, Dança e Tea-  
2878 tro; finalizou solicitando o comprometimento do Conselho de reali-  
2879 zar as reuniões de todos os colegiados em maio. O Sr. **Antônio**  
2880 **Grassi** (Ministério da Cultura/Funarte) respondeu que a formulação  
2881 dos editais dos fundos setoriais foi feita na gestão anterior e ele  
2882 não teve participação, por isso não conseguiria responder o porquê  
2883 da terminologia; e sobre a convocação dos Colegiados Setoriais,  
2884 obviamente, o Regimento Interno estabelece que eles estejam sen-  
2885 do conduzidos dentro do Conselho Nacional de Política Cultural e  
2886 por isso não seriam as vinculadas que convocariam os Colegiados,  
2887 mas que fariam encontros setoriais e nesses encontros convidariam  
2888 os integrantes dos Colegiados. A Sra. **Maria Alice Viveiros de**  
2889 **Castro** (Circo) ressaltou que estavam abertos para discutir um me-  
2890 lhor caminho de uma maneira que garanta isso. O Sr. **Antônio**  
2891 **Grassi** (Ministério da Cultura/Funarte) informou que trabalharão  
2892 na Funarte de modo que possam já fazer o calendário das setoriais  
2893 atendendo aos aspectos mencionados. O Sr. **Antônio Ferreira**  
2894 (Cultura Afro-Brasileira) informou que na última reunião solicitou  
2895 que constasse em Ata a questão do seu Colegiado e sobre a ques-  
2896 tão da Lei 10.639, sobre a cultura afro-brasileira, disse que não leu  
2897 isso na Ata da reunião passada e queria saber como estava esse  
2898 andamento. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretário-Geral do  
2899 CNPC) ressaltou novamente que a Ata disponível na pasta era o re-  
2900 sumo, que no site constava a Ata integral e frisou que verificariam  
2901 sobre a questão da Lei mencionada. O Sr. **Jeferson Dantas Navo-**  
2902 **lar** (Arquitetura e Urbanismo) informou que o Conselho aprovou  
2903 uma moção no ano passado de apoio ao projeto de Lei que trami-  
2904 tava no Congresso Nacional que autoriza a instituição do Conselho  
2905 de Arquitetura e Urbanismo e regulamenta a profissão do arquite-  
2906 to; informou que esse PL foi assinado pelo ex-Presidente Lula e dia  
2907 30 de dezembro de 2010 foi publicado no Diário Oficial; solicitou

2908 continuidade a essa política. O Sr. **Bernardo Machado** (SAI) rela-  
2909 tou que tinha um informe solicitado pelo ex-conselheiro César Piva  
2910 que estava presente a respeito do Encontro Rumo à Cidadania Cul-  
2911 tural, qual seja: *A Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural*  
2912 *do Ministério da Cultura convida para os encontros Rumo a Cida-*  
2913 *nia Cultural. O Encontro é aberto à participação dos diversos seg-*  
2914 *mentos da sociedade – artistas, produtores e gestores, coletivos e*  
2915 *grupos do setor cultural, veículos de comunicação e universidades,*  
2916 *em especial, participantes dos Programas Cultura Viva e Brasil Plu-*  
2917 *ral. O objetivo principal é apresentar as propostas e refletir sobre*  
2918 *caminhos para as políticas públicas no campo da cidadania e da di-*  
2919 *versidade cultural da nova Secretaria, resultado da fusão das Se-*  
2920 *cretarias de Cidadania Cultural (SCC) e Identidade e Diversidade*  
2921 *(SID) do Ministério da Cultura. O encontro também se propõe a*  
2922 *ampliar o diálogo com fóruns e dirigentes de cultura dos municí-*  
2923 *pios, com objetivo de fortalecer as ações e programas já existen-*  
2924 *tes, repactuar estratégias e iniciar futuras parcerias. Sele abaixo a*  
2925 *relação de datas e locais dos Encontros e essa agenda é uma pri-*  
2926 *meira etapa de encontros com a sociedade, uma nova fase será or-*  
2927 *ganizada a partir de junho chegando aos demais Estados da Fede-*  
2928 *ração. Outras informações estarão disponíveis no site [www.cultura.-](http://www.cultura.gov.br)*  
2929 *[gov.br](http://www.cultura.gov.br) e nas representações regionais do Ministério da Cultura. O*  
2930 Sr. **Bernardo Machado** (SAI) informou também que o calendário  
2931 que será enviado a todos por e-mail será: Abril 2011 (Dia 7: Belo  
2932 Horizonte, MG; Dia 12: Salvador, BA; Dia 14: São Paulo, SP; Dia  
2933 15: Rio de Janeiro, RJ; Dia 19: Florianópolis, SC; Dia 20: Porto Ale-  
2934 gre, RS; e em Maio 2011 (Dia 10: Belém, PA; Dia 17: Recife, POR  
2935 EXEMPLO; Dia 24: Goiânia, GO; Dia 31: Manaus, AM). O Sr. **João**  
2936 **Roberto Peixe** (Secretário-Geral do CNPC) antes de finalizar a  
2937 reunião, passou a palavra para a Exma. Ministra de Estado da Cul-  
2938 tura, Sra. Ana de Hollanda, para sua explanação final. A Exma. Mi-  
2939 nistra **Ana de Hollanda** (Ministério da Cultura) relatou que as co-

2940 branças que foram feitas em relação a propostas já aprovadas e  
2941 que não foram devidamente cumpridas seriam atendidas; informou  
2942 que verificariam quais as repostas que poderiam dar e que o Minis-  
2943 tério da Cultura iria se posicionar; solicitou um pouco de paciência  
2944 nessa nova transição, que ainda estavam de adaptando; ressaltou  
2945 que estavam trabalhando de uma forma muito afinada e que adian-  
2946 tariam e tentariam cumprir os calendários; frisou que tinham limi-  
2947 tações orçamentárias vindas do Planejamento, mas que verifica-  
2948 riam como administrar essa questão; ressaltou que tinham a fama  
2949 de que era o 2º Ministério que mais gastava com passagens e diá-  
2950 rias, e que ainda, era uma acusação que não tinham como argu-  
2951 mentar naquele momento; frisou que precisavam também da com-  
2952 preensão de todos, pois precisavam se ajustar às dificuldades que  
2953 o Ministério da Cultura vinha tendo; agradeceu a participação de  
2954 todos e ressaltou que ficou muito contente por encontrar todos no  
2955 lançamento da Frente Parlamentar, e que isso reforçou o peso que  
2956 tem o Ministério da Cultura. O Sr. **João Roberto Peixe** (Secretá-  
2957 rio-Geral do CNPC) reforçou as palavras da ministra e ressaltou a  
2958 importância desse processo democrático e de diálogo. Nada mais  
2959 havendo a ser tratado naquele momento, o Sr. **João Roberto Pei-**  
2960 **xe** (Secretário-Geral do CNPC) agradeceu a participação de todos e  
2961 encerrou a 13ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política  
2962 Cultural.